

SERGIO FAJARDO

**DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DAS COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIAS NO CONTEXTO DO COMPLEXO
AGROINDUSTRIAL: O CASO DA “COCARI”, MANDAGUARI - PR**

**MARINGÁ
2000**

SERGIO FAJARDO

**DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DAS COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIAS NO CONTEXTO DO COMPLEXO
AGROINDUSTRIAL: O CASO DA “COCARI”, MANDAGUARI - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia - área de concentração: Análise Regional e Ambiental - do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Professor Doutor Dalton Áureo Moro.

**MARINGÁ
2000**

Dados internacionais de catalogação na Publicação
Biblioteca Central da UEM. Maringá - PR.

F175d Fajardo, Sergio.

Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial : o caso da "COCARI", Mandaguari-Pr / Sergio Fajardo. - Maringá: UEM, 2000.

165 f. : il., gráf. + mapa

Orientador : Prof. Dr. Dalton Áureo Moro., Dissertação (mestrado) - . Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2000.

1. Cooperativa agropecuária - Paraná. 2. Complexo agroindustrial - Paraná. 3. Agricultura - Modernização - Paraná. 4. Cooperativismo agropecuário - Paraná. I. Título. II. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Geografia.

CDD 21.ed. 334.683098162

Este exemplar compreende a redação final da Dissertação de Mestrado defendida pelo aluno Sergio Fajardo.

Maringá, 10 de março de 2000.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, pela Comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Dalton Aureo Moro – (UEM)
Presidente (Orientador)

Prof. Dr. Elpidio Serra – (UEM)

Prof^a. Dr^a Walquiria Krüger Corrêa – (UFSC)

*No vayas a creer lo que te cuentan del mundo,
en realidad el mundo es incontable,
en todo caso es provincia de tí.
No vayas a creer lo que te cuentan del mundo,
aunque los que te aman mienten sobre el,
probablemente sin saber que mienten.
En la vigilia te sentirás lejano;
testigo de tu mundo desde el mundo,
sin nubes de tu aliento en los cristales de la humareda
del hombre
se elevarán en la noche
y no sabrás de donde viene el fuego,
pero la expectativa te volverá humilde.
En el mundo el abismo es un oficio;
las preguntas en vano, una vieja costumbre;
los desatinos, marca de abolengo.
No vayas a creer lo que te cuentan del mundo,
ni siquiera esto que te estoy contando,
ya te dije que el mundo es incontable.*

Mario Benedetti

Dedico aos meus familiares pela compreensão e paciência; ao meu orientador pela confiança e aos colegas do curso pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Quero externar meus agradecimentos especiais a todos que contribuíram para que esse trabalho se tornasse realidade. Ao meu professor, Dalton Áureo Moro, que muito mais que um orientador, foi um amigo que sempre indicou os melhores caminhos e estimulou, com paciência e dedicação, o pensamento livre, criterioso e objetivo. Sua ajuda teve valor inestimável.

Agradeço ainda: aos professores do curso e aos colegas, companheiros do Mestrado, e pelo nosso convívio que permitiu perceber que ciência não se faz apenas com conhecimento, mas com o profundo respeito ao ser humano; aos funcionários da COCARI pelo seu atendimento prestativo; ao IPARDES, que através de sua Biblioteca proporcionou uma grande ajuda; a OCEPAR; a Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá; aos funcionários do DERAL/SEAB; e também a todas instituições públicas e privadas que colaboraram com valiosas informações.

Devo um agradecimento particular aos cooperados da COCARI entrevistados, que foram compreensivos em atender e espontâneos nas suas respostas. Sou grato também aos que por ventura não foram mencionados, contudo, foram colaboradores para a produção deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
LISTA DE FIGURAS	xvi
LISTA DE FOTOS	xvii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xviii
RESUMO	xix
ABSTRACT	xx
INTRODUÇÃO	1
1 O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E O PADRÃO AGRÁRIO MODERNO	7
1.1 A MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO NORTEDO PARANÁ	15
1.2 A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	20
2 O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO PARANÁ	23
2.1 UM BREVE HISTÓRICO	23
2.2 AS COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES	25
2.2.1 A cafeicultura paranaense	25
2.2.2 O surgimento das cooperativas agropecuárias de cafeicultores	28
2.3 A INTEGRAÇÃO DAS COOPERATIVAS PARANAENSES	29
2.4 AS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVAS NA ECONOMIA PARANAENSE	32
2.4.1 Diversificação e verticalização das cooperativas no setor agroalimentar	37
3 RECENTES ALTERAÇÕES NO SETOR AGROINDUSTRIAL DO PARANÁ E A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	46
4 A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI NO CONTEXTO NORTE-PARANAENSE	52

4.1	COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE MANDAGUARI	52
4.2	PERFIL ATUAL DO SETOR PRODUTIVO AGROPECUÁRIO DE MANDAGUARI	57
5	A COOPERATIVA DE CAFEICULTORES DE MANDAGUARI	60
5.1	A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COCARI	61
5.2	A AÇÃO REGIONAL DA COCARI	65
5.3	AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA COCARI	69
5.3.1	A Destilaria de álcool da COCARI	70
5.3.2	A fábrica de rações da COCARI	75
5.3.3	A fiação de algodão da COCARI	79
5.4	INDICADORES ECONÔMICOS DA COCARI	82
5.4.1	Recebimento da produção	82
5.4.2	Indicadores econômicos da COCARI – ano base de 1997	85
5.4.3	Aspectos da assistência técnica prestada pela COCARI nos anos de 1997 e 1998	89
	6 A COCARI E AS RELAÇÕES INTERSETORIAIS NO CONTEXTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL.....	93
	7 A COCARI E SEUS COOPERADOS	99
7.1	ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS	99
7.1.1	Tempo de associação	99
7.1.2	Estrutura fundiária	99
7.1.3	Comercialização da produção com a COCARI	101
7.1.4	Técnicas de modernização agropecuária	103
7.1.5	Pessoal ocupado na produção	104
7.2	NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS COOPERADOS ENTREVISTADOS	105
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	ANEXO 1 – RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO SOLICITADAS À COCARI	116
	ANEXO 2 – REPRODUÇÃO DA ATA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE CAFEICULTORES DE MANDAGUARI, SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	117

ANEXO 3 – REPRODUÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COCARI	119
ANEXO 4 – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS DA COCARI SELECIONADOS PARA ENTREVISTA.....	145
ANEXO 5 – PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – RECOOP	147
ANEXO 6 – FOTOGRAFIAS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE ANTIGAS COLONIAS .	24
TABELA 2 – TAXAS QÜINQUÊNAIS DE CRESCIMENTO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS E VALOR AGREGADO NA AGROINDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PARANÁ	39
TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS POR TAMANHO NAS SAÍDAS TOTAIS DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR SEGUNDO DIVERSOS GRUPOS – 1975, 1980 E 1983	41
TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DOS MAIORES ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DO PARANÁ NO VALOR ADICIONADO POR GRUPO INDUSTRIAL	43
TABELA 5 – SEGMENTOS AGROINDUSTRIAIS INSTALADOS NO PARANÁ E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS – INSTALADOS EM 1998	44
TABELA 6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR ATIVIDADE PRODUTIVA EM MANDAGUARI – 1995	57
TABELA 7 –UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI – 1995	58
TABELA 8 –VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL EM MANDAGUARI – 1995	58
TABELA 9 –COMPARATIVO DE DESEMPENHO ECONÔMICO ENTRE A COCARI, COCAMAR E COAMO EM 1992	68
TABELA 10 –RECEITAS TOTAIS DA COCARI EM 1997	70

TABELA 11 –RECEBIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL PELAS COOPERATIVAS PARANAENSES EM 1997	71
TABELA 12 –RENDIMENTO DA DESTILARIA DA COCCARI E RELATÓRIO DA PRODUÇÃO FINAL ENTRE 1996 E 1999	73
TABELA 13 –PREÇOS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR ENTRE 1996 E 1999	75
TABELA 14 –CAPACIDADE PRODUTIVA DE RAÇÕES DAS PRINCIPAIS AGROINDÚSTRIAS PARANAENSES	76
TABELA 15 – PRODUÇÃO DA FIAÇÃO DE ALGODÃO DA COCARI EM 1996, 1997 E 1998	81
TABELA 16 –SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COCARI EM 1997	85
TABELA 17 –TRIBUTOS PAGOS PELA COCARI EM 1997	85
TABELA 18 – RECEITAS TOTAIS DA COCARI EM 1997	86
TABELA 19 – COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO <i>IN NATURA</i>, AGROINDUSTRIALIZADA E EXPORTAÇÕES DA COCARI EM 1997	86
TABELA 20 – FORNECIMENTO DE ADUBOS, CALCÁRIO E SEMENTES, EM TONELADAS, PELA COCARI EM 1997	87
TABELA 21 – PRODUÇÃO RECEBIDA PELA COCARI EM 1997	87
TABELA 22 – CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM DA COCARI – 1997	87
TABELA 23 – FROTA PRÓPRIA DA COCARI – 1997	88
TABELA 24 – NÚMEROS DE PLANOS SIMPLES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	

PRESTADA PELA COCARI	90
TABELA 25 –RECEITUÁRIO AGRONÔMICO	91
TABELA 26 – PROJETOS DE INVESTIMENTOS E CUSTEIOS	91
TABELA 27 – DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES	91
TABELA 28 – DADOS GERAIS DA PRODUÇÃO DE SEMENTES	92
TABELA 29 – PRINCIPAIS COMPRADORES DE MILHO E SOJA DA COCARI	96
TABELA 30 – NÚMERO DOS PRINCIPAIS COMPRADORES DE TRIGO DA COCARI POR ESTADO DE ORIGEM	96
TABELA 31 – PRINCIPAIS COMPRADORES DE ÁLCOOL DA DESTILARIA DA COCARI	98
TABELA 32 – PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS ENTREGUES À COCARI PELOS COOPERADOS DA COCARI ENTREVISTADOS	102
TABELA 33 – TÉCNICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PRATICADA PELOS COOPERADOS DA COCARI ENTREVISTADOS	104

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Participação dos estabelecimentos agroindustriais, segundo tamanho, nas saídas totais no Paraná	41
GRÁFICO 2 Dinâmica do quadro social da COCARI 1971-1999	65
GRÁFICO 3 Participação por município no fornecimento de matéria-prima para a destilaria da COCARI	74
GRÁFICO 4 Produção total da fábrica de rações da COCARI em toneladas/mês – 1999	79
GRÁFICO 5 Produção de algodão recebida pela COCARI de seus associados entre 1981 e julho de 1999	80
GRÁFICO 6 Estados de origem da matéria-prima utilizada pela Fiação COCARI	81
GRÁFICO 7 Estados compradores do produto final da Fiação COCARI	82
GRÁFICO 8 .Recebimento dos produtos pela COCARI entre 1971 e 1998	83
GRÁFICO 9 Café beneficiado – produção recebida pela COCARI entre 1971 e 1998.	
GRÁFICO 10 Origem da lenha consumida	89
GRÁFICO 11 Participação dos principais fornecedores de insumos da COCARI por estado	94
GRÁFICO 12 Participação dos principais fornecedores de insumos de sementes de milho da COCARI por estado	94
GRÁFICO 13 Participação dos principais fornecedores de sementes de soja da COCARI por estado	95
GRÁFICO 14 Participação dos principais fornecedores de fertilizantes da COCARI	

por estado	95
GRÁFICO 15 Participação dos principais fornecedores de outros insumos agrícolas para a COCARI por estado	95
GRÁFICO 16 Tempo de associação à COCARI dos cooperados entrevistados	100
GRÁFICO 17 Participação dos extratos de área utilizada entre os cooperados entrevistados da COCARI	101
GRÁFICO 18 Nível de satisfação entre os cooperados da COCARI entrevistados	106
GRÁFICO 19 Respostas dos cooperados entrevistados da COCARI acerca da questão da dispensabilidade da cooperativa	107
GRÁFICO 20 Razões dos cooperados entrevistados da COCARI não considerarem a cooperativa dispensável	107
GRÁFICO 21 Razões dos cooperados da COCARI entrevistados considerarem a cooperativa dispensável	108

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Áreas de atuação dos projetos regionais de cooperativismo no Paraná.....	30
FIGURA 2 Paraná – Esquema da distribuição espacial do valor adicionado total da indústria agroalimentar por microrregião em 1983	43
FIGURA 3 Área colonizada pela C.T.N.P. e pela sua sucessora C.M.N.P.	54
FIGURA 4 Municípios paranaenses em 1948	56
FIGURA 5 Área do município de Mandaguari	59
FIGURA 6 Localização dos entrepostos da COCARI no Paraná.....	60

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista parcial da área urbana de Mandaguari	148
Foto 2: Área externa da sede da COCARI em Mandaguari	148
Foto 3: Escritórios da administração da COCARI em Mandaguari	149
Foto 4: Entrepasto da COCARI em Mandaguari	149
Foto 5: Armazém da COCARI em Mandaguari	149
Foto 6: Vista da fábrica de rações e fiação de algodão da COCARI	150
Foto 7: Fábrica de rações da COCARI, vista externa	150
Foto 8: Vista aérea da fiação de algodão da COCARI	150
Foto 9: Armazéns do IBC em Mandaguari	151
Foto 10: Vista parcial da zona rural de Mandaguari	151
Foto 11: Associação atlética COCARI	151

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.E.H.C.	- Álcool Etílico Hidratado Carburante
A.E.A.C.	- Álcool Etílico Anidro Carburante
BADEP	- Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
BNCC	- Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BRDE	- Banco Regional de Desenvolvimento
CAI	- Complexo Agroindustrial
CCLP	- Cooperativa Central de Laticínios do Paraná
CLAC	- Cooperativa de Laticínios Curitiba
CMNP	- Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
COACER	- Cooperativa Agropecuária do Cerrado
COAMO	- Cooperativa Agropecuária Mouraoense
COCAMAR	- Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá
COCARI	- Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari
COCPM	- Comissão de Organização das Cooperativas do Mate
COLARI	- Cooperativa de Laticínios de Mandaguari
COOPDF	- Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal
COROL	- Cooperativa Agropecuária de Rolândia
CTNP	- Companhia de terras Norte do Paraná
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Edison Vieira)
ITCF	- Instituto de Terras Cartografia e Florestas
NORCOOP	- Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná
OCEPAR	- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

RESUMO

O trabalho é um estudo a participação das cooperativas agropecuárias na organização do espaço sócio-econômico regional, notadamente quanto ao espaço rural. Para atingir esse objetivo optou-se pelo método de estudo de casos, o que permitiu a obtenção de um número maior de informações com dados concretos. O caso da “COCARI” demonstrou um exemplo do papel das cooperativas na transformação do espaço agrário da região Norte do Estado do Paraná. Nesse sentido, os processos de modernização e industrialização da agricultura, e a própria agroindustrialização, com a participação ativa das cooperativas agropecuárias, são vistos como etapas da conformação do Complexo Agroindustrial; enquanto a intensificação das relações intersetoriais é compreendida como fator dinâmico do mesmo. A ação sócio-econômica cooperativista no contexto do Complexo Agroindustrial brasileiro foi então analisada sob a ótica da cooperativa em questão: a COCARI. Por outro lado, a posição dos produtores cooperados foi considerada e nessa direção foram entrevistados alguns associados. Essa entrevista com os cooperados permitiu avaliar a importância da cooperativa para os associados e o grau de satisfação dos mesmos em relação à ela, através de um processo de amostragem. De modo geral, concluiu-se que o sistema cooperativista exerceu, e ainda exerce, uma forte influência tanto na organização da produção agrícola e agroindustrial no espaço que atua, como também na vida dos produtores rurais associados ao mesmo. E, no intento de sobreviver à concorrência e aos desafios impostos pelo mercado, as cooperativas se colocam diante de uma questão: como permanecer e fortalecer a empresa do ponto de vista econômico e, ao mesmo tempo, dar retorno ao associado promovendo seu crescimento social. O duplo sentido da cooperativa, como entidade empresarial e associativa, é também ponto de discussão que interfere nos destinos da mesma. Pois, a cooperativa possui por natureza um caráter social que sempre se defronta com os caminhos da sua gestão, e a ênfase dada ao aspecto social das cooperativas ao lado do profissionalismo, é que constitui o diferencial cooperativista. As transformações sociais e econômicas no espaço regional através das cooperativas são um fato; mas as conseqüências dessas transformações são determinadas por fatores que incluem as estratégias e os rumos que tomarão essas empresas.

Palavras-chave: cooperativas agropecuárias; complexo agroindustrial; modernização da agricultura; COCARI.

ABSTRACT

This work is a study about the participation of the rural cooperatives in the social and economic regional space. To reach that aim a case study method was employed getting a great number of information with concrete data. The “COCARI” cooperative case showed an example of the cooperatives role in the changing of the agrarian space in the North region of Paraná State. In this sense the modernization and industrialization processes of the agriculture and the establishment of agroindustries with the active participation of the rural cooperatives, are seen as stages of Agribusiness conformation while the of the intersectorial relations are understood as a dynamic factor itself. So the social economic and cooperative action of the Brazilian Agribusiness was analised through “COCARI”. Rural producers cooperate were interviewed and their positions were respected which permitted an evaluation of the cooperative importance to them through a sample process. The conclusion was that the cooperative system had and always has a strong influence on the organization of the agricultural and agoindustrial production in the action space, well as in the rural associated producers’ life. To overcome the market challenges, the cooperatives face a question about staying and strengthening the enterprises in the economic point of view, improving the rural producers’ social growth. the double sense of cooperatives as a business and associative entity is also a subject of discussion because they have a social character but it is not always present in their programs. So emphasizing the social the social aspect having professionalism together constitutes the cooperative differential. Social and economic changings by the cooperatives are real although their consequences depend on the strategies and the way that those enterprises go.

Key words: rural cooperatives; agribusiness; agriculture modernization; COCARI.

INTRODUÇÃO

As cooperativas agropecuárias constituem um elemento de fundamental importância para a compreensão do processo histórico de modernização da agricultura paranaense e consolidação do capital no campo. Com a conformação de um novo padrão agrário, orientado pelo Complexo Agroindustrial, entendido no seu caráter amplo, as cooperativas exercem um papel importante. Estas, no mesmo tempo em que impulsionaram a economia regional, através de investimentos apoiados por financiamentos públicos nos processos de diversificação agrícola e agroindustrialização, exerceram um papel de integrar os produtores à dinâmica do mercado agroindustrial através do acesso à modernização tecnológica da agricultura.

O objetivo deste estudo é contribuir para a avaliação da participação das cooperativas dentro da dinâmica do Complexo Agroindustrial, através de sua ação sócio-espacial. Para tal finalidade, optou-se pelo estudo de caso, tomando a Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari – COCARI – como exemplo. Reconhecendo a cooperativa como um agente ativo na organização e transformação do espaço regional, o estudo da atuação de uma cooperativa pode servir de subsídio para estudos mais abrangentes sobre o papel do conjunto das cooperativas agropecuárias no Complexo Agroindustrial e, por conseguinte, na organização do espaço.

A área de estudo identifica-se com a área de ação da COCARI, com ênfase no município sede, Mandaguari, não desconsiderando o norte-paranaense que teve uma evolução peculiar do ponto de vista histórico e geoeconômico, reproduzida em boa parte dos municípios da região. A criação de um certo padrão de ocupação se faz perceber nas etapas de colonização, na atividade agrícola (cafeicultura), no processo de modernização agropecuária e na presença das cooperativas agropecuárias. O município de Mandaguari pode ser descrito como um caso exemplar; sendo colonizado por uma companhia privada a partir do final da década de 1930, acompanhou o auge e o declínio da cafeicultura e adentrou o processo de modernização agropecuária com a diversificação da produção e inovações tecnológicas.

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se de todo um conjunto de obras, fundamentais ao embasamento teórico, metodológico e geo-histórico regional, que poderiam ser agrupadas segundo o tema ou questão desenvolvida. Assim, temas como modernização da agricultura; Complexo Rural e Complexo Agroindustrial; ocupação e colonização do Norte do Paraná; cooperativismo; agroindustrialização, dentre outros, são encontrados em obras específicas de autores especializados no assunto. Do mesmo modo, os aspectos regionais podem levar em conta obras nesse mesmo sentido.

Tecnicamente, optou-se pela busca de dados e informações em agências e órgãos públicos da escala federal, estadual e municipal, vinculados à problemática do estudo; bem como, nas instituições de caráter privado. Por outro lado, procurou-se através do estudo do caso, informações diretamente com a cooperativa, COCARI, (Anexo 1); e, como não poderia deixar de lado, os próprios produtores associados, ouvidos com a aplicação de questionários (Anexo 4) numa amostra dos cooperados associados. Utilizou-se nessa técnica de amostragem, de uma seleção que, apesar de intencional, foi aleatória, com um número de vinte cooperados entrevistados. Estas serviram de base para avaliar o ponto de vista dos cooperados, com relação à atuação sócio-espacial da cooperativa.

Partiu-se da hipótese que a COCARI (assim como outras cooperativas agropecuárias) exerce uma ação na organização do espaço geoeconômico, pela sua participação no Complexo Agroindustrial. Esse fato tem reflexo nas condições de vida dos indivíduos cooperados. A cooperativa pode ser encarada como um exemplo do agente dinâmico das transformações ocorridas no espaço geográfico no Norte do Paraná, promovidas ou influenciadas pela atuação conjunta das cooperativas agropecuárias na organização da produção.

A nova configuração agrária brasileira - caracterizada por um intenso processo de modernização, acompanhado por inúmeras transformações relacionadas à articulação, cada vez maior, entre a agricultura e a indústria - a partir do final da década de 60, através de encadeamentos intersetoriais estabelece um ritmo ao sistema econômico, que teve de ser perseguido pelas cooperativas para sua própria sobrevivência. Tal situação levou à *agroindustrialização* de algumas cooperativas do Norte do Paraná.

Para adentrarem no processo de verticalização, através da agroindústria, as cooperativas encontraram o capital necessário na rede bancária (nos bancos de desenvolvimento), por meio de crédito oficial a juros subsidiados, recursos não faltaram¹.

O Norte do Paraná que é uma região famosa no país devido sua potencialidade para ocupação agrícola (MORO, 1998, p.13), teve na cafeicultura a mola propulsora de sua ocupação econômica e demográfica. Porém no final da década de 60, do século XX, esse quadro começa a alterar-se. A introdução de novas culturas já antecipava a onda de modernização agropecuária. “Em 1970, o Norte do Paraná assemelhava-se a uma colcha de retalhos, com lavouras diversificadas e pastagens ao lado do café em algumas áreas, em outras apenas café e pasto ou café e lavouras temporárias, em outras ainda, apenas lavouras temporárias, não estavam ausentes nem a monocultura do gado, nem a do café”. (CANCIAN, 1981, p.140). A cafeicultura predominou até o “golpe final”: a geada de 1975 (VALVERDE, 1985, p.243), que dizimou a maior parte dos cafezais dessa região. As crises no mercado, as superproduções do café, já desde os anos 50 e 60 desestimulavam os produtores, esse fenômeno climático apenas consumou uma erradicação geral em processo, iniciada em meados dos anos 60.

As cooperativas, sobretudo de cafeicultores, criadas por incentivo do governo (através do Instituto Brasileiro do Café - IBC) e representando uma saída aos produtores, atuaram como elementos de difusão da modernização agropecuária, estimulando e “provocando” a introdução de lavouras chamadas modernas, sobretudo a soja. A sua estrutura organizacional e relacionamento direto com os produtores facilitaram o papel das mesmas, que encontraram no Estado seu principal aliado.

A constituição do Complexo Agroindustrial no Paraná foi uma questão de tempo. A implantação de indústrias de insumos “modernos” substitutivas de importações com a criação de um mercado especializado, ao longo do processo de modernização da agricultura, torna a

¹Apesar das facilidades encontradas pelas cooperativas no acesso a financiamentos oficiais subsidiados, objetivando o ingresso nas atividades agroindustriais, elas não tiveram exclusividade no acesso a este tipo de linha de crédito. Como pode ser observado em: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL –IPARDES (1985a, p.19-20) a capacidade de endividamento do setor também foi relevante.

dependência de máquinas e insumos torne-se cada vez mais ampla. Um novo impulso é dado às indústrias processadoras de produtos agrícolas (agroindústrias) e esses “[...] dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o Complexo Agroindustrial”. (GUIMARÃES, 1979, p.134).

A agroindustrialização das cooperativas foi mais uma medida de fortalecimento das mesmas. Pois, estas estavam sujeitas às mesmas condições das empresas capitalistas: como afirma FLEURY (1983, p.143): “A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem alguma competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista”.

Numa visão geoeconômica, as cooperativas podem ser entendidas como fatores de transformação espacial, na medida que atuam em determinadas áreas de forma regionalizada, estabelecem também uma parcela de divisão do trabalho, colaborando para o arranjo territorial (local e regional) e para a definição (temporal) de uma certa dinâmica social, que resulta numa ação no espaço. “A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos, etc...) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes”. (SANTOS, 1997, p. 114-115).

Pode-se então entender que como o objeto da ciência geográfica é o espaço produzido num determinado território (GOMES, 1991, p.27), e esse resulta de diversas determinações que compõem a totalidade também chamada de paisagem, esse espaço é produzido e organizado pelas cooperativas da mesma maneira que pelos outros agentes socioeconômicos.

A aproximação da Geografia com o cooperativismo depreende-se do próprio crescimento da ciência geográfica. Segundo REGO (1977, p.27) os princípios da extensão, analogia e da causalidade, com as contribuições de RATZEL, HUMBOLDT, RITTER e LA BLACHE, podem ser aplicados normalmente ao cooperativismo. A localização dos fatos que determinam a área geográfica (Princípio da Extensão), as analogias com os fatos observados que resultam na

elaboração de leis de Geografia Geral (Princípio da Analogia) e a busca das causas e exame das conseqüências dos fatos (Princípio da Causalidade) sob a ótica do cooperativismo, chega a impressionar pela semelhança entre os objetos reconhecidamente geográficos e a estrutura das cooperativas agropecuárias, por exemplo, atuando no Complexo Agroindustrial.

Entendendo o Complexo Agroindustrial (CAI) ou o Agribusiness, num contexto do espaço como uma totalidade, este representa não apenas uma categoria econômica, mas uma configuração dinâmica dos espaços agrário, industrial e financeiro, vistos de uma forma conjunta e integrada, sócio e economicamente, já não se pode mais pensar em uma relação campo-cidade, mas em uma integração entre as diversas atividades num espaço comum. Nesse sentido tem-se o setor cooperativista atuando no CAI de forma particular.

As cooperativas agropecuárias funcionam ao mesmo tempo como empresa e como entidade social, que unem uma relação de interesses recíprocos, representando ideais coletivistas dos associados. E o conjunto destas representa um segmento importante no contexto econômico. Assim pode-se considerar as cooperativas como agentes de organização espacial. Tomando-se uma cooperativa como exemplo, torna-se eficiente e objetiva a análise. Pois, com informações e dados concretos tem-se a dimensão da ação direta de uma cooperativa, no caso a COCARI, na organização do espaço sob a ótica do Complexo Agroindustrial.

Assim, partiu-se da caracterização geral do problema para que se chegasse ao caso particular, ou seja, a COCARI. Desse modo, os primeiros capítulos explanam sobre a nova configuração do setor agrário brasileiro, sustentada pela modernização, e caracterizada pela constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. Em suma aborda a nova relação existente entre a atividade agropecuária e os setores industriais numa perspectiva de integração (intersetorial). Os capítulos seguintes tratam da participação das cooperativas agropecuárias paranaenses no processo de modernização e industrialização da agricultura, nas atividades agroindustriais e no conjunto da economia do Estado. Enfim, na seqüência, evidencia-se o papel das cooperativas na estruturação e organização do espaço sócio-econômico regional, logicamente enfatizando o caso da COCARI e sua participação nesse contexto.

Ademais, em consonância com o objetivo central do trabalho – avaliar as implicações sócio-espaciais, na dinâmica da organização do espaço regional, decorrentes da inserção das cooperativas agropecuárias no Complexo Agroindustrial espelhado no caso da COCARI -, espera-se que os resultados alcançados contribuam à melhor compreensão da organização do espaço, na área de atuação da COCARI, bem como, possam servir de subsídios a outros estudos que, seguramente, acontecerão sobre essa temática.

1 – O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E O PADRÃO AGRÁRIO MODERNO

A noção de Complexo Agroindustrial² serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria. MEDEIROS (1995, p.49) atribui a origem da conceituação “*Complexo Agroindustrial*” aos estudos de PERROUX (1960, 1967) e HIRSHMAN (1960) que apresentavam uma visão de desenvolvimento econômico como fator determinante nas circunstâncias de cada região, que as condicionavam ou não como centro dinâmico ou como periferia. A idéia básica era de que o processo de desenvolvimento é formado por setores e atividades produtivas interligadas. Na atividade produtiva não poderia haver vazios, setores considerados vazios quando ocupados provocavam o surgimento de outras atividades para frente e para trás formando uma cadeia produtiva.

Até a década de 50, do século XX, não havia uma palavra que designasse ou descrevesse o inter-relacionamento das funções afins à agricultura ou atividades com produtos agropecuários (armazenamento, processamento, industrialização) como ressalta ARAÚJO (1990, p.238):

Os próprios americanos não a tinham até 1955. Foi neste ano que o prof. John Davis, em um trabalho apresentado no congresso de distribuição de produtos Agrícolas, em Boston, pronunciou, publicamente à palavra “agribusiness” a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de insumos agrícolas; operações de produção na fazenda; armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos produtos deles derivados. Assim, o “agribusiness” abrangeria, modernamente, todas as funções que o termo agricultura abrangeria à época da agricultura tradicional.

Foi neste sentido que em 1958 John Davis e Ray Goldberg lançaram o livro: “*A Concept of Agribusiness*”, baseado na hipótese de que os problemas relacionados com a atividade agrícola eram mais complexos que a atividade rural em si. Dessa forma ampliou-se o conceito de agricultura. “Em seu conjunto, o *agribusiness* é composto por vários subsistemas agroindustriais associados aos principais produtores. Entre os órgãos de coordenação destacam-se as firmas, as

² O primeiro autor a utilizar o termo Complexo Agroindustrial no Brasil foi Alberto Passos Guimarães, em 1976, para designar a integração técnico-produtiva entre a agricultura e o setor industrial. O tema foi desenvolvido em: Guimarães, A. P. A Crise Agrária, 1979, Rio de Janeiro. Paz e Terra.

cooperativas, as associações de empresas e mesmo o mercado [...]”. (SIFFERT FILHO e FAVERET FILHO, 1998, p.266).

Mas a simples existência de agroindústria não configura haver um complexo agroindustrial. É necessário considerar alguns condicionantes econômicos que também são estruturais e temporais, ou seja, um nível elevado de relações entre diversos setores e atividades econômicas. GRAZIANO DA SILVA (1996, p.64-65) ressalta que a noção original de *Agribusiness* nada tem que ver com quaisquer teorias de desenvolvimento ou idéia de dinâmica de crescimento, mas tem uma origem estática. O termo se destina então somente à ampliação do conceito de agricultura, que nos Estados Unidos dos anos 50 não poderia ser tratada como setor primário, pois na sua dinâmica, produzia insumos e ainda e estava em crescente interligação setorial Assim, traduzido, o termo virou Complexo Agroindustrial.

Entenda-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. (MÜLLER, 1989a, p.41).

No Brasil, alguns autores (KAGEYAMA, 1987, p.3, e GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.5) consideram a existência de um “*Complexo Rural*”, anteriormente à constituição dos chamados *Complexos Agroindustriais (CAIs)*, numa situação em que haveria uma dinâmica muito simples na qual a atividade agrícola, ou o setor rural, mantinha poucas ou quase nenhuma relação com atividades externas às fazendas, a não ser com o mercado externo para um único produto, de modo geral, em todo o circuito produtivo com valor comercial como o caso da lavoura cafeeira desde o século XIX. Este Complexo Rural atinge seu auge em 1850 entrando num processo de crise e desarticulação. No seio do mesmo é gerado o chamado *Complexo Cafeeiro* que tem seu período de auge por volta dos anos de 1930, estendendo-se até a década de 1960.

Foi o desenvolvimento de um mercado de trabalho - devido ao fim do tráfico negreiro e início da imigração, fatos derivados de pressões internacionais - e ainda a constituição de um mercado interno fatores decisivos para a crise do Complexo Rural. Esse processo de crise

acelera-se em 1929, com a chamada “*Depressão Econômica Mundial*”, e durante o período do governo de Getúlio Vargas com a reorientação econômica no sentido da industrialização, consolidada nos anos 50, com a internalização do departamento produtor de bens de capital³ (implantação do chamado “D1”) e também com a ampliação das atividades urbanas ou da própria urbanização.

A agricultura perdeu espaço com a industrialização nos anos de 1950. Esse processo, para se viabilizar exigiu políticas que distorciam os preços na economia (LOPES, 1993, p.3), produziu uma transferência maciça da renda agrícola para outros setores.

Para que se encerrasse o predomínio do Complexo Rural, no cenário econômico do país, foi determinante uma forte ação estatal, não apenas visando a industrialização como também a modernização da agricultura, processo que teve impulso, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. As transformações na base técnica da produção agropecuária iniciaram com a importação de tratores, máquinas, fertilizantes e outros insumos, consolidando-se quando esses bens de capital e insumos agrícolas passam a ser produzidos internamente em substituição às importações - com a implantação do D1 para a agricultura - na década de 50.

A modernização agropecuária significou um suporte para a constituição dos chamados “complexos agroindustriais”. Ao lado de outro processo, a industrialização da agricultura⁴, que caracterizaria o momento em que a modernização agrícola se torna irreversível, pois como um ramo de produção na divisão do trabalho, a agricultura converte-se em compradora de insumos industriais do D1 e produtora de matérias-primas para outros ramos industriais - a agroindústria processadora a jusante. Dessa maneira, a atividade agrícola incorpora-se ao modo industrial de produzir (MÜLLER, 1989a, p.41).

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a

³ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.5) denomina “D1” agrícola, como o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura. A mesma definição é encontrada em KAGEYAMA (1987, p.10).

⁴ Conforme OLIVEIRA (1990, p.27) a industrialização do campo consolida, implanta e conforma o CAI. A autora inclusive coloca esse processo como sinônimo do Complexo Agroindustrial.

comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 para a agricultura no país. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.32).

E é exatamente esse momento, de subordinação da agricultura à dinâmica industrial, o período de formação do Complexo Agroindustrial, na década de 60, consolidando-se em meados dos anos 70. Essa industrialização da agricultura que foi desigual e segundo OLIVEIRA (1991, p.24), através da mesma o capitalismo unificou o que o que havia separado no início do seu desenvolvimento (o que pode até parecer contraditório): a agricultura e a indústria, o que foi possível porque o capitalista se tornou também o proprietário das terras. A partir de então mudam as relações entre agricultura e demais setores (GUIMARÃES, 1979, p.113).

Cabe lembrar os dois sentidos de Complexo Agroindustrial (CAI). No seu sentido mais amplo designa, como observa MÜLLER (1981, p.36): “[...] esse amplo espectro das relações setoriais que, num elevado nível de abstração, pode ser entendido como uma forma particular de unificação das conexões entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos econômicos, e que obrigatoriamente levam em consideração as atividades agrárias”. Isso quer dizer que a agricultura e todas as atividades ligadas a ela, são inseridas numa nova realidade econômica, num conjunto de segmentos e cadeias vinculadas.

A noção de CAI em sentido amplo forma assim também uma unidade de análise⁵, na qual as atividades agropecuárias se vinculam com as atividades industriais (a sua jusante e a sua montante) e com o comércio de produtos agrários e agroindustriais numa relação de interdependência. Em suma, define um novo tratamento do setor agropecuário em integração com os outros setores.

Em sentido específico o termo complexo agroindustrial, para vários autores, é entendido como um conjunto de relações intersetoriais voltado a um produto ou cadeia em particular como explica LEITE (1990, p.23):

⁵ MÜLLER (1989a, p.31) descreve o Complexo Agroindustrial como unidade de análise; LEITE (1990, p.41) sustenta que essa mesma abordagem pode ser desenvolvida observando-se uma linha de produto específica, ou seja, uma cadeia produtiva.

No intento de operacionalizar o conceito, os autores distinguem os diversos complexos, na medida em que o conjunto de indústrias de transformação não é homogêneo. Assim, um conjunto de indústrias que mantenham relações mercantis entre si e poucas transações com o restante da economia, pode delimitar um complexo. Ainda no que tange aos limites, a interrupção do complexo é dada no momento em que aquele conjunto de indústrias atinge outras firmas de produção de um bem de uso difundido.

Ainda que a descrição de LEITE (1990, p. 23) possa abranger também os chamados “*complexos industriais*”, evidentemente, as relações com as atividades agropecuárias determinariam o distinto Complexo Agroindustrial, como sucro-alcooleiro, soja, avicultura, etc, enquanto as atividades agroindustriais comandariam as decisões do meio rural.

KAGEYAMA (1987, p.82-83) distingue quatro segmentações que caracterizam a estrutura do Complexo Agroindustrial. A primeira seria formada pelos *CAIs* completos, totalmente integrados a montante e a jusante, conformando um “*tripé*” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras. Como exemplo são citados os casos dos complexos: avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja. Depois viriam os *CAIs* chamados incompletos, amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante, sendo este um fornecedor genérico, como exemplo são citados os casos das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros. Assim os mesmos não configuram complexos. O terceiro segmento seria o das atividades agrícolas modernas sem vínculos específicos nem a montante nem a jusante, apesar de consumidoras de insumos industriais de um mercado genérico, como o caso do café. O último segmento seria o das atividades agrícolas artesanais, onde não há ligações fortes para ‘*frente*’ ou para ‘*trás*’, podendo atingir o mercado final ou servindo de subsistência, nesse caso ficam à margem do *CAI*.

Não se pode esquecer da dinâmica dos capitais industrial e financeiro à qual a agricultura (entendida como conjunto amplo de atividades agropecuárias) passa a subordinar-se. Como aponta KAGEYAMA (1987, p.11): “O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação

macroeconômica mais geral. As ligações inter-capitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras”.

Nesse sentido, vale dizer que as relações intersetoriais atingem, no Complexo Agroindustrial, os setores técnicos e financeiros sendo por meio de relações entre os diferentes capitais (agrário, industrial, bancário e financeiro) que se dá o surgimento de um novo processo no bojo do CAI, que constitui a centralização e a integração de capitais, de forma cada vez mais ampla e difundida.

Ainda sobre os diferentes conceitos de CAI, os autores FURTUOSO, BARROS E GUILHOTO (1998, p.11) trazem seis versões:

FARINA (1988) formula o conceito de sistema agroindustrial de alimentos como a cadeia que se inicia na produção agrícola, passa pelo processo de transformação industrial e pela rede de distribuição e atinge o consumidor final. STREETER et al. (1991) adotam a visão ampla de CAI, somando aos segmentos a montante (indústria de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura) e a jusante (indústria processadora de alimentos e matérias-primas) o consumidor. Para BARRY et al. (1992), o CAI é dito como uma cadeia de atividades inter-relacionadas, incluindo produção, processamento, comercialização e instituições de organização e elaboração/implementações de políticas setoriais. ARAÚJO et al. (1990), ao estudarem o CAI brasileiro, consideram os segmentos de insumos agrícolas, armazenagem, processamento e distribuição final.

Além dessas conceituações, esses autores apresentam a definição de DELGADO (1985), definindo o conjunto de empresas a jusante através do uso de critérios da origem agropecuária das matérias-primas utilizadas com um limite mínimo de 50%, e por fim a do IBGE (1995), que obedece a critérios com relação ao primeiro processamento ou processo de produção contínua dos produtos industriais que derivam da agricultura. Todas essas noções contribuem para estabelecer a composição do Complexo Agroindustrial⁶ dentro de uma visão dinâmica da agricultura. No entanto, é preciso notar que o uso do termo Complexo Agroindustrial ainda encontra algumas resistências como LAUSCHNER (1993, p. 273) que praticamente traduz o termo *Agribusiness*

⁶ É necessário lembrar que o conceito de *Agribusiness*, além de influenciar o uso dos termos Complexo Agroindustrial e Sistema Agroindustrial, inspirou também a versão francesa elaborada por MALASSIS (1973), conforme GRAZIANO DA SILVA (1996, P.67-68), que utiliza o conceito de Setor Agroalimentar - SAA, no qual estaria inserida a noção de “*filière*” ou cadeia agroalimentar.

por “Complexo Rural”, o que poderia ser considerado um contra-senso do ponto de vista semântico.

Não obstante, há que considerar que, se anteriormente ao processo de modernização, a agricultura praticada até então no Brasil era caracterizada pelo predomínio de uma cultura de exportação e por uma quase auto-suficiência das fazendas que mantinham poucas relações com atividades econômicas externas, além do vínculo comercial de exportação, essa realidade permite a delimitar a existência temporal e espacial de um *complexo rural*, como já foi referido. Como tal situação perdurou por várias décadas até meados do século XX, assumindo a forma de complexo cafeeiro, pode-se dizer que esse foi o padrão agrário dominante e que teve sua evolução e decadência.

O Complexo Rural, em gradativa desarticulação, substituído pelo *Complexo Cafeeiro*, sobretudo em São Paulo, teve grande influência na expansão urbana e industrial do Brasil pelas atividades que acabou por gerar em torno da economia cafeeira (SILVA, 1976, p.18), como infraestrutura, de redes viárias, de atividades comercial, bancária e industrial; vinculadas à burguesia agrária, sofreu seus primeiros impactos na sua estrutura com a separação das novas atividades criadas no próprio seio da cafeicultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.11-12). Aliado a isso está o redirecionamento da economia brasileira com vistas à industrialização, e ainda as crises no mercado internacional do café. O setor agrícola passa a ser encarado como algo a ser transformado para servir o desenvolvimento industrial, e, para tanto a modernização e diversificação da agricultura seriam essenciais.

No caso paranaense, apesar de distinto de São Paulo, a agricultura desempenhou também um papel de elemento impulsionador da economia regional, ainda que assumisse uma posição periférica em relação a São Paulo (PADIS, 1981, p.214). O fato de a atividade agrícola no Paraná (sobretudo no Norte do Estado) ter seu crescimento atrelado a uma rápida expansão da cafeicultura, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, num período em que o setor industrial, concentrado em São Paulo, torna-se dominante na convergência de capitais, resultou na condição de subordinação da economia estadual. A dependência paranaense tem um duplo

sentido: em primeiro lugar em relação ao mercado externo de café e em segundo a economia paulista, o que inibia a diversificação agrícola e a própria industrialização no Paraná.

A passagem do modo tradicional para o modo moderno de produzir (o Padrão Agrário Moderno) na agricultura brasileira é atribuída por KAGEYAMA (1987, p.4) e GRAZIANO DA SILVA (1996, p.6) ao processo de desarticulação desse Complexo Rural e sua dinâmica simples com bases artesanais de produção. Com a crise do padrão antigo que teve seu auge na década de 1950 começa a gestação de um novo padrão agrário, moderno e dependente da dinâmica industrial.

No entanto, o processo de transição se deu de maneira gradual e de modo geral lenta, salvo no caso do Norte do Paraná. O processo de modernização agropecuária foi o suporte para que se atingisse a constituição do Complexo Agroindustrial. No momento em que a dependência da modernização de sua capacidade de importar é interrompida com a internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura, ou seja, a instalação do chamado D1 agrícola, a modernização se torna autônoma (KAGEYAMA, 1987, p.13). Assim, seus limites são colocados pelo próprio capital inserido na agricultura.

GRAZIANO DA SILVA (1996, p.23-24), citando SORJ (1980, p.69), comenta que o novo padrão agrícola se difere do antigo na sua característica de expansão. Enquanto o antigo se limitava a expandir horizontalmente pela ocupação da fronteira agrícola, o novo padrão, além da expansão horizontal expande-se verticalmente integrando-se à expansão do Complexo Agroindustrial.

Para que se realizasse no Brasil um processo amplo de integração entre agricultura e indústria - característica primordial do CAI - com o setor agrícola incorporando bases industriais numa relação de dependência, foi determinante a ação estatal que criou condições para que produtores e suas organizações, como as cooperativas, respondessem à emergência da modernização e industrialização da agricultura (MÜLLER, 1990, p.40-41). Exatamente os produtores organizados em cooperativas e outros grupos econômicos, como as agroindústrias, é

que concentraram a maior parte das concessões fiscais e creditícias, sendo que no Paraná esses recursos foram bastante significativos.

Finalmente, vale mencionar as características oligopólicas dos setores que trabalham na interface agricultura-indústria. Segundo ALBUQUERQUE e GARCIA (1988, p.13) esse fato é que justamente caracteriza a existência do chamado “*Sistema Agroindustrial*”.

1.1 – A MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO NORTE DO PARANÁ

A modernização agropecuária, iniciada no país na década de 50, com estímulos do Estado e seus esforços para a implantação do D1 agrícola, impulsionada nos anos 60 com o advento de tecnologias (novos insumos, máquinas, técnicas de plantio e sementes selecionadas) do chamado “*pacote tecnológico norte-americano*” da *Revolução Verde*⁷, o que implicou na introdução de novas culturas, como a soja e o trigo, denominadas *modernas*, chegando ao Paraná principalmente nos anos 70, simultaneamente ao processo de desarticulação da estrutura cafeeira, atividade produtiva predominante no Norte do Estado.

Esse processo de modernização foi muito eficiente na sua difusão, pois impôs condições de produção sem as quais torna-se inviável qualquer atividade agrária com fins comerciais. Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram enormes. De um lado houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola; de outro estão os resultados trágicos⁸, com a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, e ainda, com a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à modernização.

⁷ Sobre a Revolução Verde LACOSTE (1985, p.170) comenta que esta suscitou imensas esperanças, baseadas na seleção de sementes e cereais de ótimos rendimentos, mas exigia condições de produção inatingíveis para a maioria dos camponeses e empresários agrícolas. Sendo assim apenas uma minoria do conjunto de agricultores conseguiu operar com insumos modernos.

⁸ Outra ocorrência atribuída às conseqüências da modernização agropecuária foi a visível tendência à concentração fundiária a qual se referem KONZEN e ZAPPAROLI (1990, p. 171-172).

MÜLLER (1990, p.53) classifica três grupos sociais resultantes da modernização agrária, fora àquele que emigrou dos campos: “O maior deles, habita em estabelecimentos rurais que servem como moradia da família. Pode contar com alguma produção mercantil tradicional, mas com o predomínio da produção para subsistência. Pequenos proprietários, meeiros, ocupantes, cuja característica básica é a pobreza moderna, juntamente com o fato de serem mão-de-obra para a economia geral”. Os dois outros grupos, segundo o referido autor, são compostos de pequenos produtores que se incorporaram à modernização agrária via cooperativismo e via agroindústria. Porém o mesmo autor esclarece que estas vias não esgotam todas as modalidades empíricas de incorporação à modernização, mas abarcam a imensa maioria de produtores incorporados tendo em vista as dificuldades da manutenção do pequeno produtor de maneira independente.

Esse é um fato típico da modernização nos países chamados dependentes como ressalta SANTOS (1996, p.106):

A utilização das terras é limitada àquelas que são melhor adaptadas, num dado momento, às tarefas requeridas. O impacto não é tão cego, mas bem localizado; de modo a atribuir os maiores rendimentos aos esforços. Isto significa também que a modernização assim obtida é circunscrita a uma determinada área do país e deixa desocupada ou desprezada enormes porções do espaço. E assim que expressões como fronteira agrícola ou zona pioneira significam que o espaço ainda está aberto e pronto a ser conquistado.

Na década de 70, o Paraná sofre o impacto da modernização agropecuária de forma mais intensa. As alterações na base técnica da produção ocorrem com a adoção de meios de origem industrial. O caso da agricultura paranaense constitui um verdadeiro *laboratório de pesquisa*: “[...] pois nela se encontram, na década de 70, regiões que apresentaram graus e ritmos diferentes de integração à modernização tecnológica, o que permite verificar como se deu esse processo, bem como acompanhar suas conseqüências. Encontra-se também um produto que contém em si as condições de funcionar como introdutor das inovações mecânicas, químicas e biológicas: a soja.” (FLEISHFRESSER, 1988, p.17).

DELGADO (1985, p.165), *apud* FONSECA e COSTA (1995, p.365), aponta que é a partir da modernização agropecuária na década de 70 que o setor cooperativista também se moderniza, sendo nesse em que surge a figura da multicooperativa; entidade que se assemelha com uma empresa controladora de um grupo empresarial pela diversificação setorial e espacial de operação econômica.

A modernização tecnoeconômica que se refere, segundo MÜLLER (1989b, p.63), a alteração na composição orgânica do capital, se faz presente como resultado da interação entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais. E a constituição do Complexo Agroindustrial é produto dessa modernização tecnoeconômica.

Esse período de intensas transformações no meio rural é descrito por LUCCI (1982, p.86-87): “Com o crescente aumento dos preços da terra e o intenso processo de urbanização provocado pela ocupação empresarial do campo durante a década de 70, as áreas mais tradicionais de cultivo vem intensificando o uso de insumos modernos e equipamentos, principalmente nas culturas de café, soja, arroz e trigo, o que vem provocando rápidas mudanças nas relações de trabalho e de produção no meio rural.”

O Paraná acompanhou o crescimento da agricultura no conjunto do país, colaborando também para esse impulso. Pois como salienta MUNHOZ (1982, p.46): “A agricultura brasileira registrou elevadas taxas de crescimento na década de 70, com um aumento no produto real até o ano de 1980, comportamento geral que também se verificou isoladamente com as lavouras”. E, segundo o mesmo autor, isso se deve, sobretudo, à abertura de novos mercados externos, ao crescimento da demanda internacional e às maiores dimensões do mercado interno.

É justamente a cultura da soja o fator mais representativo da modernização na agricultura paranaense, especialmente no Norte do Estado (que é o foco de interesse deste estudo). O sucesso da soja em substituição ao café no Norte do Paraná, se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses, que impulsionaram o

seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações. “A soja, a cultura mais dinâmica dos anos setenta, pela qual foram introduzidos os principais elementos que levaram às transformações quantitativas da agricultura paranaense, teve o seu dinamismo arrecefido (*sic*) na década de oitenta. Ainda é o principal produto no que se refere ao valor de produção, mas já não possui o mesmo dinamismo, encontrando-se relativamente estabilizado”. (ROLIM, 1995, p.63).

E foi a ação estatal, um dos mais importantes meios que promoveram a modernização, via mecanismos de crédito, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos como a soja. O incentivo à produção da soja significou uma política de preço mínimo favorável, amplo crédito para investimentos nessa cultura com juros subsidiados.

Tais estímulos à modernização não atingiram as pequenas propriedades e outros produtos como o feijão (e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade).

Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.31).

Percebe-se que, deixando de lado muitos produtos e produtores, a modernização agrária revela-se parcial, no entanto seu impacto é geral. Tal fato se justifica pelo estilo de incorporação à modernização implantada. A aliança entre os interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado, põe em prática um processo modernizante, que escolhe as áreas onde a demanda agroindustrial das exportações e dos centros urbanos é mais forte e, portanto, mais interessantes. E ao mesmo tempo em que se modernizava, o setor agrícola consolidava sua condição de dependência, como consumidor, dos insumos industriais.

À medida que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desenvolvimento, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Agora se tornava possível apreciar as várias faces de um fenômeno que correspondia um passo à frente, inevitável no curso do crescimento agrícola, mas que lhe haveria de trazer uma nova ordem de problemas. Ao aumentar sua dependência, de um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos e, de outro, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade. Isso também porque, entre outras razões, o mercado que nessa nova etapa se formará para seus produtos será muito menos livremente competitivo e tenderá a ser dominado mais e mais por condições monopolísticas. (ROCHA, 1990, p.239).

No Paraná, mais especificamente no Norte do Estado, as condições eram muito favoráveis à modernização. A economia estava integrada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café (FLEISHFRESSER, 1988, p.17-18). É na década de 70 que tem início a instalação de grandes unidades industriais com o setor agroalimentar ocupando a liderança no conjunto da economia paranaense.

Adotar uma visão de conjunto da economia paranaense desenvolvida na região norte-paranaense é interessante por duas razões, segundo PADIS (1981, p.105): “Primeiramente, porque as atividades de lavoura desenvolveram-se numa estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades. E em segundo lugar, devido ao volume de produção de determinados bens, responsáveis por considerável parcela da renda gerada no Estado.”

O volume de crédito destinado à atividade agrícola no Paraná representou cerca de 20% do total destinado para o Brasil (PEREIRA, 1992, p.120). Nesse Estado, como em outros, a política de crédito rural foi decisiva para a modernização significando a maior parte no volume de vendas de tratores e do consumo de fertilizantes. Sendo o Paraná, sobretudo nos anos 1970, o Estado onde houve a maior expansão das áreas de soja e trigo, o consumo de insumos modernos para essas lavouras foi enorme graças aos créditos oferecidos e destinados especialmente às mesmas culturas.

Do mesmo modo, foi indispensável o financiamento público para a agroindustrialização. No caso das cooperativas esse amparo estatal permitiu um notável crescimento das mesmas no setor agroindustrial (MEDEIROS, 1997, p.5). Porém, um bom número de agricultores ficou à

margem do processo de modernização e industrialização da agricultura, sendo esse lado trágico da modernização e das inovações tecnológicas. A consequência social foi então a criação dos excluídos do campo.

Por outro lado, na incorporação de produtores, como ressalta MÜLLER (1994, p.15), através da industrialização do campo e da agroindustrialização da produção agrária, foi alterado o critério de participação dos produtores agrários em relação ao período “*latifúndio-minifúndio*”, sendo que a essa ocorreu em condições de radicais mudanças microeconômicas e sociais. “Em outras palavras, houve uma clara seletividade entre aqueles que poderiam ser incorporados, e os que foram incorporados o foram através de cooperativas, contratos com agroindústrias, contratos com supermercados, possibilidades de acesso direto a mercados graças a ação setor público”.(MÜLLER, 1994, p.15).

Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias surgem como uma das formas alternativas à inserção na modernização tecnológica do campo. Ao mesmo tempo, elas acabam também por incorporar os produtores à lógica e dinâmica do Complexo Agroindustrial. Ao ingressar em atividades agroindustriais as cooperativas vão buscar fortalecimento agregando valor aos produtos primários, e ampliando sua participação nas cadeias produtivas. E atingindo seus objetivos primários as cooperativas também atendem aos interesses do Estado, de um lado como instrumento da penetração do capitalismo no campo (SERRA, 1986, p.1), e de outro desencadeando um desenvolvimento econômico regional, segundo o modelo agroindustrial-exportador (MEDEIROS, 1997, p.5), implantado nos anos de 1970.

1.2 - A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O tipo de modernização praticado no Brasil - concentrada no Centro-Sul do país - e no Paraná, incorporou a atividade agropecuária a um conjunto de mercados fortemente oligopolizados, o que caracteriza o setor agroindustrial. Essa dinâmica, materializada no CAI, impõe novas formas de agroindústrias, organização comercial interna e internacional, padrões

produtivos que redundam no submetimento das atividades agrícolas ao comando industrial, sobretudo.

Essa nova realidade, denominada de “*Padrão Agrário Moderno*”⁹ por MÜLLER (1989a, p.41), sintetiza os elementos presentes no Complexo Agroindustrial com a agricultura totalmente integrada à indústria por meio das relações intersetoriais no conjunto econômico. A agricultura assume assim um estilo empresarial de gerir-se.

Nesse quadro, as empresas cooperativas surgem como alternativa à inserção na modernização tecnológica do campo, funcionando ao mesmo tempo como propagadoras da mesma. Por outro lado, vêm-se forçadas a ingressar na atividade agroindustrial com intuito de agregar valor à produção agropecuária como meio de sobreviverem à concorrência com empresas que passam a operar com os mesmos produtos.

No Paraná as cooperativas agropecuárias tiveram um importante papel no processo de modernização da agricultura, levando os produtores associados a aderirem rapidamente às inovações tecnológicas, especialmente ao pacote tecnológico da soja, atuando como centros propagadores da mesma modernização. Para tal sentido, foram estimuladas pelo poder público que concedeu “[...] crédito a longo prazo para a instalação de infra-estrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas”. (HESPANHOL e COSTA, 1995, p.374). Pode-se notar que as cooperativas atuaram como agentes da modernização e diversificação no campo.

A transição das cooperativas agrícolas, e no caso do Norte paranaense, sobretudo, as cooperativas de cafeicultores, de meras comercializadoras da produção para participantes do setor agroindustrial aconteceu com a consolidação da modernização agrária via lavouras mecanizadas de soja e trigo. A Agroindustrialização veio inicialmente através do processamento da produção entregue pelos associados. A diversificação da produção agrícola com o incentivo a novos

⁹ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.83) critica MÜLLER (1990, p.15), ao não concordar com a noção de Padrão Agrário Moderno, por considerar que tal conceito pode acentuar, ainda mais, uma falsa noção de homogeneidade da produção capitalista no campo entre ramos distintos como, por exemplo, entre a pecuária e a horticultura. Porém o mesmo autor (Idem, p.23) traz a noção de “Novo Padrão Agrícola” que caracterizaria a nova orientação agrícola para a integração vertical e para um incremento da produtividade.

cultivos trouxe a diversificação da forma de atuação das cooperativas, com grandes investimentos na verticalização.

No caso das cooperativas de cafeicultores do Norte do Paraná, estas surgem num período crítico para o mercado de café, como última saída da crise para os produtores. Na época, entre 1957 e 1964, - período no qual a maioria das cooperativas de cafeicultores foi implantada e estimulada pelo Estado via Instituto Brasileiro do Café - o cooperativismo surge “[...] como instrumento de defesa dos produtores, em uma época bastante adversa, de profundas dificuldades na comercialização das safras. A expectativa era de que as cooperativas permitissem visualizar uma solução de curto prazo que resolvesse o problema dos excedentes de café e que gerasse o equilíbrio do mercado e a retomada de preços”. (SERRA, 1995, p.59-60). Como se pode observar não foi a doutrina cooperativista nem seus princípios filosóficos que atraíram os agricultores para aderirem a essa relação associativista, mas a vantagens econômicas que isso significaria.

Mesmo com características peculiares que distinguem as cooperativas de outras empresas, o fato de elas investirem na diversificação e agroindustrialização pode ser entendido pela necessidade de crescimento que na verdade foi, até certo ponto, imperativa. Isso é factível, na medida em que os ganhos com a comercialização, sem nenhum processamento, eram muito reduzidos, seja para a remuneração do cooperado, seja para a formação de um capital para que a cooperativa se sustentasse como entidade autônoma. Justamente por isso:

A existência de créditos subsidiados é básica porque o setor não dispõe da rentabilidade e conseqüente capacidade de competição que possuem as empresas nacionais e multinacionais concorrentes. Ao mesmo tempo, as características dos pequenos produtores que representam a maior parte do seu quadro social, não teriam permitido a geração de um volume de excedentes que possibilitassem o financiamento do mesmo ritmo de crescimento com recursos próprios, sem uma verdadeira ruptura de todo o sistema. (LEÃO, 1989, p.44).

A importância da agroindústria atingiu tal nível que sem ela a agricultura torna-se quase impraticável (basta citar a agroindústria de sementes, a montante). Em relação às agroindústrias processadoras, estas assumem um papel de adicionadoras de valor aos produtos, o que para as cooperativas foi decisivo nas suas pretensões dentro do mercado.

2 - O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO PARANÁ

2.1 - UM BREVE HISTÓRICO

Em sua maioria, as primeiras iniciativas cooperativistas no território paranaense partiram de imigrantes. Eram, sobretudo agricultores que miravam na associação a maneira ideal de consolidarem os propósitos das colônias. Sobre isso expõe SERRA (1995, p.56):

No Paraná, as cooperativas constituídas de agricultores imigrantes foram muito importantes, primeiramente no papel de fixar o homem à terra e facilitar sua adaptação sócio-econômica e cultural no contexto das colônias agrícolas, e posteriormente como instrumento que ajudou a viabilizar a sua participação, como produtor agrícola, no sistema econômico dominante. Na prática, a instalação de uma cooperativa era seguramente a estratégia utilizada pelos imigrantes para, em melhores condições, terem assegurado o seu desenvolvimento econômico e social na terra distante. Num primeiro momento, a cooperativa servia para viabilizar a colônia; num segundo momento contribuiria para garantir a sua prosperidade através da comercialização de excedentes agrícolas e, em alguns casos, de produtos industrializados.

Talvez um dos maiores destaques entre os pioneiros do cooperativismo no Paraná, seja o caso do ucraniano Valentim Cuts, que liderou a fundação de diversas cooperativas no Estado, principalmente compostas de imigrantes ucranianos. Alguns exemplos são citados por OCEPAR (1997b, s.n.): “[...] a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz) em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda, ‘Liberdade’, em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio 1942, recebendo o nº1”.

Outro personagem pioneiro dos movimentos cooperativos no Estado foi o padre Teodoro Drapienski que criou em três de maio de 1920, a Sociedade Cooperativa de Comércio “União Lavoura” de cunho político-confessional (OCEPAR, 1997b, s.n.) e inspirada no sistema de Raiffeisen (SERRA, 1995, p. 57). Cabe ainda registrar a fundação da Colônia Muricy através da

Sociedade Agrícola Polonesa de 1912, e, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José em 1945 (OCEPAR, 1997b, s.n.).

Tem-se ainda muitos outros casos de cooperativas surgidas a partir de colônias de imigrantes holandeses, alemães e outros (Tabela 1). “Significativo impulso ao cooperativismo estadual, foi trazido também pelas experiências bem sucedidas das cooperativas de colonização, como Batavo e Castrolanda de Castro; e Capal de Arapoti, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial vigentes no país”. (OCEPAR, 1997a, p. 5).

TABELA 1 – COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE ANTIGAS COLÔNIAS

Cooperativa	Fundação	Município	Colônia	Instalação	Origem
Coop. Mista Agropec. S. José Ltda	-	S. J. dos Pinhais	Murici	1878	polonesa/italiana
Coop. Afonso Pena Ltda	-	Curitiba	Afonso Pena	1908	alemã/polonesa
Coop. Mista Iguassu Ltda	-	Curitiba	Afonso Pena	1908	alemã/polonesa
Coop. Garcês Ltda	-	Curitiba	Garcês	1935	alemã/polonesa
Coop. Maracanã Ltda	-	Castro	Maracanã	1935	alemã
Coop. Mista Cipó Ltda	-	Castro	-	1935	alemã
Coop. Agrop. Batavo Ltda	1935	Castro	Carambeí	1911	holandesa
Coop. Castrolanda Ltda	1951	Castro	-	-	holandesa
Coop. Central Agrária Ltda	1951	Guarapuava	-	-	alemã
Coop. Mista Agrop. Witmarsum Ltda	1952	Palmeira	Witmarsum	1951	holandesa
Coop. Central de Laticínios do Paraná	1954	Castro	Carambeí	1911	holandesa
Coop. Agrop. de Arapoti Ltda	1960	Arapoti	Arapoti	1960	holandesa

FONTE: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1974.

ORGANIZAÇÃO: SERRA, 1995, p.57.

É preciso lembrar que, além dos muitos exemplos de cooperativas surgidas a partir de colônias de imigrantes, vários outros casos não envolveram diretamente essas colônias, ainda que os exemplos dos imigrantes podem ter influenciado outros movimentos. Dentre os casos que podem ser citados destacam-se a fundação da *Associação Beneficente 26 de Outubro*, em Ponta

Grossa no ano de 1906, que mais tarde foi transformada em *Cooperativa Mista 26 de Outubro*, organizada por ferroviários. Outro caso é a organização da *Cooperativa Florestal Paranaense* em 1909, que funcionava como uma entidade representativa das indústrias madeireiras (OCEPAR, 1997b, s.n.).

Destaque também foi a fundação das *cooperativas de mate*. Inicialmente, houve a organização em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda – *Agromate*; em seguida por iniciativa do Governo Federal, os mateiros seguem a orientação da Comissão de Organização de Cooperativas de Mate – COCPM, a partir de 1943, num período de crise em virtude da concorrência com o produto argentino, dos altos estoques e baixos preços, são estruturadas as cooperativas (SERRA, 1995, p. 58). Tratava-se da busca de uma solução para o período crítico que indicava o declínio da atividade ervateira no Estado. Entretanto, após um curto período de ascensão, em meio a conflitos de interesses entre industriais, comerciantes e produtores insatisfeitos com a política da COCPM, uma crise ainda mais intensa, provocada pela consolidação da posição da Argentina e de outros países no mercado mundial (SERRA, 1995, p. 59), coloca os produtores paranaenses em uma situação altamente desfavorável, pois contavam com um produto de qualidade inferior sem condições de competir no mesmo nível dos concorrentes.

2.2 – AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE CAFEICULTORES

2.2.1 – A Cafeicultura paranaense

No Paraná, a cafeicultura representou não apenas uma atividade econômica, mas um dos elementos responsáveis por uma das mais extraordinárias mobilizações ocupacionais de território já observadas no Brasil. Sobretudo o Norte do Estado, praticamente despovoado e coberto por uma imensa mata na década de 1920, tem a sua história de ocupação demográfica e econômica confundida com a evolução da atividade cafeeira.

A colonização privada, organizada pelas companhias colonizadoras (com destaque a *Companhia de Terras Norte do Paraná* de capital britânico) teve êxito através de ações planejadas que conformaram a área colonizada numa estrutura ideal para a cafeicultura.

Obviamente fatores como a qualidade das terras, condição econômica nacional após a crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista e o próprio surto de industrialização em São Paulo nos anos 1930, colaboraram favoravelmente (PADIS, 1981, p. 83). Mas o sucesso da colonização deve-se, em boa parte, ao modelo praticado pela mesma. A divisão das terras em pequenos lotes - de modo geral - com pagamento parcelado e normalmente de baixo custo, proporcionaram facilidades na manutenção da área de cultivo para o agricultor e sua família que constituíam a força de trabalho necessária.

Sendo a cafeicultura uma atividade, na época, quase que exclusivamente voltada ao mercado externo, ou seja, para a exportação, criou-se uma infraestrutura destinada ao armazenamento, comercialização e escoamento da safra. Assim foi iniciada a construção de rodovias que ligavam a região norte-paranaense a São Paulo e, também, a conexão ferroviária com a ferrovia Sorocabana; desse modo, estabelecia-se a ligação com o Porto de Santos (PADIS, 1981, p.88). A malha rodoviária, composta pelas estradas construídas através das empresas colonizadoras completava essa infra-estrutura.

As primeiras referências ao café no Paraná começam a surgir no debalde dos anos vinte. Não obstante a sua permanente linha ascensional, a produção cafeeira no Estado apresentará por mais um quarto de século, isto é, até os fins da Segunda Guerra Mundial, um desenvolvimento bastante fraco no conjunto da produção nacional. E só a partir da segunda metade do quinto decênio do século, o café começará a crescer de forma acelerada para, em pouco mais de uma década, de um lado fazer dele o maior produtor do país e, por outro, tornar-se o principal gerador da capacidade produtiva nacional de importar. (PADIS, 1981, p.113).

A região Norte do Paraná foi responsável pelo salto econômico do Estado a partir da atividade agrícola, sobremaneira a cafeicultura foi responsável por esse fato a partir dos anos de 1940. Percebe-se que diversos fatores locais, circunstanciais e estruturais condicionaram para isso. Essa região atraiu populações inteiras por meio de colonização dirigida, sendo o café o

símbolo maior dessa ocupação. GRAZIANO DA SILVA (1996, p.176) atenta para o fato da introdução da cafeicultura no norte-paranaense ser devida à expansão da lavoura paulista: “A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura paulista, que aí encontrou enormes extensões de terras roxas, ideais para essa cultura. As frentes pioneiras que ali se estabeleceram vieram atraídas pelas perspectivas de um novo Eldorado, geralmente trazendo algum capital e com objetivos comerciais”. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.176).

Ainda que a cafeicultura paranaense seja a continuação da lavoura paulista em expansão, historicamente no Paraná o café desempenhou um papel distinto. As particularidades vão desde a forma de ocupação das terras (divididas em pequenos lotes pelas companhias colonizadoras) até as condições do setor cafeeiro na época onde o Paraná obtém vantagens com as restrições ao cultivo em São Paulo, como lembra CANCIAN (1981, p.14):

No caso paranaense [...] deve-se considerar que, desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais. Ao mesmo tempo a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões mais velhas, agiram no sentido de atrair numerosos fazendeiros em busca de terras paranaenses, de boa qualidade para o café, e onde não havia proibição de plantio.

Além disso, no Paraná, a lavoura cafeeira fugia da condição de monocultura plena (CANCIAN, 1981, p.33), ou de produto exclusivo. Aos colonos havia a possibilidade de manterem-se com pastagens, algodão e outras lavouras temporárias, diminuindo o impacto causado pelas constantes crises no mercado internacional de café. Desse modo, apesar do predomínio da cafeicultura a diversificação existente, por mínima que fosse, era visível tanto nas áreas mais antigas (do chamado *Norte Pioneiro*) como nas novas com colonização dirigida.

A produção paranaense cresceu, com algumas oscilações, entre a década de 1920 e 1940 num movimento ascendente, vindo a decrescer significativamente em 1943 (PADIS, 1981, p. 118), devido, sobretudo, a ocorrência de geadas. Mas nos anos 1950, a produção paranaense volta a crescer, passando a representar 28% da produção nacional nessa década e atingindo 62,8% na

safras de 1962/63; mas conforme observa TAVARES (1985 p. 15): “ [...] o Paraná elevou sua participação na produção nacional exatamente no momento em que prevaleciam preços internacionais decrescentes do produto, bem como adotava-se uma política cambial favorável à acumulação do capital no setor industrial”.

E foi justamente essa conjuntura desfavorável que acabou por condicionar o surgimento das cooperativas de cafeicultores. Com um mercado saturado e produção de qualidade inferior, as cooperativas representaram uma saída para os produtores de café.

2.2.2 – O Surgimento das cooperativas agropecuárias de cafeicultores

“O café foi o produto que abriu as portas para o cooperativismo na região Norte do Paraná”. (SERRA, 1995, p. 59). Surgidas inicialmente por iniciativas dos produtores, foram os estímulos do Instituto Brasileiro do Café – IBC, que impulsionaram a constituição e recuperação das cooperativas de cafeicultores no Paraná.

Do mesmo modo que ocorrera com as cooperativas de Mate, é num momento de crise da lavoura em que os produtores unem-se em cooperativas (TAVARES, 1985, p. 15). No entanto as primeiras cooperativas de cafeicultores surgem motivadas pelas dificuldades de transporte das safras diretamente para São Paulo, a falta de vagões teria que ser suprimida para que os produtores obtivessem melhores ganhos, através do transporte ferroviário, do que se comercializassem a produção com intermediários. Assim são fundadas a Cooperativa Agrícola Três Barras no município de Assaí em 1939 (a primeira do Norte do Paraná); a Cooperativa Mista de Cambé em 1943; a Cooperativa Agrária de Ibiporã, em 1947, e várias outras (SERRA, 1995, p. 60). Entretanto essas não conseguiram manter-se e sobreviveram por poucos anos, sem força para solucionar inclusive o problema de transporte da produção.

Mas na década de 1950, o cooperativismo volta a ser discutido entre os produtores de café. Dessa vez a crise no mercado, em razão das supersafras do produto, foi a motivação. No início da década de 60, o número de cooperativas de cafeicultores quase duplicou em relação às

existentes na década de 50 (ARAÚJO, 1982, p.24). A associação em cooperativas trazia um novo alento aos produtores, significando talvez a única alternativa para a continuidade da cultura cafeeira. Como enfatiza TAVARES (1985, p.15):

A formação de cooperativas de produtores de café ocorreu também pelos estímulos oferecidos pelo IBC, através da liberação e agilização de mecanismos burocráticos para a exportação de cafés proveniente de cooperativas. Da mesma forma o tamanho das propriedades agrícolas, que no Paraná ao contrário de São Paulo, àquela época, eram pequenas, induziu a participação de grande número de pequenos e médios produtores, cujas possibilidades de beneficiamento do produto a nível de propriedade eram muito reduzidos, devido ao problema de economias de escala.

Sendo o café um produto de importância econômica e social, justificava uma interferência direta do governo, por meio de mecanismos que protegessem a sua produção e também a comercialização. E as cooperativas de cafeicultores foram afetadas por esses mecanismos (SERRA, 1995, p. 52).

Mesmo as cooperativas que não surgiram através do IBC, dependiam da ação desse órgão estatal para superar as crises. Assim havia uma relação muito forte entre as cooperativas e o IBC, que envolvia uma atuação conjunta nas questões do café. Porém quando se acentua a da crise na cafeicultura e há a retirada dos estímulos ao setor cooperativista, tem início um processo de dissolução das cooperativas de cafeicultores a partir de 1966 (HESPANHOL e COSTA, 1995, p. 375). Desse modo, das 33 cooperativas de cafeicultores existentes em 1964 (OCEPAR, 1997a, s.n.) restaram apenas oito conforme HESPANHOL e COSTA (1995, p.375).

2.3 – A INTEGRAÇÃO DAS COOPERATIVAS PARANAENSES

Visando dar um novo impulso às cooperativas, em 1969 tem início no Paraná as primeiras discussões em torno da implantação dos projetos de integração numa ação coordenada conjuntamente entre os vários órgãos promotores do cooperativismo (OCEPAR, 1997b, p. 5). Os projetos buscavam rediscutir a forma de atuação das cooperativas. Tratava-se de uma reordenação estratégica, era preciso que a atuação das cooperativas fosse pensada e organizada de modo que prevalecesse a harmonia do conjunto das cooperativas evitando concorrência entre as mesmas (pela delimitação das áreas de atuação de cada cooperativa).

Essa reestruturação organizacional das cooperativas se concretizou com instalação dos Projetos de Integração Cooperativista a partir de 1971. O Paraná foi dividido em três grandes áreas (FIGURA 1), cada uma relativa a um projeto. São eles: o Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC, criado em 1974, abrangia o Oeste e Sudoeste; o Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP, implantado em 1974, cobria todo o Norte e parte do centro do Estado; enquanto o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP, que teve início em 1976, era responsável pela região Centro-sul. A própria Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR, nasceu nesse período como órgão que apoiou a execução dos projetos, constituindo-se na entidade representativa dos interesses das cooperativas paranaenses (OCEPAR, 1997b, s.n.).

ÁREAS DE ATUAÇÃO* DOS PROJETOS REGIONAIS DE COOPERATIVISMO NO PARANÁ

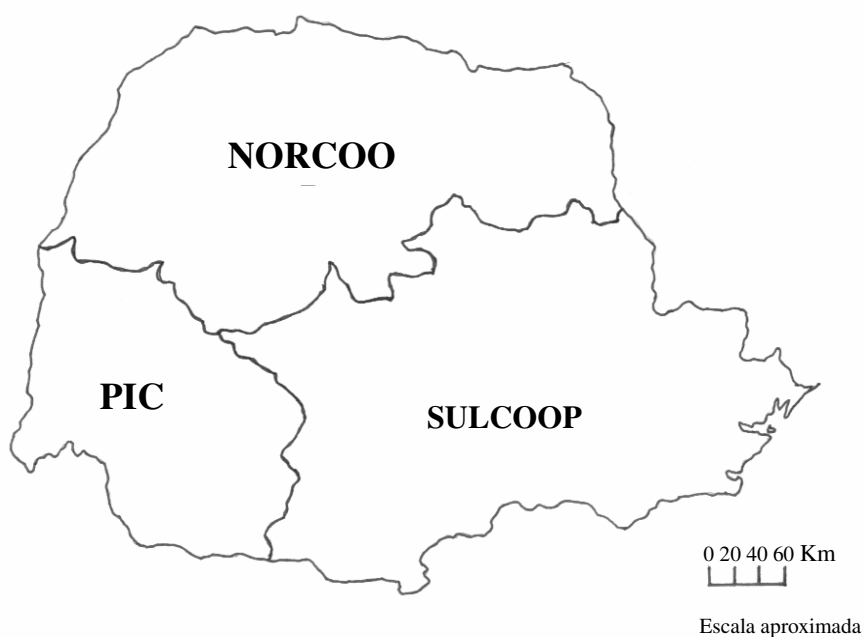


FIGURA 1

FONTE: MORO, 1991, p.74.

* Deve-se salientar que a Cooperativa Agropecuária Mouraoense – COAMO – ainda na década de 70, passou a ser responsável por uma área que ultrapassa a delimitação original do projeto NORCOOP. Esse espaço dentro do projeto SULCOOP, que englobava na época os municípios de Palmas, Bituruna, Mangueirinha e General Carneiro, passou, assim, a incorporar o NORCOOP.

O crescimento das cooperativas no setor agroindustrial, ou seja, no seu processo de verticalização, foi alcançado graças também aos projetos de integração definidos no início da década de 70. Estes representaram uma reestruturação econômica e filosófica do cooperativismo paranaense. Essa forma de organização permitiu um desenvolvimento das cooperativas de maneira “dirigida”, os próprios investimentos em agroindustrialização passavam a ser impulsionados de maneira planejada.

Tal integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na economia estadual, em função da agregação dos interesses dos produtores rurais paranaenses, permitindo a concretização da montagem de uma infra-estrutura básica para o atendimento de crescente produção estadual e de fundamental importância para o início da integração vertical a agroindustrialização. Significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do Complexo Agroindustrial, não se conformando com a condição de meras repassadoras de matérias-primas as indústrias. (OCEPAR, 1997b, p.5).

Com a consolidação da integração das cooperativas, o objetivo das mesmas passa a ser um desenvolvimento, de forma planejada, que permitisse a montagem de infra-estrutura para o recebimento da produção diversificada, como armazéns e silos, mas, sobretudo, que atingisse um crescimento vertical através da agroindustrialização. As cooperativas agropecuárias caminhavam para a competição num mercado bem mais complexo que a simples comercialização de produtos agrícolas: o mercado agroindustrial. Para que atingissem a agroindustrialização, as cooperativas atuaram ativamente no processo de modernização agrícola, que incluía a diversificação e substituição de culturas, a utilização, de forma cada vez mais ampliada, de insumos industriais *modernos*, inovações tecnológicas e máquinas.

Beneficiadas com créditos oficiais, as cooperativas funcionavam como instrumento de difusão das novas técnicas de produção, desse modo servindo aos interesses do Estado de promover a modernização na agricultura.

Intermediando a compra de insumos industriais, repassando créditos e garantindo o fluxo normal da produção (FONSECA e COSTA, 1995, p. 365), as cooperativas consolidam sua posição na comercialização de produtos agrícolas congregando interesses dos grandes produtores, do Estado e das próprias agroindústrias (IPARDES, 1986, p. 174).

Resta dizer que apesar da integração das cooperativas agropecuárias a nível nacional também ter ocorrido, através de um intenso movimento cooperativista levado a cabo nas décadas de 70 e 80 com um intercâmbio cada vez maior e mais estreito entre as cooperativas brasileiras, continuam a persistir as marcantes diferenças regionais no setor econômico cooperativado (VAN KAICK, 1986, p.9). No caso do Paraná, a diferença essencial está no nível de desenvolvimento das cooperativas. Enquanto algumas despontam no cenário econômico por sua força e pujança, outras caminham com maior dificuldade.

2.4 – AS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVAS NA ECONOMIA PARANAENSE

A economia paranaense teve na agroindústria seu mais importante eixo de industrialização. Desde os primórdios de sua colonização, a agroindústria se fez presente, inicialmente com o processamento do mate, da madeira e mais tarde do café. Mas essa antiga agroindústria, na realidade, tratava-se de um primeiro beneficiamento de produtos primários, de forma rústica, não tendo vínculo com o setor agroindustrial moderno e o CAI.

Entretanto, essas agroindústrias persistiram, restringindo-se às etapas iniciais do processamento elas forneceram matérias-primas (elaboradas ou semi-elaboradas) para indústrias do Estado de São Paulo. E representaram importante participação na economia estadual.

“Em 1970, a agroindústria representava aproximadamente 75% do valor da produção da indústria paranaense, 45% do pessoal ocupado e 65% do valor da transformação industrial”. (ASSUMPÇÃO, GALINA e CONSONI, 1991, p. 21). Mais adiante, durante a década de 70, a

agroindústria firma-se como expressão da industrialização paranaense. A abundância de matéria-prima faz com que o Norte do Estado seja vantajoso para localização de unidades processadoras. “A partir de 1976 a indústria passa a superar a agricultura na geração de renda, destacando-se como principal gênero a agroindústria alimentar, composta basicamente pelos ramos: produtos alimentares e produção de óleos vegetais em bruto”. (ASSUMPCÃO, GALINA e CONSONI, 1990, p.135). A participação das cooperativas no setor agroindustrial cresce significativamente; estas atuam para completar a verticalização do processo produtivo fornecendo os insumos, agindo em todas as etapas da produção agrícola com assistência técnica, processando e industrializando os produtos. Um típico exemplo é o óleo de soja refinado, para o consumo final.

Foi justamente durante a década de setenta que a indústria supera a participação da agricultura na geração de renda interna no Estado (LEÃO, 1989, p. 28) sendo que se tratava de agroindústrias.

A explicação pode ser parcialmente encontrada no caráter moderno e dinâmico da agricultura estadual, uma vez que a agroindústria constitui a principal vertente do crescimento industrial. Entretanto, a indústria também se diversifica, instalando-se gêneros e grupos industriais novos. Atuaram aí diversos fatores, como as condições locais do Paraná, a definição de uma política de desenvolvimento, centrado no BADEP, a instalação de uma infra-estrutura de transporte e energia elétrica adequada ao investimento industrial e o fato de a economia brasileira atravessar um período expansivo, com retomada dos investimentos privados. (LEÃO, 1989, p. 28).

Em meados dos anos 70, o eixo Maringá-Londrina já é a maior área agroindustrial do Paraná, como se pode ver na afirmação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em levantamento para *Estudo de Integração de Pólos agroindustriais do Paraná*: “O eixo Maringá-Londrina, incluindo apenas os municípios ao longo do trecho rodoviário e ferroviário, participa com 19% da indústria de transformação do Estado e com aproximadamente 22% da agroindústria, o que a qualifica como a principal área agroindustrial do Paraná”. (IPARDES, 1974, p. 34).

E boa parcela da expansão das agroindústrias na década de 70 tem relação com a própria expansão cooperativista no setor. Grandes investimentos, empreendimentos de cooperativas,

impulsionaram a atividade agroindustrial. Ao mesmo tempo em que as mesmas iniciavam seus esforços para participar na cadeia completa de produção, elas conquistavam seu espaço nesse mercado extremamente competitivo, dominado por grandes empresas (OCEPAR, 1990, p.8). Os financiamentos estatais tiveram, nesse sentido, papel de fundamental importância. Desse modo, as agroindústrias cooperativas se multiplicaram durante os anos 70 e 80, período mais dinâmico para as mesmas.

Por outro lado, a agricultura perde seu dinamismo - enquanto força isolada - no *agronegócio* conforme se esgotam as áreas para expansão do cultivo. E isso se deve em parte ao surto de agroindustrialização liderado pelas cooperativas agropecuárias, sobretudo, nos anos 80 (LAURENTI, 1998, p.473), que acabou por concentrar o valor adicionado do agronegócio, em contraposição ao decréscimo gradativo da contribuição da atividade agropecuária propriamente dita.

Do lado dos financiamentos dos investimentos agroindustriais, o crédito rural havia beneficiado enormemente o D1 entre 1970 e 1980 (pois ampliou a demanda de máquinas e insumos devido a própria modernização) consolidando a agricultura como mercado às indústrias a montante, do lado das agroindústrias “[...] as políticas tenderam a ter caráter mais específico, ligadas a certas atividades, produtos e regiões” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 39). Estas condições já estavam colocadas desde a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, que permitiu que se consolidasse o chamado padrão integrado de crescimento agrícola sustentado até o final da década de 70 (PASSOS, 1990, p.5).

Por outro lado, as cooperativas encontraram no Estado um forte aliado. As políticas institucionais baseadas em incentivos fiscais e créditos específicos para financiamentos das empresas cooperativas nas suas iniciativas de investir no setor agroindustrial - aliadas a políticas de financiamento da produção e de preços mínimos - demonstram a preocupação estratégica das ações estatais com relação às cooperativas agropecuárias (LOURENÇO, 1992, p.131). A união de interesses entre cooperativas e Estado possibilitou uma enorme expansão das cooperativas, principalmente em participação na agroindústria de óleos vegetais.

Acerca dessa expansão, é importante ressaltar que esta se deu com intensa concentração, conferindo às cooperativas amplas possibilidades de inversão de capitais em segmentos industriais articulados com a agricultura, principalmente na verticalização da produção em direção às indústrias de processamento e distribuição de matérias-primas. Isto significa que a incorporação do capital da própria agricultura mediante a migração de recursos, oriundos do patamar de acumulação já alcançados pelas cooperativas, para a agroindustrialização contribui para a transformação da agricultura paranaense em direção a produtos de maior valor adicionado, resultando em mudanças significativas na estrutura produtiva do Estado. (PEREIRA, 1995, p.36).

Como lembra LEÃO (1989, p.45), é evidente que, a partir de 1979, com a perda em boa parte dos financiamentos subsidiados, o crescimento das cooperativas passa a depender crescentemente da sua capacidade de autocalcapitalização. E a partir daí, se manifesta mais intensamente uma contradição própria a esse tipo de instituição, que fica presa à necessidade de acumular e, ao mesmo tempo, a uma base de pequeno e médios produtores cujos interesses não são, em curto prazo, os mesmos da cooperativa.

As dificuldades enfrentadas pelas cooperativas poderiam ser ainda maiores, caso não houvesse a ajuda institucional. Como afirma KOSLOVISKI (1986, p.28): “Por isso, torna-se imprescindível que os dirigentes das cooperativas e associados se conscientizem de que os tempos mudaram, os financiamentos a custo zero para aquisição de insumos ou para investimento e capitalização a juros subsidiados já não existem, havendo necessidade de um redimensionamento de toda a prática adotada neste setor”.

Em relação aos produtores agropecuários não cooperados, muitos destes integraram-se às agroindústrias via contratos. “Estas integrações apresentam níveis importantes de controle industrial sobre a produção agrícola tanto na determinação dos aspectos tecnológicos da atividade, tendo em vista os parâmetros específicos de qualidade, como no controle da quantidade e fixação dos preços”. (BRANDENBURG E FERREIRA, 1995, p.66). Ao mesmo tempo em que essa relação contratual “moderniza” o produtor, enquanto empresário rural especializado, cria a dependência de um em relação ao outro. O agricultor submete-se às condições impostas pela agroindústria. Como afirma LAUSCHNER (1984, p.78): “O empresário rural já não será orientado pelas grandes oscilações de preços, mas pelo planejamento racional da agroindústria.

Quando o agricultor resiste ao processo de integração na agroindústria, esta, por vezes, o substitui e realiza mesmo toda ou parte da produção rural”.

No caso da agroindústria cooperativa, esta oferece algumas vantagens ao agricultor cooperado, como a possibilidade de participação nos resultados, assistência constante ao produtor e facilidades de créditos e compra de insumos.

Assim as cooperativas prestam serviços relevantes:

Estabelecem diretrizes para a produção dos associados numa perspectiva mercadológica, vendem em comum os produtos “in natura” ou elaborados, dando maior poder de barganha aos seus associados. Outra função relevante é o fornecimento de bens de consumo e de bens duráveis, reduzindo através de compra comum e de maior volume o processo de intermediação, conseqüentemente os preços finais a serem pagos pelos cooperados. (CARVALHO; BRITO; PEREIRA, 1993, p.47).

No Paraná, as cooperativas que se industrializaram “[...] apresentam uma maior estabilidade e estão conseguindo pagar seus investimentos e ainda dar um preço maior pela produção de seus associados podendo-se afirmar que aquelas que permaneceram na fase primária da produção sempre estarão mais susceptíveis às oscilações e intranquilidade do setor agrícola”. (OCEPAR, 1990, p.16). As cooperativas passam assim a raciocinar como agroindústrias. “Participam da divisão territorial, evitando competir com os gigantes do ramo. Entretanto podem constituir-se num instrumento que ajude os agricultores a obterem melhor barganha com a agroindústria”. (ALVES, 1988, p. 15).

Até o início dos anos 90 o setor secundário paranaense ainda estava concentrado na agroindústria. “Entretanto, isto não significa que a indústria esteja subordinada à agricultura e ao seu dinamismo, ao contrário, é a indústria que atrela a si a produção agrícola e esta passa a adotar tecnologias de acordo com os interesses do capital industrial”. (TRINTIN, 1993, p.89).

Como um dos fatores condicionantes para o sucesso da agroindústria em determinada região, relaciona-se com a potencialidade da produção de matéria-prima para atender a demanda

(VEIGA, 1980, p.317), o interior do Estado do Paraná ainda apresenta uma forte “vocação” para as atividades agroindustriais.

2.4.1 – Diversifica o e Verticaliza o das cooperativas no setor agroalimentar

Na medida em que as cooperativas tornam-se transformadoras de matérias-primas, segundo MEDEIROS (1997, p.4), passam a “ [...] internalizar em suas atividades econômicas, o processo de integra o vertical, notadamente a partir dos anos 70 com a implementa o da política agrícola”.

No Norte paranaense, a soja constituiu-se em importante setor responsável pela agroindustrializa o. E atualmente o chamado *complexo soja* tem papel marcante nas exporta es paranaenses (WOSCH, 1996, p.15), representando o setor de maior participa o no *Agribusiness* estadual.

A partir do final da década de 70, ganham destaque a moagem dos grãos e a produ o de  leo¹⁰, sendo que a COCAMAR (Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá) instala sua indústria em 1979, entrando num mercado oligopólico dominado por grandes empresas não cooperativas como SANBRA, ANDERSON CLAYTON, CARGILL, BRASWEY e outras, que já trabalhavam com grãos, localizadas nos p los agroindustriais de Londrina, Maringá e Apucarana. Outras cooperativas passam a atuar na cadeia de oleaginosas como a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mouraoense - e a COROL - Cooperativa Agropecuária Rolândia.

A eficiência da inser o da empresa no comércio de matérias-primas e de produtos finais   um elemento fundamental para a permanência no mercado ou mesmo liderança do mesmo cuja estrutura   muito próxima de um oligopólio.

¹⁰ BELIK (1994, p.13) ressalta as transforma es aceleradas do setor de óleos vegetais. Se na década de 70 esse era um mero subproduto do farelo e torta de soja, passa a ser base de consumo no Brasil nos anos de 1980.

Essas características do setor agroalimentar indicam que suas perspectivas, como as da indústria em geral, estão ligadas ao comportamento da grande empresa, não tendo sentido econômico o apoio às pequenas firmas do setor como elemento estratégico de uma política para o seu desenvolvimento. As mesmas características destacam ainda as cooperativas como um segmento empresarial com grande potencial de expansão na agroindústria, surgindo como um dos raros grupos industriais de origem local a investir significativamente no setor nos anos setenta, a partir de sua sólida participação na comercialização de produtos agrícolas. (LEÃO, 1989, p. 64).

Um outro setor que ganha impulso no início da década de 80 é o sucro-alcooleiro, que teve enorme expansão em razão do *Pro-Álcool* (KOHLHEPP, 1991, p.87), programa que buscava uma alternativa energética diante da crise do petróleo. Assim surgem muitas destilarias de álcool (juntamente com usinas de açúcar, que utilizam a mesma estrutura) com as cooperativas agrícolas também ingressando nessa atividade.

Ainda dentro do setor agroalimentar destacam-se o processamento do café, trigo e laticínios, todos com a participação de cooperativas. Porém, no Norte do Paraná, o chamado *complexo soja* desempenhou um papel decisivo na formação do CAI. O fato da cadeia produtiva das oleaginosas, especialmente a soja, possuir vínculos específicos com setores industriais à montante, fornecendo desde sementes selecionadas até máquinas produzidas exclusivamente para esse complexo, colaborou em muito para a consolidação do mesmo.

Vale recordar que a diversificação levada a cabo nos anos 80, trouxe um incremento significativo para a geração e a agregação de valor na economia do Norte do Estado. Como exemplo pode-se citar a produção de fios de algodão, de óleos vegetais refinados e de rações balanceadas (como se observa na Tabela 2).

É preciso dizer que as agroindústrias predominantes até então, faziam parte de um determinado padrão de desenvolvimento baseado na disponibilidade de matéria-prima que atraía as agroindústrias processadoras. Durante os anos 80, conforme ASSUMPÇÃO, GALINA e CONSONI (1990, p. 136-137) verifica-se: “[...] uma mudança de padrão de desenvolvimento agroindustrial à medida que não é mais apenas a existência de matéria-prima em abundância que estimula e determina a instalação das agroindústrias processadoras. As agroindústrias são

projetadas, até mesmo instaladas, e, paralelamente, são realizados projetos para estimular a produção de matéria-prima pelo setor agrícola de forma integrada”.

Isto significa dizer que a produção agropecuária é iniciada em virtude das possibilidades de ganhos com a agroindústria. Como exemplo, os autores mencionados utilizam o caso da sericicultura incentivada pela COCAMAR quando iniciava a implantação de uma fiação de seda.

TABELA 2 – TAXAS QUINQUÊNAIS DE CRESCIMENTO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS E VALOR AGREGADO NA AGROINDÚSTRIA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ

GRUPOS GERAIS DE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				VALOR AGREGADO			
	1975/70	1980/75	1985/80	1985/70	1975/70	1980/75	1985/80	1985/70
Beneficiamento de café, cereais e afins	25.6	13.3	48.1	43.4	376.5	58.4	30.8	159.2
Moagem de trigo	55.6	33.3	12.5	66.7	26.8	29.4	30.8	114.6
Torrefação e moagem de café	30.4	21.8	9.3	40.5	150.7	15.7	45.0	320.4
Fabricação de café solúvel	100.0	50.0	200.0	800.0	-	-	41.1	-
Fabricação de produtos de milho (exceto óleo)	7.0	10.2	28.4	40.2	272.9	-	-	1417.4
Fabricação de produtos de mandioca	18.4	8.1	79.1	57.9	262.5	99.9	294.6	2758.9
Abate de animais e preparação de carnes	39.1	11.4	21.4	21.9	309.8	5.2	59.8	520.7
Resfriamento e prep. do leite e prod. laticínios	27.1	6.6	86.2	152.1	128.4	84.5	112.8	796.4
Fabricação e preparação de açúcar	20.0	0.0	150.0	100.0	7.0	109.9	12.3	97.0
Fabricação de produtos de padarias	4.7	0.0	30.2	26.9	102.2	37.3	39.4	23.2
Fabricação de massas alimentícias e biscoitos	15.6	54.1	3.5	84.4	150.4	28.1	148.6	347.3
Fabricação de rações balanceadas	16.1	36.2	17.2	33.9	435.4	145.1	39.0	1724.3
SUBTOTAL	13.1	7.1	32.1	28.6	235.5	1.6	52.4	403.2
Indústria de alimentos	12.0	8.2	21.7	19.4	201.6	1.6	42.9	337.8
Produção de óleos vegetais em bruto	87.5	3.3	17.2	112.5	306.8	71.1	89.6	1219.8
Indústria de transformação	18.9	9.4	11.1	15.7	176.9	62.9	34.5	506.4

FONTE: IBGE – Censo Industrial do Paraná; 1970, 1975, 1980 e 1985.

ORGANIZAÇÃO: PEREIRA, 1995, p.29.

- (1) Dado não publicado para 1970 e 1975.
- (2) A produção de óleos vegetais em bruto aparece no gênero química dos censos de 1970, 1975 e 1980, e apenas no censo de 1985 ocorre uma transferência desta atividade para o Gênero Produtos Alimentares. Assim, para não distorcer os dados, considerou-se esta atividade isolada em todos os anos, o que significou, subtrair os seus valores do gênero Produtos Alimentares no Censo de 1985.

(*) Os dados em cruzeiro foram corrigidos de acordo com o IGP-DI da FGV (jan. 1970=100).

O caso da cana-de-açúcar é semelhante, quando essa cultura é cultivada para a produção de álcool (devido aos estímulos do *PROÁLCOOL*) e não apenas em função da produção de açúcar. Por outro lado, outras atividades também têm expansão nesse processo de diversificação como a avicultura conforme se percebe num estudo do IPARDES (1985, p.11):

Entre 1975-83, os grupos Abate de Animais e Fabricação de Rações Balanceadas, apresentaram destacado desenvolvimento chegando a representar em 1983 quase 20% do valor adicionado da agroindústria agroalimentar [...] sendo que a avicultura foi um dos principais responsáveis pelo desempenho de abate de animais, tendo em vista o significativo desenvolvimento desse segmento industrial motivado pela implantação de empresas modernas operando com sistemas integrados bem como pelo estímulo à exportação.

Apesar da existência em grande número estabelecimentos de porte *micro* (com relação ao faturamento) no setor agroalimentar, nota-se, observando os dados de participação nesse setor, que há uma concentração no lado dos grandes estabelecimentos. (Gráfico 1 e Tabela 3).

É importante ressaltar a expansão da participação das cooperativas na indústria agroalimentar, tanto nos grupos de atuação mais tradicional, como o beneficiamento de café, cereais, produtos afins e fabricação de produtos do laticínio, como em abate de animais e produção de óleos vegetais em bruto, cujos estabelecimentos cooperativados, em 1983, já se sobressaíam entre os cinco estabelecimentos que geravam maior valor adicionado. (IPARDES, 1985, p.21).

PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO TAMANHO, NAS SAÍDAS TOTAIS, NO PARANÁ - 1975 - 1980 - 1983.

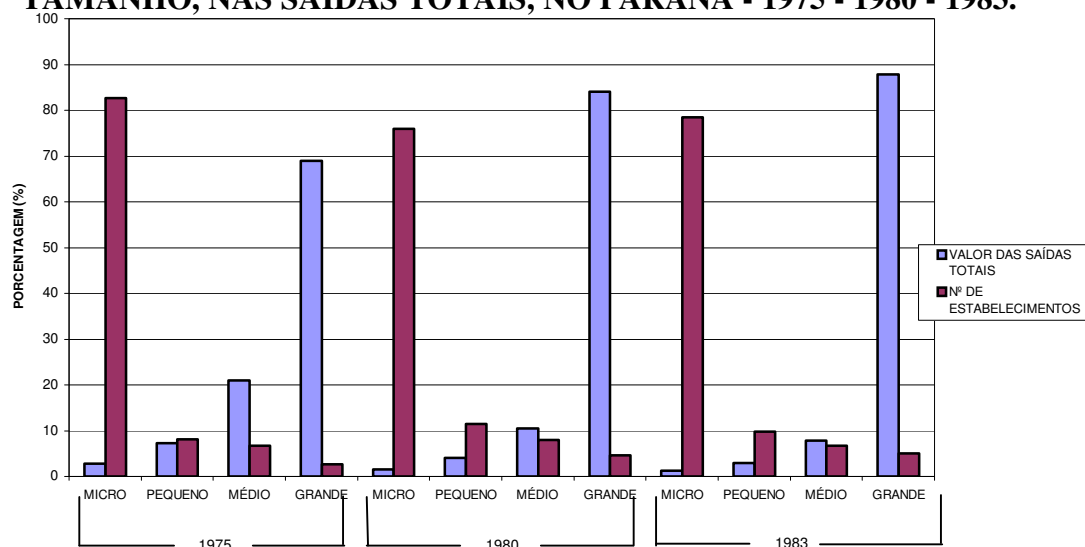


GRÁFICO 1

FONTE: IPARDES, 1985, p.20.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS POR TAMANHO*, NAS SAÍDAS TOTAIS DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR NO PARANÁ, SEGUNDO DIVERSOS GRUPOS – 1975, 1980 E 1983.

GRUPO	1975				1980				1983			
	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
Benefic. café e cereais	3.4	12.4	34.5	49.7	3.4	9.8	22.5	64.3	3.0	7.2	18.7	71.1
Moagem de trigo	2.7	11.7	37.3	48.3	1.4	3.5	24.1	71.0	0.7	1.7	23.8	73.8
Torref. de café	4.6	19.2	48.9	27.3	2.7	11.4	26.0	59.9	2.1	5.7	35.5	56.7
Fab. de Prod. de milho	11.0	15.2	51.5	22.3	5.9	5.0	31.9	57.2	2.7	2.8	12.8	81.7
Fab. de café e mate solúvel	0.0	0.0	0.0	00	100.0	0.0	0.5	0.0	99.5	0.0	0.1	0.0
Abate de animais	2.3	1.4	8.7	87.6	0.6	2.1	7.7	89.6	0.4	1.5	5.6	92.5

Fab. de rações balanceadas	1.5	6.5	8.7	83.3	1.1	3.0	13.2	82.7	0.6	3.0	5.5	90.9
Resf. do leite	14.3	51.6	34.1	0.0	1.4	30.7	67.9	0.0	0.9	27.3	71.8	0.0
Prep. do leite	30.7	69.3	0.0	0.0	1.9	4.6	26.5	67.0	1.8	26.6	15.0	56.5
Fab. de prod. de laticínio	1.9	11.4	32.0	54.7	1.1	5.2	18.3	75.4	2.2	7.0	9.9	80.9
Fab. de açúcar	0.4	0.0	0.0	99.6	0.0	0.2	0.6	96.2	0.0	0.0	0.0	100.0
Fab. de massas	15.6	8.8	75.6	0.0	3.2	9.2	8.4	79.2	2.7	10.2	29.0	58.1
Fab. de biscoitos	3.3	3.5	20.7	72.5	2.3	1.7	0.0	96.0	3.0	0.0	10.2	86.8
Ref. e prep. de óleos vegetais	0.3	0.1	2.5	97.1	0.0	0.0	0.4	99.6	0.0	0.1	0.1	99.8
Prod. de óleo vegetal em bruto	0.0	0.3	5.7	94.0	0.0	0.1	1.4	98.5	0.0	0.0	0.0	100.0
TOTAL	2.8	7.3	21.0	68.9	1.5	4.0	10.5	84.0	1.3	2.9	7.9	87.9
Estabelecimento (%)	82.6	8.1	6.7	2.6	75.9	11.5	8.0	4.6	78.5	9.8	6.7	5.0

FONTE: SEFI/Assessoria Econômica.

* Critério do Banco do Brasil: Micro – estabelecimento com faturamento anual até 5.000 MRV (maior valor de referência); Pequeno – até 20.000 e 85.000 MRV; Grande – acima de 85.000 MRV.

ORGANIZAÇÃO: IPARDES, 1985, p.20.

Com respeito à localização da agroindústria, quase não houve concentração no Estado do Paraná. Pois um dos fatores determinantes para a localização da mesma está, de modo geral, relacionado à proximidade de centros produtores de matéria-prima. Desse modo encontra-se distribuída pelo interior do Estado.

No entanto, algumas regiões respondem pela maior parte do valor agregado pela indústria agroalimentar. Como se pode ver na Figura 2, em 1983 as microrregiões homogêneas de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Extremo Oeste “[...] são responsáveis por 77% do valor adicionado gerado pela indústria agroalimentar”. (IPARDES, 1985, p. 31). Sendo que o conjunto das microrregiões do norte-paranaense ultrapassava 45% desse valor. Tal fato não deixa de revelar uma dispersão concentradora.

**PARANÁ – ESQUEMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR ADICIONADO
TOTAL DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR POR MICRORREGIÃO EM 1983**



FIGURA 2

FONTE: IPARDES, 1985,
p.32.

Uma outra questão, diz respeito à dinâmica interna do agronegócio paranaense. O setor agroalimentar tende a comprar a maioria dos insumos e matérias-primas de fornecedores locais (IPARDES, 1994, p.47-48), o que demonstra seu vínculo com a economia estadual.

As Tabelas 4 e 5 mostram a participação do cooperativismo nos setores agroindustriais em dois momentos: em 1983 dentro do conjunto dos maiores estabelecimentos agroindustriais, segundo valor adicionado; e num segundo momento, no final da década de 90, a participação das cooperativas segundo capacidade instalada demonstram a força e a presença cooperativista na produção agroindustrial.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DOS MAIORES ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DO ESTADO DO PARANÁ NO VALOR ADICIONADO

GRUPO AGROINDUSTRIAL	CLASSIF	NATUREZA	%	ACUMULADO
Benef. de café e prod. afins	1	COOP.	10.62	10.62
	2	NÃO-COOP.	7.61	18.23
	3	COOP.	4.97	23.20
	4	COOP.	3.87	27.07

	5	COOP.	2.69	29.76
Fabricação e Produção do milho	1	NÃO-COOP.	40.27	40.27
	2	NÃO-COOP.	22.73	63.00
	3	NÃO-COOP.	17.19	80.19
	4	NÃO-COOP.	8.39	88.58
	5	NÃO-COOP.	6.09	94.67
Fabricação de produtos do Laticínio	1	COOP.	61.71	61.71
	2	COOP.	9.32	71.03
	3	COOP.	6.26	77.29
	4	COOP.	4.08	83.37
	5	COOP.	2.70	84.07
Fabricação de café e mate solúvel*	1	NÃO COOP.	70.22	70.22
	2	NÃO-COOP.	29.57	99.79
	3	NÃO-COOP.	0.19	99.98
Fabricação de açúcar	1	NÃO-COOP.	60.24	60.24
	2	NÃO-COOP.	18.82	79.06
	3	COOP.	14.97	94.03
	4	NÃO-COOP.	5.95	99.98
	5	NÃO-COOP.	0.00	-
Abate de animais	1	NÃO-COOP.	58.05	58.05
	2	NÃO-COOP.	7.61	65.66
	3	NÃO-COOP.	3.43	69.09
	4	NÃO-COOP.	2.54	71.63
	5	COOP.	2.44	74.07
Produção de óleos em bruto	1	NÃO-COOP.	51.29	51.29
	2	COOP.	13.95	65.24
	3	NÃO-COOP.	11.34	76.58
	4	COOP.	8.66	85.24
	5	NÃO-COOP.	4.41	89.65
Fabricação de rações balanceadas	1	NÃO-COOP.	25.80	25.80
	2	NÃO-COOP.	19.13	44.93
	3	NÃO-COOP.	14.07	59.00
	4	NÃO-COOP.	5.00	64.00
	5	NÃO-COOP.	4.71	68.71
Refinação e prep. de óleos vegetais	1	NÃO-COOP.	25.96	25.96
	2	NÃO-COOP.	20.30	46.26
	3	NÃO-COOP.	12.04	58.83
	4	NÃO-COOP.	10.99	69.29
	5	NÃO-COOP.	10.33	79.62

FONTE: IPARDES, 1985, p.22.

(*) O grupo Fabricação de café e mate solúvel não contava na época com cinco grandes estabelecimentos.

TABELA 5 – SEGMENTOS AGROINDUSTRIAIS NO PARANÁ E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS – INSTALADOS EM 1998

SEGMENTO AGROINDUSTRIAL	CAPACIDADE INSTALADA	TOTAL	PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS (%)
RAÇÕES	9.400 t/dia		32
LEITE			
Usina de beneficiamento	2.500.000 litros/dia		86
Derivados Lácteos	500 t/dia		52
Leite em Pó	150.000 t/dia		100
Queijos	120 t/dia		75
CARNES			
Suíños	2.850 cab./hectare		25
Aves	99.800 cab./hectare		25
Bovinos	1.650 cab./hectare		3

BENEFICIAMENTO		
Algodão	1.200.000 t/ano	70
FIAÇÕES		
Algodão	61.000 t/ano	55
Seda	2.420 t/ano	28
MALTE		
	85.000 t/ano	100
TRIGO		
	1.400.000 t/ano	14
MILHO		
	245.161	2
MANDIOCA		
Farinha	250.000 t/ano	5
Fécula	138.000 t/ano	33
OLEAGINOSAS		
Esmag. de soja	33.240 t/dia	22
Esmag. de caroço de algodão	1.780 t/dia	20
Refino	2.430 t/dia	17
CANA		
Açúcar	4.000 t/dia	9
Álcool	1.270.000 m ³ /ano	37
ARROZ		
	5.060 t/dia	5
CAFÉ		
Beneficiamento	950 t/dia	60
Torrefação	220 t/dia	10

FONTE: OCEPAR, 1999, s.n.

Percebe-se (a partir dados das tabelas 4 e 5), que as cooperativas mantiveram sua participação considerável em alguns setores agroindustriais como o de laticínios e de beneficiamento de café, e expandiram em outros. Mas continua baixa a participação das cooperativas em setores agroindustriais das cadeias do milho, por exemplo. Merecem destaque as agroindústrias de rações e fiações de algodão e seda, cuja participação cooperativista deu um salto na década de 80 juntamente com as indústrias de álcool.

3 - RECENTES ALTERAÇÕES NO SETOR AGROINDUSTRIAL DO PARANÁ E A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

O cenário da última década do século XX apresenta um forte impulso no setor agroindustrial motivado pelas transformações nos padrões de consumo e hábito da população. As novas exigências em termos de qualidade dos produtos de origem agropecuária e agroindustrial impõem desafios tecnológicos e estratégias mercadológicas e organizacionais, para as empresas do segmento agroindustrial e para a própria atividade agropecuária.

Mudanças nas formas de comercialização dos produtos, como embalagens e conservação, refletem a competitividade pela busca do mercado consumidor. Atualmente, as condições postas exigem um pensamento empresarial dinâmico com a criatividade, racionalidade, difusão de tecnologias e também o uso do marketing pelas agroindústrias processadoras. Assim, cada vez mais, os padrões internacionais devem orientar todo o processo de produção e comercialização dos produtos de origem agropecuária. Fato que exige custos altos de investimentos.

Uma outra questão se refere a biotecnologia cada vez mais presente no setor agropecuário e agroindustrial. LEMOS (1995, p.63) aponta a genética como base do sistema agroindustrial, ou seja, é o ponto comum do conjunto das atividades produtivas dos grupos componentes. E SARMENTO (1990, p.205) menciona as modificações no *agribusiness* impulsionadas pelos avanços na informática e biotecnologia.

Nesse quadro que caracteriza o período de intensa e acirrada competição pelos mercados nacional e internacional, da chamada *globalização* da economia, as cooperativas enquanto também agroindústrias são obrigadas a mudar suas formas de organização, comercialização e relação com os demais componentes¹¹ do Complexo Agroindustrial, como já fazem grandes

¹¹ Um dos fatores importantes e relevantes na reordenação das atividades agroindustriais nesse fim de século está na logística e localização das agroindústrias. Segundo MARTINS e CYPRIANO (1998, p.959-971) se observados os menores custos de transportes, a melhor localização, por exemplo, das agroindústrias de trigo seria nas proximidades das áreas fronteiriças com a Argentina, pois a maior parte da matéria-prima vem desse país. Já para a cadeia da soja, de acordo com os mesmos autores, a melhor localização agroindustrial é mesmo dispersa em todo o Estado como se encontra atualmente.

empresas do setor. “Quando se toma uma grande empresa como a CEVAL, por exemplo, têm-se suas definições e volume de investimentos dados muito mais pelo equacionamento de pontos estratégicos de infra-estrutura de armazenagem e distribuição, viabilizando a penetração nos grandes centros consumidores e racionalizando sua atuação comercial, do que pela simples localização de suas plantas industriais”. (URBAN, 1990, p.3).

No caso das cooperativas, estas:

[...] já estão cientes da necessidade de se estruturarem da melhor forma possível para enfrentarem a crescente competitividade do setor. A clareza da importância que assume a atividade agroindustrial para seu processo de acumulação de capital as tem levado a buscar todos os mecanismos possíveis para romper algumas amarras formais e institucionais que limitam sua atuação empresarial, já se aventando a hipótese de formação em sociedade anônima e integração empresarial com cooperativas européias. A união de cooperativas em investimentos comuns também já se coloca como forma de atuação e de fortalecimento no setor. (URBAN, 1990, p.3).

Nesse sentido, as cooperativas paranaenses programam suas inversões em verticalização e nas etapas de maior agregação de valor ao processo produtivo. Para tal iniciativa alguns fatores colaboram como afirma PAULA (1997, p.40): “O aumento do consumo, resultante da implementação do plano de estabilização no Brasil, é típico para ilustrar a atratividade a novos investimentos. Soma-se isso o processo de integração regional, como é o caso do Mercosul, com o qual o mercado consumidor final se expande significativamente”.

Por outro lado, há uma tendência de investimentos das grandes empresas agroindustriais fora do Estado, deslocando-se para o centro-oeste ou mesmo nordeste do país (LOURENÇO, 1998, p.6). Enquanto que os investimentos no próprio Estado são liderados pelas cooperativas.

A impulsão modernizante da agroindústria, capitaneada pelas iniciativas da estrutura empresarial cooperativista em operação no território estadual, é beneficiada pelo domínio exercido sobre a oferta de matéria-prima, pela expressiva capacidade de industrialização disponível, pela atuação regionalizada - facilitando a identificação de oportunidades - e pela sustentação em organizações avançadas (do ponto de vista gerencial e de capitalização), o que permite a alocação mais eficiente de recursos em integração das cadeias. (LOURENÇO, 1998, p.6).

Essa liderança das cooperativas no *agronegócio* é percebida, ainda conforme LOURENÇO (1998, p.6):

[...] pelo controle sobre diversas etapas do Complexo Agroindustrial, especialmente nos segmentos de produção de soja, trigo, algodão, leite, cevada e café. Sua estratégia abarca a implantação dos ciclos finais de beneficiamento por meio de ganhos tecnológicos e de escala, facilitados pela alteração radical da postura do segmento nos anos 90, adotando novo modelo de gestão financeiro-operacional, priorizando a terceirização, a utilização em comum de parceiros e alianças estratégicas, entre outros avanços.

Essa estratégia apontada por LOURENÇO (1998, p.6) é ilustrada pela ação da COCAMAR, a partir do momento que terceiriza certos segmentos da produção, transforma-se em *Sociedade Anônima* e estabelece parceria com a COAMO. Da mesma forma pode-se citar a CCLP (Cooperativa Central de Laticínios do Paraná) detentora da marca *Batavo*, que transferiu 51% do seu controle acionário para a multinacional *Parmalat*, e, ainda, a fusão das cooperativas CLAC (Cooperativa de laticínios Curitiba) e Witmarsum. Esses fatos ilustram uma nova postura das cooperativas nos anos 90¹².

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelas cooperativas agropecuárias, em razão da restrição dos subsídios, via elevação dos juros de mercado (sobretudo iniciada na década de 1980), estas vem conseguindo expandir suas atividades e diversificar a produção. Ao mesmo tempo as cooperativas atuam no estímulo ao aumento da produtividade e à diversificação agropecuária. Vale destacar o exemplo do estímulo ao cultivo da canola pela COCAMAR, voltado à produção de óleos especiais.

A respeito da redução no crédito às cooperativas o valor dos financiamentos caiu drasticamente. Como se pode observar na afirmação de SUZUKI JÚNIOR (1998, p.10):“Segundo o Banco Central, os financiamentos concedidos às cooperativas e aos produtores

¹² COSTA (1998, p.3) refere-se às novas atitudes empresariais como determinantes para a dinâmica do setor agroindustrial dos próximos anos.

brasileiros totalizaram R\$ 19,987 bilhões em 1985, enquanto nos anos de 1995 e 1996 as cifras alcançaram, respectivamente, R\$ 7,771 e R\$ 6,792 bilhões”.

Em 1994, na tentativa de recuperação da crise econômica nos anos 80, várias cooperativas paranaenses anunciavam a intenção de investimentos no setor agroindustrial (LOURENÇO, 1994, p.16).

Não obstante aos problemas enfrentados pelas cooperativas, cumpre, enfim, destacar a importância do sistema cooperativista na organização da cadeia agroindustrial, e na constituição do CAI, como afirma SUZUKI JÚNIOR (1997, p.9): “O cooperativismo e os sistemas de integração, exercem um papel importante junto às pequenas propriedades, unindo-as às grandes empresas. Essa forma de associação viabiliza não somente a atividade de pequenos produtores, como também proporciona o fornecimento de matérias-primas em grande escala para as indústrias”.

Outra vantagem do sistema cooperativista é que as cooperativas representam investimentos locais e estes possuem uma identidade sócio-espacial. Como ressalta ZEFERINO (1991, p.82), os investidores locais detêm menor potencial financeiro individual e até mesmo os interesses políticos são centrados, o que faz com que os investimentos fiquem dentro dos limites de sua área de vivência até uma certa escala dimensional, quando então os espaços de produção são ampliados. Por sua vez, o investidor externo, trabalhando com um macro-espço: “[...] vê pontos de maior ou menor resposta aos seus objetivos de maximização de lucros, contribuindo para uma maior concentração espacial dos resultados desse esforço investidor, pois o número de pontos com potencial desejável de infraestrutura, mercado consumidor local, potencial de desenvolvimento de tecnologia e mão-de-obra qualificada e comunicações é limitado”. (ZEFERINO, 1991, p.82). No caso das cooperativas, sua área de atuação constitui também seu espaço de investimentos.

Entretanto, devido aos fortes fatores de ordem econômica, típicos do capitalismo, a viabilidade prática da aplicação do cooperativismo em sua forma mais pura, original, é colocada em cheque (ARAÚJO, 1982, p.118). Desse modo, a atuação das cooperativas tende cada vez

mais a se distanciar dos *românticos* ideais teóricos, voltando-se, sobretudo, à busca da eficiência econômica da empresa. Mas esse fato não extingue a figura da cooperativa que continua constituindo um tipo peculiar de empresa. As suas particularidades vão desde a sua própria formação como instituição coletiva até os seus objetivos que substituem os *lucros* por uma ampliação da renda do associados.

Assim, as cooperativas representam uma possibilidade dos produtores cooperados de serem participantes nos resultados. Como ressalta PINHO (1977, p.169): “[...] as vantagens que obtém (principalmente da somatória de recursos financeiros e da redução de custos operacionais) compensam amplamente os direitos que renunciaram (autonomia de decisão, status de produtor autônomo, etc.)”.

A eficiência do cooperativismo depende, sobretudo, do processo educativo voltado a esse sistema. Esse tipo de empresa, enquanto organização social, não pode ser produto de imposição, mas de criação (VILELA, 1998, p.306).

O tratamento diferenciado dado pelo Estado é outra característica do sistema cooperativista que o difere das demais empresas. Elas representaram, e ainda representam, aliados estratégicos da ação governamental no campo agropecuário. As cooperativas desempenharam um papel de integração de determinadas categorias de produtor, pequenos, médios e grandes ao processo de modernização (IPARDES, 1985, p.1), prestando um serviço de suma importância ao poder constituído, o Estado.

Resta dizer que um novo ânimo foi dado às cooperativas agropecuárias quando do anúncio, pelo Governo Federal, do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP (Anexo 5). Este programa que inclui uma série de medidas visando a recuperação e capitalização das cooperativas agropecuárias, foi regulamentado pelo Decreto N° 2.936, de 11 de janeiro de 1999. As cooperativas têm, desse modo, a possibilidade de refinanciamento ou prolongamento suas dívidas, cumprindo um conjunto de metas visando a capitalização das mesmas. Ainda atrelado aos objetivos do RECOOP, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP (efetivado pela Medida Provisória

Nº 1.898-15, de 22 de outubro de 1999). Já os aspectos relativos às operações financeiras do RECOOP, estão dispostos na Resolução Nº 2.665 do Banco Central do Brasil.

4 – A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI NO CONTEXTO DO NORTE PARANAENSE

4.1 – COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE MANDAGUARI

A história inicial do município de Mandaguari está totalmente vinculada ao processo de ocupação do Norte do Paraná levado a cabo pelas companhias colonizadoras. O episódio de ocupação das terras principalmente pelo empreendimento realizado pela hoje denominada Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (PADIS, 1981, p.90) acabou se transformando num dos maiores negócios imobiliários da história contemporânea brasileira. Essa relação direta entre a companhia e a ocupação de Mandaguari possibilita tecer algumas considerações sobre a mesma.

O projeto inicial da *Brazil Plantations Syndicate Ltd.* - denominação original do empreendimento britânico organizado por Lord Simon Lovat em 1924, que deu origem a Companhia de Terras Norte do Paraná, mais tarde transformada em Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná - era o cultivo de algodão, visando atender a indústria têxtil britânica, mas não teve o êxito esperado. Assim, já em 1925 a solução encontrada para o ressarcimento dos prejuízos foi a criação de um projeto imobiliário com a organização da subsidiária no Brasil, a Companhia de Terras Norte do Paraná, nesse mesmo ano teve início as atividades do empreendimento.

Uma vez organizada a imobiliária, começou o trabalho de compra de novas áreas que seriam colonizadas. Em 1925 foram adquiridas duas glebas de terras, uma de 350 mil e outra de 100 mil alqueires. Nos três anos seguintes mais outras três foram adquiridas, cujas dimensões eram de 15.017, 30.000 e 20.000 alqueires. Portanto desde a sua fundação até 1928, a companhia adquiriu uma área contínua de nada menos que 515.017 alqueires o que corresponde à décima sexta parte da área total do Estado, mas que é a sua melhor porção em termos de solo. (PADIS, 1981, p.91).

Negociada por um grupo brasileiro na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a companhia mantém os mesmos critérios nos objetivos de colonização (SILVA, 1982, p.2), passando em 1951 a adotar a denominação de Companhia Melhoramentos do Norte do

Paraná. O sistema colonização com a comercialização de pequenos lotes (na maioria dos casos) e a fundação de povoados equidistantes abria caminho para a lavoura cafeeira, que foi um dos atrativos para os colonos ao lado dos preços relativamente baixos da terra e das facilidades de pagamento. A cultura cafeeira no Paraná teve seu ponto alto em virtude do intenso fracionamento das terras pelas companhias particulares (CANCIAN, 1981, p.87), que ao lado dos altos preços do café geraram interesse por essa atividade.

A efetiva colonização das terras do norte-paranaense pela companhia aconteceu, sobretudo, nos anos de 1930. Como ressalta SILVA (1982, p.2):

A partir de Londrina, que nasce do patrimônio Três Bocas, sendo transformado em município em 3 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº 2519, foram criadas cidades, que nasciam como povoados de Londrina e logo se emancipavam. Numa seqüência podemos ver Cambé, Rolândia, Araongas, Apucarana e Mandaguari. Todas fundadas durante a década de 30, mesmo que a emancipação de algumas como Mandaguari, só ocorresse na década de 1940.

A importância da Companhia Melhoramentos para o município de Mandaguari pode ser compreendida pelo fato da mesma ter mantido neste, desde a década de 1930 toda a base de sua infraestrutura. Lovat, antiga denominação de Mandaguari, que foi fundado em 1937, teve iniciada sua ocupação por volta de 1935, ano em que foram vendidos os primeiros lotes. Já nessa época a então Companhia de Terras Norte do Paraná tem instalado na localidade seu posto mais avançado.

É também importante ressaltar que a área de atuação inicial da COCARI (objeto de estudo do trabalho), de sua responsabilidade exclusiva segundo o NORCOOP, fica localizada totalmente na área colonizada pela Cia de Terras Norte do Paraná (Figura 3), no Terceiro Planalto Paranaense, sub-unidade do Planalto Meridional Brasileiro, na Mesorregião Geográfica do Norte Central Paranaense

ÁREA COLONIZADA PELA C.T.N.P. E PELA SUA SUCESSORA C.M.N.P.

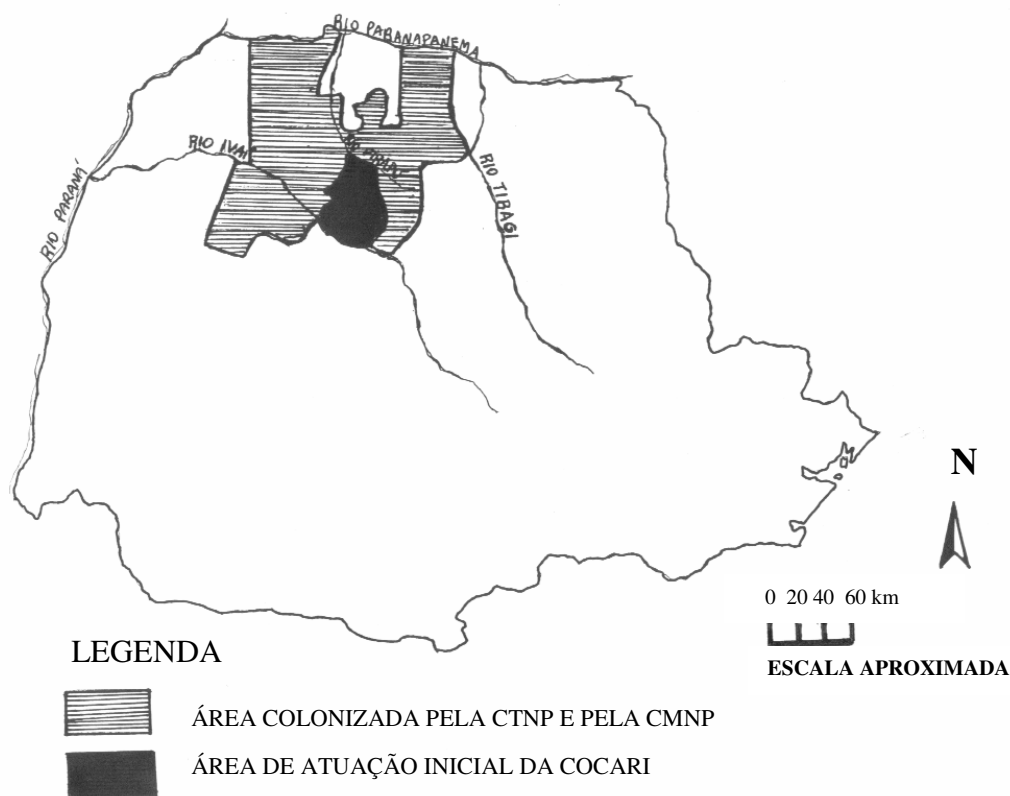


FIGURA 3

FONTE: SERRA, 1986, p.168.

ORGANIZAÇÃO: FAJARDO.

*A Figura omite uma área de 29 mil alqueires relativa a uma gleba adquirida pela CMNP em 1944, da qual se refere PADIS (1981, p.91), separada da primeira. O total perfaz 544.017 alqueires, mas há pequenas divergências entre as áreas descritas por PADIS (1981, p.92), SILVA (1982, p.4) e SERRA (1986, p.168).

Regionalmente, a área assenta-se sobre as férteis “terras roxas” decorrentes dos derrames de efusivas do “*Trapp Basáltico*”, sob o domínio do Clima Tropical de Altitude – *Cwa* – (MAACK, 1968, p.131). Os terrenos apresentam uma topografia plana, quase horizontal¹³, suavemente inclinada, em direção à calha do rio Paraná, ocupando, estrategicamente, o vasto altiplano divisor de águas entre as bacias hidrográficas dos rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi (ITCF, 1987, p.7, 9 e 15).

¹³ No caso do município de Mandaguari, este apresenta algumas áreas com inclinações mais bruscas, sobretudo nas vertentes dos afluentes dos rios Pirapó e Keller.

Estas especificidades da geografia regional, combinadas às estratégias do plano de colonização desencadeado pela Cia de Terras Norte do Paraná, à dinâmica da economia brasileira à época da ocupação, concorreram positivamente para o rápido desenvolvimento regional.

A presença da companhia colonizadora em Mandaguari trouxe uma grande mobilização de atividades e serviços em torno de si. Foi inclusive construído em 1942 um aeroporto com intenso tráfego e que facilitava o processo de colonização interligando, numa via rápida, Mandaguari a Londrina. Por outro lado, a estação ferroviária só seria inaugurada em 1954 apesar do trecho de estrada de ferro entre Mandaguari e Apucarana já estivesse construído anteriormente.

As atividades voltadas à cafeicultura deram o impulso necessário para que a economia local se consolidasse nesse modelo agro-exportador baseado nessa monocultura que caracteriza o Complexo Rural no Norte do Estado. Entre as décadas de 1930 e 1950 o café foi o maior fator atrativo de população que era predominantemente rural.

Nessas bases o município cresceu. Um fato curioso é que em 1950 era o segundo do Paraná em população como lembra FONTES (1987, p.14), o Censo realizado em 1950 constatou que “[...] Mandaguari era 2º município mais populoso do Estado, perdendo apenas para Curitiba. Isto, porém, pode ser explicado pelo fato de Mandaguari possuir inúmeros distritos populosos como Maringá, Marialva, Mandaguaçu, Nova Esperança e Paranaíba. Possuía na ocasião cerca de 101.657 habitantes sem uma área de 14.000 Km². A sede de Mandaguari possuía 16.153 habitantes”. Essa enorme área pertencente ao município de Mandaguari na época pode ser visualizada na Figura 4.

MUNICÍPIOS PARANAENSES EM 1948

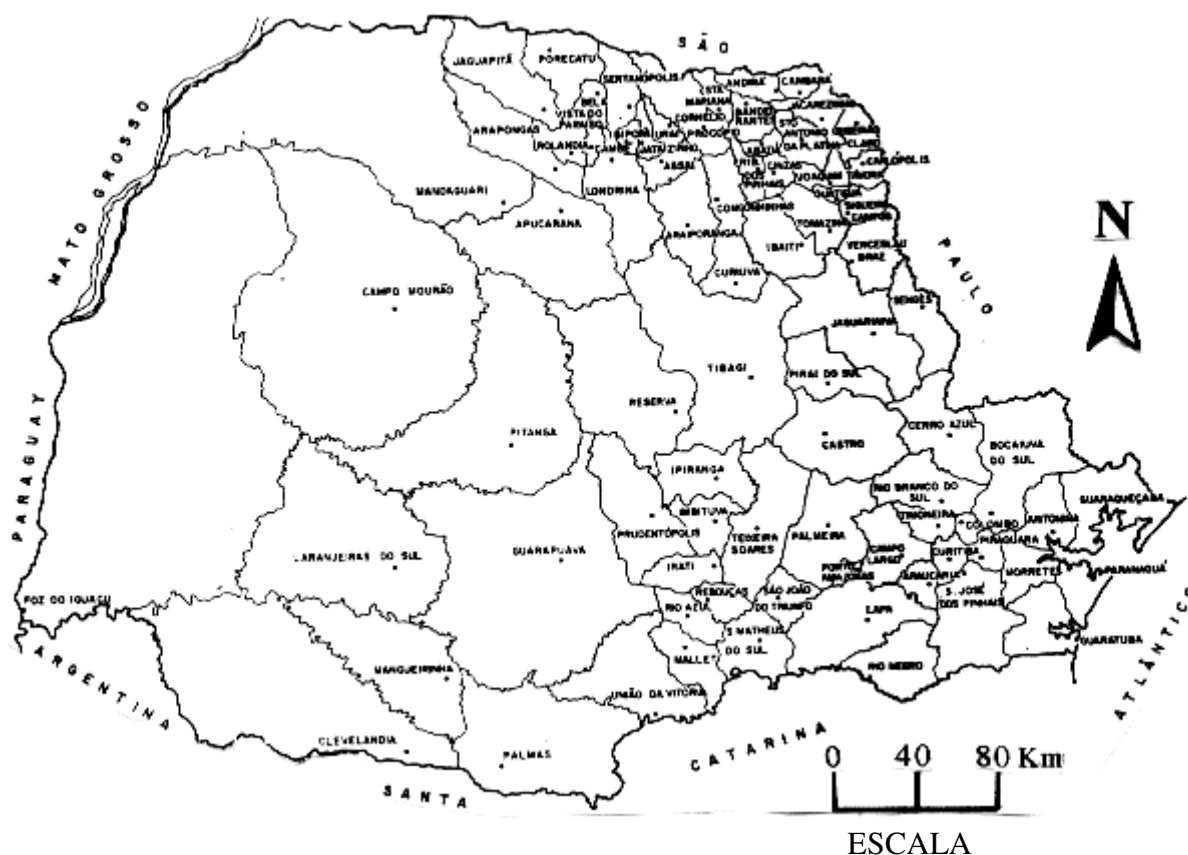


FIGURA 4

FONTE: PADIS, 1981, p.98.

A transferência da base da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP - para Maringá, na década de 1950, representou um duro golpe para Mandaguari. “O movimento comercial caiu abruptamente, centenas de pessoas deixaram a cidade seguindo a companhia”. (SILVA, 1982, p.4). Após o desmembramento de todos os seus distritos, em 1957 Mandaguari tinha uma população de 21 mil habitantes (FONTES, 1987, p.14).

Como a atividade cafeeira concentrava a maior parte do valor econômico do município, o problema maior da perda de boa parte de sua área não estava propriamente no meio urbano, mas na redução considerável de sua produção agrícola, sobretudo o café, fato que obviamente refletia na arrecadação municipal. Entre o final da década de 1950 e início de 1960 a monocultura do café, no seu sentido mais pleno, não ocorre em Mandaguari (CANCIAN, 1981, p.122), sendo

considerável a presença de pastagens, fato devido principalmente às condições topográficas desfavoráveis para o café em algumas áreas do município (Anexo 6 – foto10). Além disso, havia outras culturas como o milho e o feijão, cultivados paralelamente ao café, geralmente utilizadas para subsistência.

Tem-se alguns dados curiosos sobre a agricultura em Mandaguari: data de 1955 a introdução da primeira lavoura de cana-de-açúcar em Mandaguari (utilizada em alambiques); em 1968 houve a primeira cultura de soja e em 1972 o início da cultura do trigo, sendo que a primeira colheita foi introduzida em 1969 (SILVA, 1982, p.113).

4.2 – PERFIL ATUAL DO SETOR PRODUTIVO AGROPECUÁRIO DE MANDAGUARI

Atualmente, o município de Mandaguari que possui uma área de 34.297,5741 ha (SILVA, 1982, p.39, traz o valor em alqueires), tem a pecuária leiteira como principal atividade produtiva na maioria das propriedades rurais. Essa constatação é comprovada através dos resultados do último Censo Agropecuário de 1995-1996, como se observa na Tabela 6.

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR ATIVIDADE PRODUTIVA EM MANDAGUARI

TIPO DE ATIVIDADE	Nº DE ESTABELECIMENTOS
Pecuária	268
Lavouras temporárias	216
Lavouras permanentes	148
Horticultura	29
Silvicultura/Exploração florestal	3
Produção mista	96
TOTAL	760

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

O café ainda marca sua presença no município, e com a prática da técnica de adensamento ganha ainda mais um pouco de espaço econômico. No caso das lavouras temporárias estas não ocupam uma área tão significativa se comparadas às pastagens (Tabela 7).

TABELA 7 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI EM 1995

LAVOURAS PERM. E TEMPORÁRIAS	7.031 ha
PASTAGENS NAT. E ARTIFICIAIS	17.171 ha

FONTE: IBGE – Censo agropecuário 1995-1996.

O valor da produção leiteira compõe a maior parcela do total da produção animal em Mandaguari. Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE dão conta que o município é o maior produtor de leite da microrregião geográfica de Maringá e um dos maiores do Norte Central paranaense (Tabela 8). Apenas como comparação, Mandaguari produziu entre 01/08/1995 e 31/07/1996 um total de 4.943 litros de leite, enquanto outros municípios como Maringá, Marialva, Itambé e Jandaia do Sul ficaram bem atrás.

TABELA 8 - VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL EM MANDAGUARI

VALOR TOTAL DA PROD. ANIMAL	R\$ 4.504 mil
VALOR TOTAL DA PROD. VEGETAL	R\$ 6.129 mil

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

O pessoal ocupado na produção, ainda segundo o Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE, era de pouco mais de 3.000 pessoas. Por outro lado o número de estabelecimentos era de total de 629 para uma área de 24.875 ha; já o número de estabelecimentos arrendados somava 80 para uma área de 1.327 ha. Nestes dados observa-se que o número de hectares por produtor rural é significativo, como também o sistema de arrendamento é expressivo. Isto se deve à natureza das atividades produtivas predominantes, assentadas na pequena produção.

Apesar de um predomínio das atividades ligadas à pecuária leiteira, Mandaguari possui uma área, ainda que pequena, importante para o conjunto das suas atividades agropecuárias. Limitadas por aspectos naturais, devido à topografia desfavorável, sobretudo nas encostas do vale

do rio Pirapó (Figura 5), cujas vertentes apresentam-se acentuadamente inclinadas, as culturas mecanizadas ocupam as áreas possíveis, pelo menos de imediato, deixando espaço para a permanência de outras culturas (permanentes) como a cafeicultura que dividem espaço com as pastagens.

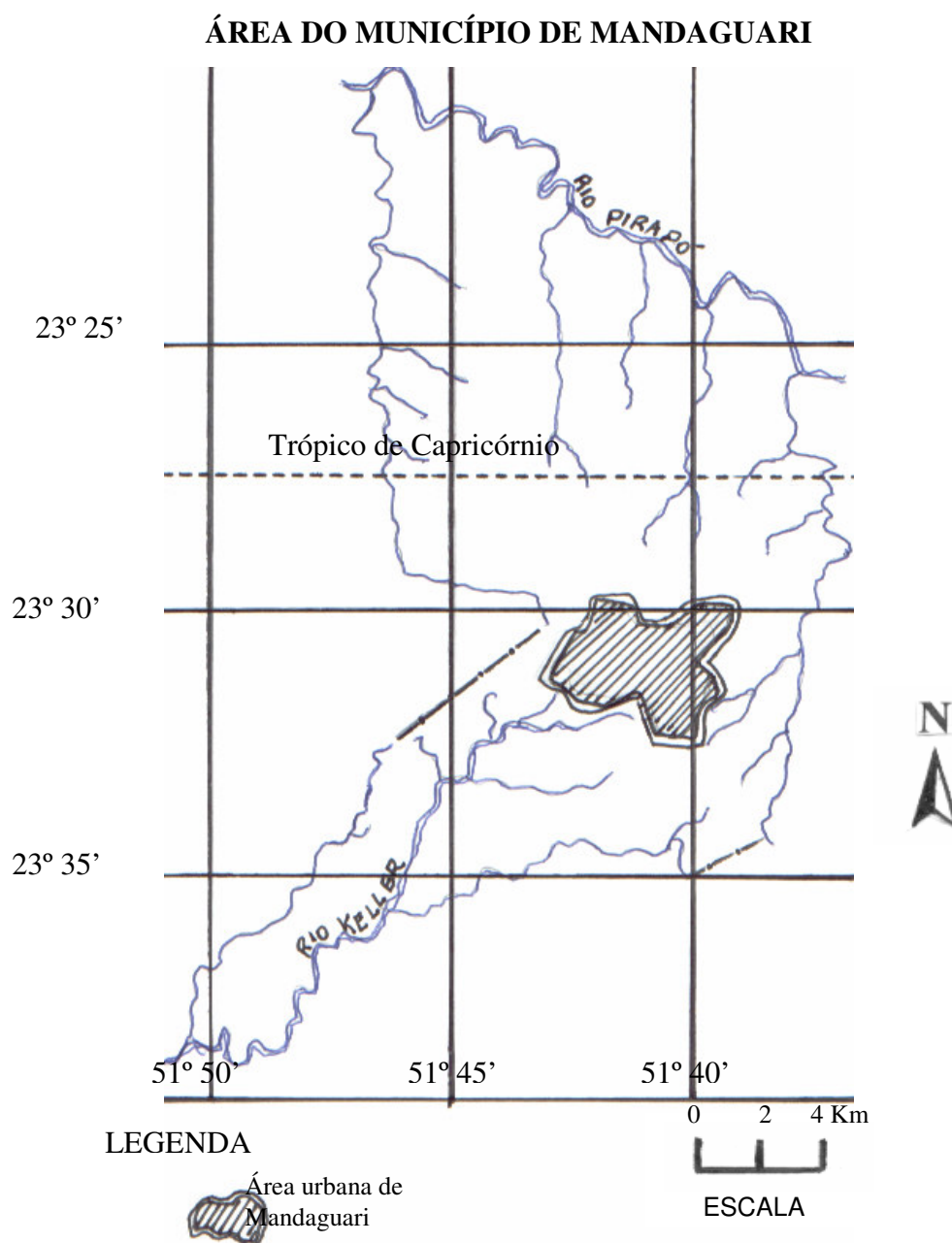


FIGURA 5

FONTE: SILVA, 1982, p.39.

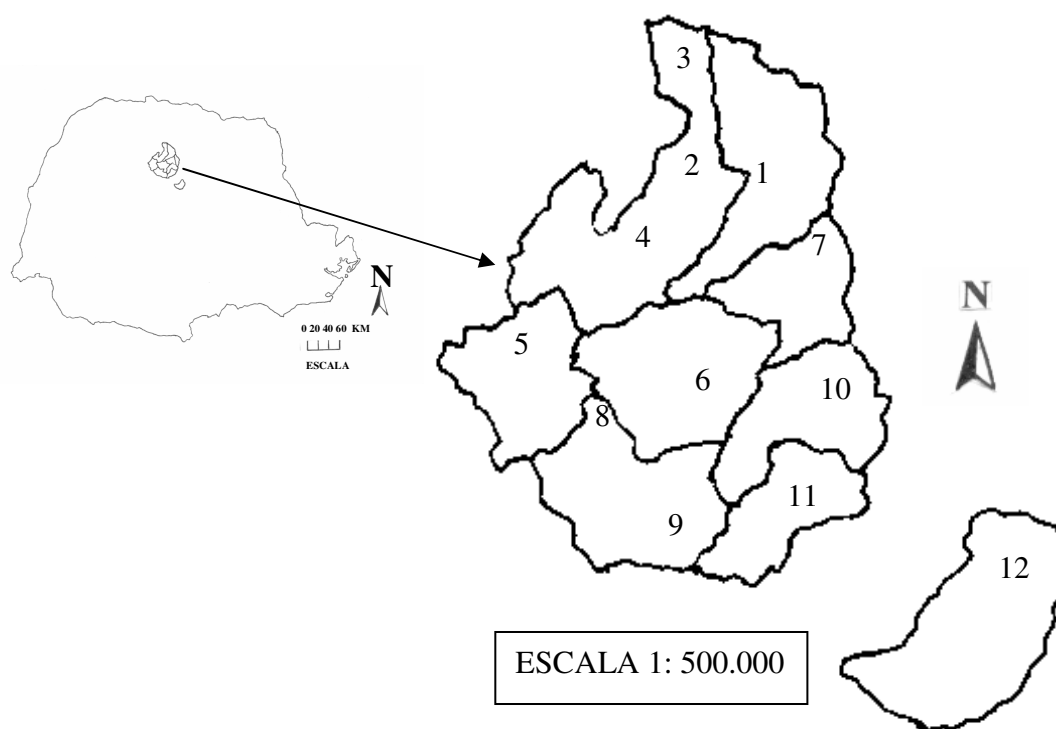
ORGANIZAÇÃO: FAJARDO.

5 – A COOPERATIVA DE CAFEICULTORES DE MANDAGUARI

Fundada em 7 de fevereiro de 1962, a Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari – COCARI, conta com cerca de 3.765 associados. Atua no estado do Paraná com doze entrepostos e possui ainda uma unidade em Lucas do Rio Verde no Mato Grosso, implantada recentemente.

Além de Mandaguari são diretamente atingidos os municípios de Itambé, Marialva (com entrepostos também nos distritos de Aquidaban, São Luiz e ainda com uma destilaria de álcool em São Miguel do Cambuí), Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Marumbi, Kaloré, São Pedro do Ivaí e Cruzmaltina (Figura 6).

LOCALIZAÇÃO DOS ENTREPOSTOS* DA COCARI NO PARANÁ



LEGENDA: 1 – Mandaguari; 2 – Marialva; 3 – São Luiz; 4 – Aquidaban; 5 – Itambé; 6 – Bom Sucesso; 7 – Jandaia do Sul; 8 – Mariza; 9 – São Pedro do Ivaí; 10 – Marumbi; 11 – Kaloré; 12 – Cruzmaltina.

FIGURA 6 – Nota: * Pouco depois da conclusão deste trabalho, no dia 25 de fevereiro de 2000, foi inaugurado um entreposto no município de Cambira, ampliando para 13 o número de entrepostos da COCARI.

A presença da COCARI no setor agroindustrial a coloca numa posição de destaque entre as cooperativas agropecuárias do Norte do Estado. “Atualmente a COAMO é a maior cooperativa do Paraná, seguida de perto pela COCAMAR; a COCARI é também uma das grandes apesar das dificuldades que enfrenta nos anos recentes”. (IPARDES, 1993, p.4). Com uma destilaria de álcool, uma indústria de rações e outra de fios de algodão, a COCARI participa no mercado agroindustrial onde a concorrência é cada vez mais acirrada. Como o espaço das cooperativas no *Agribusiness* é limitado (MEDEIROS, 1997, p.14), a COCARI, no intento de sustentar seus mercados atuais e ampliá-los, vê-se obrigada a uma reestruturação organizacional, onde a eficiência da empresa e entidade estaria atrelada aos resultados obtidos principalmente pelas suas unidades industriais. Se o objetivo maior é a ampliação da renda dos cooperados, muito dos benefícios sociais, como assistência médica, foram extintos e desse modo, a cooperativa concentra seus esforços na busca do dinamismo operacional. O raciocínio é bem simples: o crescimento da cooperativa enquanto empresa resultaria também na sua eficiência enquanto entidade interessada em promover a defesa de interesses coletivos.

5.1 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COCARI

A primeira mobilização de cafeicultores em Mandaguari interessados na formação de uma cooperativa¹⁴ surgiu por volta de 1961, através de líderes como Ary Osvaldo Corrêa de Almeida, Plínio da Cunha Soares, Moysés Simão e Oripes Rodrigues Gomes (SILVA, 1982, p.127). Essa tentativa, no entanto, fracassou tendo em vista o desconhecimento que tinham sobre cooperativismo. Foram as instruções da gerência do Banco do Brasil e dos agrônomos do IBC local que deram impulso à criação da cooperativa. Assim em fevereiro de 1962 é criada a COCARI (Ata da Constituição da COCARI - Anexo 2).

¹⁴ Apesar de existirem poucas informações a respeito, sabe-se que a primeira cooperativa fundada em Mandaguari foi a Cooperativa Agropecuária *Labor*, na década de 40, que teve como principal finalidade favorecer os cooperados na aquisição de produtos durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme SILVA (1982, p.132), o fim da guerra decretou a extinção da cooperativa.

A motivação para a criação da cooperativa estava na necessidade em dar um novo ânimo à atividade cafeeira, em crise devido aos baixos preços num mercado saturado. A eliminação dos intermediários na comercialização era a chance dos produtores ampliarem seus ganhos.

Por ser o café e sua cultura, a base econômica do município de Mandaguari, há muito que os agricultores que recebiam da terra a grande riqueza, viam-se às voltas com certos problemas, justamente na hora da comercialização, pois não só em Mandaguari, mas em toda a região do Norte do Paraná, havia os compradores de café tradicionais, fossem através de grandes companhias como a Anderson Clayton, Pinho Guimarães, H. Danemann, Este Asiático, como também compradores isolados, que geralmente ofereciam um determinado preço que nem sempre agradava os produtores. A terra era generosa em produzir, mas era o comércio que auferia para si os grandes lucros. (FONTES, 1987, p.18).

Além da comercialização, as cooperativas do Norte do Paraná, como é o caso da COCARI, passam a funcionar como instrumento de assistência ao cooperado na aquisição de insumos, equipamentos agrícolas e acesso a créditos (MORO, 1991, p.235). Como os objetivos cooperativistas envolvem benefícios sociais e econômicos coletivos (VILELA, 1998, p.306-307), suas ações acabam por convergir à organização criada numa entidade representativa da classe dos produtores de café. A COCARI, como as outras cooperativas de cafeicultores criadas na década de 1960, aliou os interesses do Governo Federal através do IBC às necessidades emergentes dos cafeicultores na busca de uma solução rápida para o período crítico por que atravessavam. Certamente uma crise no setor que movimentava boa parte da economia significava uma crise para o capital concentrado em torno da atividade cafeeira.

É preciso dizer que antes da criação de entidades como a OCEPAR, o IBC foi o principal responsável pela orientação das cooperativas de cafeicultores, providenciando até mesmo a criação das áreas de ação exclusiva das cooperativas, para que não houvesse concorrência entre as mesmas (SERRA, 1995, p.61). Isso representou uma maior estabilidade para essas cooperativas recém criadas que, como é o caso da COCARI, conseguiram manterem-se mesmo após a forte crise na cafeicultura.

No início de suas atividades a COCARI funcionou numa antiga máquina de café, que desativada serviu de sede provisória. Como as instalações tornavam-se insuficientes buscou-se outros locais para depositar o café e outros produtos.

Através de empréstimos do Banco do Brasil foi possível consolidar a cooperativa ampliando suas instalações com as primeiras edificações. A abundância das colheitas de café, logo no início da existência da COCARI, tornava urgente a necessidade de ampliar suas instalações. Assim tem início a construção de armazéns, salientada por FONTES (1987, p.26):

Em 1963 foram construídos três armazéns, com a capacidade aproximada de 45.000 sacas, sendo que, dentro do primeiro armazém funcionava o próprio escritório. Como a demanda do produto crescia, foi preciso alugar alguns armazéns do IBC, que se situa nas proximidades. Mesmo assim, ainda eram insuficientes os depósitos para o armazenamento de café, necessitando a cooperativa alugar os armazéns disponíveis na cidade. (FONTES, 1987, p.26).

As perspectivas se apresentaram boas, a cooperativa passou então a receber também além do café, arroz, feijão e milho. E como o local sede era limitado para o grande volume de negócios transferiu-se para o local atual (Anexo 6 – foto 2), à rua Lord Lovat, no bairro Jardim Esplanada, sendo adquirida uma área de 7.381 m². Na época ali havia apenas um barracão em alvenaria com uma máquina de arroz.

Na década de 70, com a diversificação (sobretudo representada pela soja e pelo trigo) novos investimentos foram necessários. A COCARI iniciou a construção de armazéns graneleiros (Anexo 6 – foto 5), baseados em seus entrepostos. Nesse período o IBC continuou a atuar através de estímulos como a liberação de créditos e agilização dos mecanismos burocráticos com vistas à exportação (TAVARES, 1985, p.15), bem como com a política de erradicação dos cafeeiros visando uma estabilidade no mercado. É preciso ressaltar que ainda hoje os armazéns do antigo IBC ainda são utilizados pela COCARI em Mandaguari (Anexo 6 – foto 9).

O resultado do apoio institucional às cooperativas foi que essas passaram a participar, como aliadas do Estado, do processo de transformação no campo. A tarefa de introduzir e

difundir as inovações e a diversificação agrícola foi via de regra para as cooperativas de cafeicultores do Norte do Paraná, e a COCARI não foi uma exceção.

A gradual desarticulação da economia cafeeira - acentuada pela geada de 1975 - com a substituição do café por cultivos mecanizados como soja e trigo na década de 70, não resultou em prejuízo total para as cooperativas de cafeicultores. Como estas mesmas tiveram participação direta no processo foram compensadas pela mudança na estrutura de produção (SERRA, 1986, p.2). A introdução da modernização viria dar um novo impulso para o setor cooperativista. A diversificação significaria um passo à frente para o crescimento das cooperativas. A COCARI nesse período avançou com a fundação de entrepostos, expandindo sua atuação e os serviços prestados aos cooperados.

Por outro lado, com as lavouras modernas reduz-se drasticamente o número de empregos no campo, obviamente, devido ao fato das lavouras mecanizadas utilizarem um número ínfimo de mão-de-obra, e ainda inicia-se uma forte tendência à concentração fundiária com a formação de grandes propriedades. O fato da COCARI, assim como outras cooperativas de cafeicultores, ter sido formada justamente com a adesão de pequenos e médios produtores em sua maioria poderia implicar num certo impacto inicial no seu quadro associativo com a diversificação nos anos 70. No entanto isso quase não foi percebido.

Apesar de haver uma redução no seu quadro social em 1972, com relação ao ano anterior (Gráfico 2), o crescimento do quadro social ocorreu normalmente. Isso pode ser explicado por um lado pela persistência em alguns casos do café e das pequenas propriedades; e por outro pelo acréscimo de associados nos municípios de sua área de ação, com a fundação dos entrepostos de Itambé em 1975 e Marialva, em 1976. Um outro aspecto a ser considerado está nas facilidades e nos estímulos creditícios que favoreceram a soja e o trigo acessíveis também a produtores não tão grandes em termos de área.

DINÂMICA DO QUADRO SOCIAL DA COCARI 1971-1999

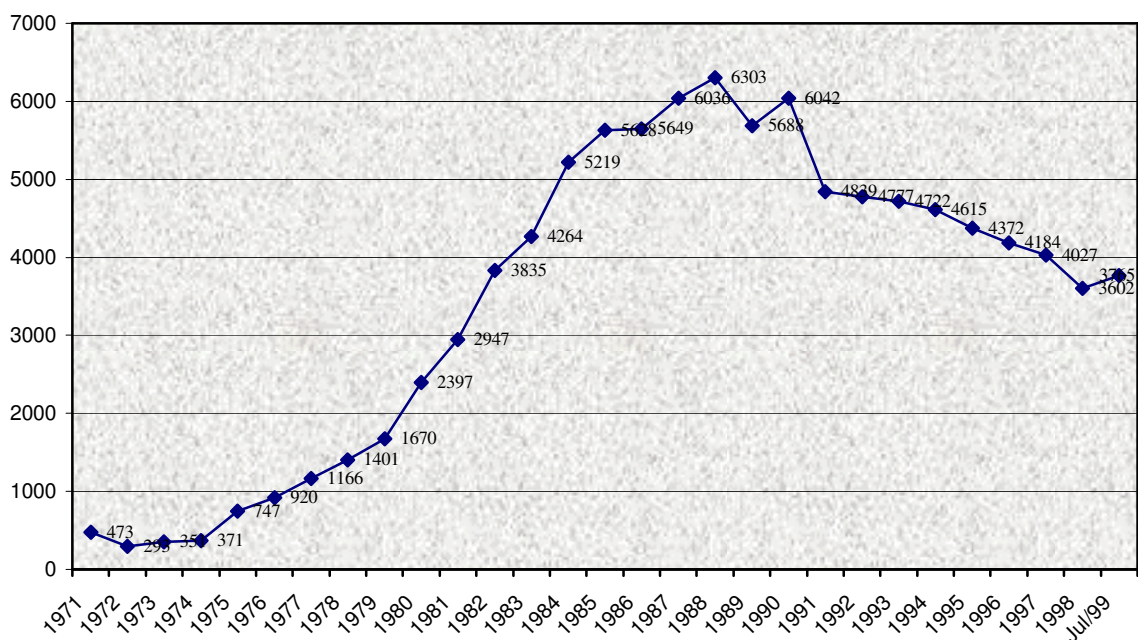


GRÁFICO 2

FONTE: COCARI.

O salto no número de associados na década de 1980 deve-se, sobretudo, à expansão da cooperativa com a instalação de agroindústrias, que teve início com a Destilaria de Álcool localizada em São Miguel do Cambuí, distrito de Marialva. Foi exatamente nessa década que o quadro social atinge o ponto mais alto atingindo 6.303 cooperados em 1988.

5.2 – A AÇÃO REGIONAL DA COCARI

De acordo com o seu Estatuto original, de 1962, a COCARI teria a área de atuação abrangendo as seguintes localidades: Mandaguari, Marialva, Jandaia do Sul, Itambé, Astorga, Barbosa Ferraz, Cambira, Maringá, Mandaguaçu, Floriano, Nova Esperança, Paranavaí, Paracity, Paiçandu, Cruzeiro do Oeste, São Tomé, Terra Boa, Cruzeiro do Sul, São João do Caiuá, Floraí, Rondon, Marumbi, Alto Paraná, São Jorge do Ivaí e Kaloré. Com a implantação do NORCOOP – Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná, em 1974, é fixada sua área de

responsabilidade no Estado que englobava oito municípios: Mandaguari, Marialva, Itambé, Jandaia do Sul, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Kaloré e Marumbi.

A partir da década de 70, a COCARI inicia a instalação de entrepostos na sua área de atuação definida. Em 19 de março de 1975 é fundado o entreposto de Itambé, que já em 1976 passa a possuir um armazém graneleiro com capacidade de 50.000 toneladas. O segundo entreposto fundado foi o de Marialva em 22 de junho de 1976. No início esse funcionou provisoriamente nas dependências da Cerealista Tabajara onde recebia trigo dos associados (FONTES, 1987, p.64), sendo logo em seguida iniciada a construção de suas instalações próprias. Em 1980 são instalados entrepostos em Jandaia do Sul (dedicado, sobretudo, à venda de insumos e assistência técnica devido a proximidade com a sede), Bom Sucesso, Marumbi, São Pedro do Ivaí e Aquidaban. Com a fundação de entrepostos em Kaloré em 1982 e Sarandi (município emancipado de Marialva na mesma época) em 1983¹⁵, a COCARI completa a ocupação definitiva de toda sua área de responsabilidade (Figura 3).

No ano de 1986 a COCARI assina contrato com o *Projeto Cerrados* do Governo Federal. Esse projeto foi motivado por uma iniciativa do governo japonês, que, necessitando de ampliar seu fornecimento de soja (pois dependia, sobretudo, dos Estados Unidos como fonte de abastecimento para o seu mercado), ofereceu ao Governo brasileiro uma linha de crédito, destinada a estimular a produção de soja no Brasil, que os Cerrados possuíam um dos maiores potenciais para tal.

O projeto todo compreendia 500.000 hectares, e apenas duas cooperativas paranaenses foram selecionadas: a COCARI e a CAMAS de Alvorada do Sul. A COCARI passou então, em 1986, a ser responsável por uma área de 15.000 hectares, ou seja, 10% dos 150.000 hectares liberados até então (COCARI..., 1986, p.3). Como esse projeto envolvia uma estratégia governamental de expansão da fronteira agrícola, a COCARI inicia a ocupação da área - localizada no município de Cristalina em Goiás - através do assentamento de 50 famílias. Esse projeto se assemelha então com um projeto de colonização, no qual a cooperativa funcionava de

¹⁵ O entreposto da COCARI em Sarandi foi desativado em 1992. No entanto ainda existem associados localizados no município de Sarandi, porém vinculados ao entreposto de Marialva.

certa maneira como uma companhia colonizadora atendendo aos interesses e esforços da política agrária estatal.

No Estado de Goiás, a COCARI possuía uma ampla infraestrutura com o fornecimento de insumos, assistência técnica e social, além de instalações para recebimento da produção agrícola. Essa mesma estrutura fora adquirida em 1984 da COOPADF (Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal) e ampliada em 1986. Alguns anos depois, a COCARI ampliou sua atuação em Goiás, com a instalação de entreposto na localidade de Campo Alegre de Goiás. Diversos fatores, como a distância em relação à sede, desestimularam a continuidade das atividades da cooperativa em Goiás que em 1995 pretendia fechar os entrepostos. O desinteresse da cooperativa fez com que muitos dos associados vinculados aos mesmos, se motivassem a fundar uma outra cooperativa: a Cooperativa Agropecuária do Cerrado – COACER, que passou a substituir a COCARI e ocupar suas instalações e infraestrutura.

Atualmente, a COCARI possui entrepostos nos municípios de Mandaguari (Anexo 6 – foto 4), Itambé, Marialva, Bom Sucesso, Kaloré, Cruzmaltina – recentemente desmembrado de Faxinal – e nos distritos de Mariza em São Pedro do Ivaí, e Aquidaban e São Luiz, distritos de Marialva (Figura 4). Há ainda um entreposto em Lucas do Rio Verde no estado do Mato Grosso onde, apesar de não haver cooperados, existe uma unidade com instalações para a prestação de serviços, principalmente no beneficiamento de algodão. Essa unidade, fundada recentemente, serve também para o estabelecimento de contratos com fornecedores de algodão para a fiação localizada na sede em Mandaguari.

O fato da COCARI, atuar regionalmente numa área muito inferior a outras cooperativas da área da NORCOOP, como COAMO e COCAMAR, não impediu que a mesma atingisse um desempenho que pode ser considerado muito bom nos anos 80 e início dos 90 (Tabela 8).

Conforme o Estatuto Social da Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari, reformado em 1995 (Anexo 3) a área de ação da mesma para efeito de admissão de associados abrange todo o Estado do Paraná; Cristalina, Catalão, Luiziana, Pires do Rio, Ourizona, Urutaí e Campo Alegre de Goiás (e todos os municípios que venham a se desmembrar destes) em Goiás; e ainda Paracatu,

Uraí e Guarda Mor em Minas Gerais e todos os municípios que porventura venham a se desmembrar dos mesmos.

Esta estratégia da cooperativa em fixar sua área de ação num espaço tão abrangente, pode ser entendida como uma forma de preparar-se para um eventual crescimento *geográfico* de sua área de atuação antecipando-se às outras cooperativas agropecuárias.

TABELA 9 -COMPARATIVO DE DESEMPENHO ECONÔMICO DESENVOLVIMENTO ENTRE COCARI, COCAMAR E COAMO EM 1992

	Nº DE MUNIC. QUE ATUAM	Nº DE ASSOCIADOS		PRODUÇÃO RECEBIDA		ASSIST. TÉCNICA		CAPACIDADE ARMAZENAGEM		AGROINDUSTRIA
		total	%	t.	%	técnicos	%	t.	%	
COAMO	25	26.359	17	1.887.823	25	122	10	1.321.580	17	Beneficiamento de café; Destilaria de álcool; Fiação de algodão; Industrialização de soja
COCAMAR	31	10.040	06	461.176	06	46	4	595.839	08	Beneficiamento de algodão, arroz e café; Torrefação de café; Fiação de algodão e seda; Destilaria de álcool; Fecularia de mandioca; Industrialização de soja e canola.
COCARI	08	4.778	03	456.045	06	31	3	272.047	04	Beneficiamento de algodão e café; Destilaria de álcool; Fiação de algodão; Fábrica de ração.

TOTAL		157.382	100	7.520.067	100	1.224	100	7.629.214	100
--------------	--	---------	-----	-----------	-----	-------	-----	-----------	-----

FONTE: IPARDES, 1993, p.8.

ORGANIZAÇÃO: FAJARDO.

5.3 – A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA COCARI

O crescimento da cooperativa nos anos 1970, com as lavouras mecanizadas, apontou para a possibilidade de industrialização dos produtos recebidos pela COCARI. Consolidada a modernização, o objetivo principal passa a ser a reestruturação com vistas à instalação de agroindústrias.

Como observa SERRA (1986, p.91):

A industrialização da matéria-prima entregue pelos associados foi a arma encontrada pelas cooperativas agropecuárias para atingir um determinado grau de crescimento que as tornassem menos vulneráveis ao jogo das concorrências de mercado, dentro do próprio sistema ou fora dele. Assim, logo após a consolidação das lavouras mecanizadas de soja e trigo, como nova base da agricultura paranaense, em substituição ao café, as entidades ensaiaram os primeiros passos para a implantação da agroindústria, com o pretexto de que uma vez podendo transformar a produção entregue pelos associados, teriam condição de repassar os lucros para eles.

Nos anos de 1980 a COCARI alcança a sua agroindustrialização, assim como outras cooperativas. A primeira indústria implantada foi a Destilaria de Álcool, estimulada pela política de incentivos do Governo Federal através do PROÁLCOOL. A sua instalação foi aprovada por assembléia realizada em 14 de abril de 1981 (FONTES, 1987, p.43). As agroindústrias seguintes são a fábrica de rações e a fiação de algodão. (Anexo 6 – foto 6).

Para atingir esse estágio foi essencial o apoio estatal e de outros setores da economia com lembra MORO (1991, p.238):

As cooperativas agropecuárias além de contarem com o indispensável apoio oficial na consolidação da infra-estrutura industrial – linhas especiais de financiamento para máquinas, unidades de beneficiamento de sementes, etc. – contaram também com os interesses do setor urbano-industrial que viam na modernização e na industrialização da agricultura, um amplo mercado para colocação de seus produtos. Da mesma forma, para os setores industriais a montante e a jusante da agricultura, abria-se um promissor espaço para a reprodução ampliada do capital.

A produção agroindustrializada da COCARI supera em receita a comercialização *in natura* como se pode ver na Tabela 10.

TABELA 10 – RECEITAS TOTAIS DA COCARI EM 1997

TIPOS DE RECEITA	Sementes, mudas e insumos	Produção in natura	Produção Industrializada	Prestação de serviços	Outras receitas
VALOR EM R\$ (reais)	10.366.247	33.073.310	34.905.562	230.102	12.050.069

FONTE: OCEPAR, 1998, p.36.

5.3.1 – A destilaria de álcool da COCARI

No período de estímulos governamentais à produção de álcool, surge a primeira iniciativa de industrialização da COCARI. A cooperativa aventou a possibilidade de implantar uma destilaria, o que se tornou possível graças aos financiamentos do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná – BADEP (FONTES, 1987, p.43-44).

A Destilaria COCARI iniciou suas operações em 1983, projetada para uma produção de 180 mil litros de álcool hidratado por dia. No decorrer do seu funcionamento foram ocorrendo várias mudanças no processo de fabricação, o que proporcionou uma produção atual de aproximadamente 300 mil litros de álcool ao dia.

O funcionamento da destilaria, sobretudo nos períodos de safra, é ininterrupto, com três turnos de oitos horas.

Deve-se ressaltar que em 1997 a COCARI ocupou o primeiro lugar entre as cooperativas paranaenses no recebimento de cana-de-açúcar e na produção de álcool (Tabela 11), consolidando-se como uma das principais empresas do setor.

TABELA 11 - RECEBIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL PELAS COOPERATIVAS PARANAENSES EM 1997

Nº DE ORDEM	COOPERATIVA	PRODUÇÃO RECEBIDA (t.)	PERCENTUAL DA PROD. PARANAENSE	QUANT. EM MIL LITROS DE ÁLCOOL PRODUZIDA EM MIL LITROS	VALOR OBTIDO COM COMERC. DE ÁLCOOL
1	COCARI	797.018	3.24%	43.675	18.203.521
2	COOPerval	715.938	2.91%	26.652	11.617.817
3	COFERCATU	566.397	2.31%	14.971	11.116.493
4	COCAFÉ	538.300	2.19%	32.362	17.605.822
5	COROL	460.742	1.88%	23.325	14.158.000
6	COCAMAR	448.009	1.82%	24.550	11.960.000
7	COPAGRA	420.870	1.71%	36.610	16.820.022
8	COAMO	319.188	1.30%	19.189	8.625.555
TOTAL		4.266.462	100%	221.334	110.107.230

FONTE: OCEPAR, 1998, p.41.

No início das operações a destilaria não apresentava nenhum tipo de tratamento do caldo o que acarretava transtornos no processo de fermentação, uma vez que o caldo de cana possui muitas impurezas e microorganismos contaminantes. Não havia ainda a concentração do caldo, o que contribuía para um baixo rendimento do processo. Após a instalação de um decantador de

caldo, de um evaporador de triplo efeito e de um aquecedor de caldo, obteve-se uma grande melhoria no processo, uma vez que a quantidade de agentes contaminantes e impurezas contidas no caldo foram sensivelmente reduzidas. Todos esses equipamentos proporcionaram uma maior eficiência no processo de fermentação, e juntamente com outros, como um regenerador, deram mais agilidade e rapidez à produção, e conseqüentemente ampliaram a produtividade da usina.

Após investir em controle de qualidade, a destilaria apresentou uma melhora considerável no processo. O laboratório faz um acompanhamento de todas as etapas da produção permitindo que se trabalhe em condições favoráveis para que todo o processo seja otimizado. Na safra de 1998/1999 foi instalada uma coluna de destilação que permite fabricar álcool anidro carburante (99,9° GL), utilizado na mistura de gasolina.

Basicamente são produzidos dois tipos de álcool: Álcool Etílico Hidratado Carburante - A.E.H.C. -, utilizado para queima de motores a álcool que contém de 5% a 6% de água; e o Álcool Etílico Anidro Carburante – A.E.A.C., utilizado na mistura de gasolina, geralmente na proporção de 26%, com o objetivo de aumentar octanagem do mesmo, e é praticamente isento de água.

Além destes, alguns outros subprodutos são aproveitados. São eles:

- Torta de Filtro: resíduo oriundo da decantação do caldo de cana, rico em matéria orgânica e nitrogênio, utilizado como adubo nas lavouras;
- Vinhaça: resíduo oriundo do processo de destilação do álcool, rico em potássio, utilizado na fertilização de canaviais;
- Bagaco de cana: resíduo da cana da qual foi extraído o caldo. É composto de uma mistura de fibras celulósicas, sais minerais, açúcares residuais e água. É utilizado como combustível, na geração de vapor e como ração animal após hidrólise.

Como pode ser visto na Tabela 12, na medida em que se passou a produzir o álcool anidro, diminuiu-se a produção de álcool hidratado, o que se deve principalmente às limitações da capacidade instalada, e por outro lado nos últimos anos há uma redução no volume de cana

recebida¹⁶. Enquanto os rendimentos estão estáveis a produção de álcool sofreu uma queda nos últimos anos.

TABELA 12 - RENDIMENTO DA DESTILARIA COCARI COM BASE NO RELATÓRIO DA POSIÇÃO FINAL - ENTRE 1996 E 1999

ANOS	1996	1997	1998	1999
Volume de cana recebida em t.	603.099 t.	572.995 t.	510.103 t.	462.863 t.
Volume de cana moída líquida	575.678	529.493	487.531	462.268
Tempo médio de aproveitamento	72: 30 h	58: 36 h	62: 27 h	68: 98 h
Tempo de queima	80:00 h	79:56 h	81:36 h	70:06 h
Média de toneladas moídas/hora	148 t.	170,45 t.	155,87 t.	156,29 t.
Rendimento Final (%)	82,24	82,51	77,06	81,43
HORAS DE PERDA DE MOAGEM*	1.562: 44 h	2.398: 00 h	1.983: 00 h	1.333: 00 h
VOLUME FINAL PRODUZIDO	47.342.362 litros	43.688.294 litros	37.571.725 litros	36.012.150 litros

*Motivo das perdas em 1999: defeito elétrico: 39:26 h; defeito mecânico: 98:48 h; falta de cana: 164:46 h; chuvas: 820:20 h; outros motivos: 209:20 h.

FONTE: COCARI.

A localização da destilaria dentro do município de Marialva faz com que a maior parte da matéria-prima seja oriunda desse município e proximidades. Pois as características da cana-de-açúcar não permitem que se transporte a safra por longas distâncias. (Gráfico 3).

¹⁶ O motivo da divergência existente, entre os valores relativos ao recebimento da produção e à produção de álcool em 1997, observados nas Tabelas 11 e 12, não ficou esclarecido, mas se sabe que os dados da OCEPAR adotam o critério de considerar o total da produção anual enquanto a COCARI se orienta pelo ano safra, períodos que não coincidem.

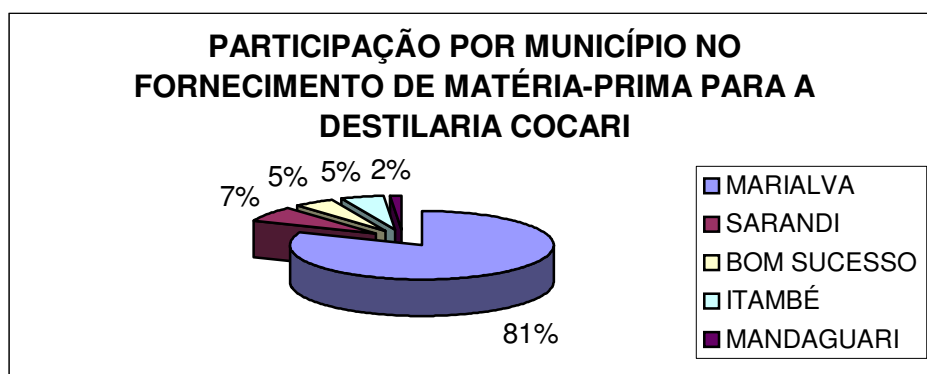


GRÁFICO 3

FONTE: COCARI, 1999.

Deve-se ressaltar que a produção de cana-de-açúcar sofreu uma redução na área plantada na última safra, de 2,43%, conforme SEAB/DERAL (agosto de 1999, p. 43) e, conseqüentemente, a produção em toneladas reduziu-se em 5,56% no Estado. Para a destilaria da COCARI, a redução da área plantada pode significar também uma queda na produção, pois, reduz-se também o volume de cana recebido. A queda nos preços do álcool tem sido o principal fator de desestímulo para essa cultura.

Outro aspecto a se considerar, refere-se a menor geração de dinheiro na região produtora, fruto evidentemente da queda de preços da matéria-prima. O valor da produção no Paraná deverá situar-se entre R\$360 e R\$380 milhões em 1999. Esta situação é preocupante, pois a cana-de-açúcar detém um dos mais elevados índices de geração de renda no cenário das lavouras mais importantes. No Brasil este índice é de R\$1.205,32/ha, e no Paraná situa-se em R\$1.094,22/ha. (ZAMPIERI, 1999, p.17).

Da mesma forma, o desestímulo em relação à produção de álcool para a destilaria, reflete nos produtores cooperados. Há alguns anos os preços pagos aos produtores estão em declínio (Tabela 13). O fato de ocorrerem reduções na área plantada de cana-de-açúcar na região não deixa de representar também uma modificação no espaço rural, pois, outros cultivos acabam por substituir o mesmo alterando a paisagem e a produção rural.

TABELA 13 - PREÇOS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NO PARANÁ ENTRE 1996 E 1999

ANO/MÊS	VALOR RECEBIDO
1996 (média anual)	15,35
1997 (média anual)	16,68
1998 (média anual)	16,50
1999 (média até agosto)	15,00

FONTE: ZAMPIERI, 1999, p.17.

A COCARI ainda pretendia em 1997, investir R\$ 5 milhões em uma usina de açúcar (OCEPAR,1997, p.14), adjunta à estrutura da destilaria, mas acabou desistindo por não conseguir viabilizar o projeto.

As transformações no setor sucro-alcooleiro com o advento da mecanização das lavouras de cana-de-açúcar, cujo ingresso apenas é viável com áreas de 500ha em média, expõe os produtores a uma crise sem precedentes. A participação do capital internacional e a pressão exercida pelas grandes empresas, aliados ao endividamento do setor agravam a situação (ZAMPIERI, 1999, p.18). Além disso, a instabilidade dos preços do álcool e a política de juros podem significar uma brusca redução na área cultivada para as próximas safras.

Cada vez mais o setor sucro-alcooleiro e a atividade da destilaria esperam por ações práticas do governo por meio de estímulos.

5.3.2 – A Fábrica de rações da COCARI

Na Assembléia Geral de dezembro de 1983, foi proposta e aceita a construção de uma fábrica de rações pela COCARI. O financiamento do Banco de desenvolvimento do Paraná – BADEP -, da mesma forma que ocorrera com a destilaria de álcool, possibilitou a sua instalação e

funcionamento em 27 de fevereiro de 1985. Dentre os objetivos (ou pretextos) visados pela COCARI com a instalação desta fábrica estava “[...] o de poder oferecer a seus cooperados, a possibilidade dos mesmos diversificarem suas explorações, aumentando o rendimento de suas propriedades. Além deste objetivo primordial, outros se apresentaram como: a geração de impostos, além do aproveitamento [*sic*] dos resíduos inaproveitáveis”. (FONTES, 1987, p.48).

O aumento da demanda por esse tipo de agroindústria deve-se principalmente ao desenvolvimento da indústria agroalimentar nos setores de carnes, leite e ovos no Paraná. Conforme OCEPAR (1990, p.19), outro fator que estimulou o crescimento de agroindústrias de rações entre as cooperativas foi o sistema integrado de produção das mesmas, já que empresas ou produtos independentes encontram maiores dificuldades no repasse dos seus custos para o setor produtivo.

A fábrica de rações da COCARI (Anexo 6 – foto 7), em 1989 já se encontrava entre as cinco maiores, em capacidade instalada, entre as cooperativas que atuam com indústrias de rações (Tabela 14). De acordo com OCEPAR (1999, s.n.), as cooperativas detém cerca de 32% da capacidade instalada nesse setor, no Estado, atualmente.

TABELA 14 – CAPACIDADE PRODUTIVA DE RAÇÕES DAS PRINCIPAIS UNIDADES AGROINDUSTRIAIS COOPERATIVAS PARANAENSES EM 1989

<i>COOPERATIVA</i>	<i>LOCALIZAÇÃO</i>	<i>CAPACIDADE PRODUTIVA (toneladas/dia)</i>	<i>PRODUTOS/ESPÉCIE DE ANIMAIS</i>
COPACOL	Cafelândia	240	Aves, bovinos e suínos;
BATAVO	Castro	240	Aves, bovinos, suínos e cães;

COTIA	Londrina	160	Aves e suínos;
COPAVEL	Cascavel	160	Bovinos e suínos;
COCARI	Mandaguari	100	aves, bovinos, suínos e eqüinos.

FONTE: OCEPAR, 1990, p.19-20.

A estrutura de produção da fábrica dispõe de equipamentos como moega, silos, misturadores automáticos, máquina *extrusora*, máquina *peletizadora*, balança mecânica e automática, e equipamentos para o ensaque e a costura de embalagens.

Atualmente são produzidos três tipos básicos de rações: farelada (para frangos de corte, frangos de postura, codornas, alevinos e bovinos); peletizadas (destinada à: suínos, bovinos, avestruzes, peixes, ovinos, eqüinos e coelhos); e extrusadas (para peixes e cães). As matérias-primas ou ingredientes para a fabricação de rações são basicamente: milho, farelo de soja, farinha de carne, farinha de peixes, farinha de ostras, farelo de trigo, sal comum, calcário calcítico, mistura *premix* especial COCARI, melação de cana hidrolizado, protenose, trigo, arroz, fosfato *biocálcio*, leveduras, aditivos, promotores de crescimento, probióticos e óleo de soja *degomado*. Essa diversidade de matéria prima utilizada pela fabrica de rações da COCARI, reflete a variedade da produção da mesma.

Recentemente, estão sendo lançados no mercado novos produtos, que incluem linhas desenvolvidas especialmente para avestruz; para bovinos de alto padrão genético; para a produção de carnes e ovos e ainda novas linhas desenvolvidas para cães. Ao todo são fabricados mais de 50 produtos variados (Quadro 1), e, além disso, existe a produção sob encomenda.

Os produtos fabricados pela indústria de rações da COCARI, por serem variados, permitem que a cooperativa se atinja setores também diversos, através do fornecimento dos produtos, dentro do setor agrícola ou não. Isto pode ser exemplificado pelas rações para

produções distintas como peixes, aves, bovinos, suínos, coelhos e eqüinos. Ao mesmo tempo essa produção acaba servindo a diversas cadeias agroindustriais.

No caso da produção de rações para cães esta faz com que a COCARI destine um produto, quase alheio à produção do meio rural, que chega também ao consumidor final através dos supermercados e lojas especializadas.

QUADRO 1 - RELAÇÃO DOS PRODUTOS FABRICADOS PELA INDÚSTRIA DE RAÇÕES COCARI

FRANGOS DE CORTE (10 E 40 KG)	EQÜINOS
Ração frango de corte inicial	Ração para eqüinos de tração e montaria
Ração de frango de corte crescimento	PEIXES
Ração de corte final	Ração para peixes alevinos
Concentrado frango de corte inicial	Ração para peixes em crescimento
Concentrado frango de corte crescimento	Ração para peixes em terminação
Concentrado frango de corte final	Ração para peixes em terminação extrusada
Avestruz inicial	BOVINOS DE LEITE
Avestruz crescimento	Ração para bezerros
AVES DE POSTURA	Ração para novilhas
Ração Postura inicial	Ração lactação
Ração Postura e crescimento	Concentrado para lactação
Ração Postura I e II	BOVINOS DE CORTE
Concentrado para Postura inicial	Ração para bovinos de corte
Concentrado para Postura e crescimento	Concentrado para bovinos de corte
Concentrado para Postura I e II	Linha <i>EUROTOP</i> : bezerros, crescimento e terminação
Avestruz Postura	CASEIRA PARA AVES (5 Kg)
CODORNAS	Ração crescimento
Ração para codornas fase inicial	Ração postura
Ração para codornas em crescimento	COELHOS
Ração para codornas em postura I e II	Ração para coelhos
SUÍNOS	LINHA CÃES
Ração para suínos inicial	<i>BOCOC</i> adulto
Ração para suínos crescimento	<i>BOCOC JÚNIOR</i> filhotes
Ração para suínos em gestação/cachaço	
Ração para suínos em lactação	
Concentrado para suínos em crescimento e terminação	
Concentrado para suínos em gestação/cachaço/lactação	
ração pré-inicial	

FONTE: COCARI.

Quanto ao número de empregos gerados, a Fábrica de rações da COCARI conta com cerca de 53 funcionários, sendo 4 na área administrativa e 48 na produção e entrega.

A produção da fábrica vem se mantendo num nível de crescimento no ano de 1999 como se pode ver no Gráfico 4:

PRODUÇÃO TOTAL DA FÁBRICA DE RAÇÕES COCARI EM TONELADAS/MÊS - 1999

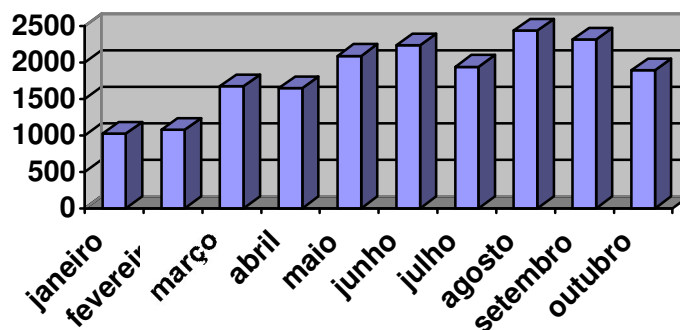


GRÁFICO 4

FONTE: COCARI.

5.3.3 – A fiação de algodão da COCARI

Com a implantação aprovada através da Assembléia Geral Ordinária realizada em 31 de agosto de 1984, a COCARI inicia a instalação da sua fiação de algodão (Anexo 6 – foto 8).

Para realizar esse investimento a cooperativa recebeu financiamento do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e do Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), sendo complementado com recursos próprios (FONTES, 1987, p.48-49). Os objetivos da COCARI ao instalar tal indústria eram:

[...] atender às reivindicações de seus cooperados produtores de algodão; oferecer possibilidades para diversificação das culturas; estimular a cotonicultura na região; a geração de

empregos; fortalecer o sistema cooperativista através da retenção dos recursos gerados pela indústria aos cooperados; ingressar no mercado industrial, deixando de ser uma Cooperativa apenas produtora de matéria prima. (FONTES, 1987, P.49).

Com uma capacidade instalada inicialmente de 2.400 toneladas de fio por ano, a COCARI pretendia atender um consumo de 40% de algodão dos cooperados, sendo responsável por 5,5% do algodão colhido no Estado. E já em 1987 a COCARI recebeu 4.657 toneladas de algodão dos cooperados, num total de 13.775 toneladas beneficiadas e industrializadas na produção de fios (OCEPAR, 1988, p.195 e 227), não ficando assim muito longe das metas iniciais.

Mas o declínio da produção de algodão no Paraná, sobretudo na região Norte do Estado, deixou a fiação da COCARI dependente quase inteiramente de fornecedores não cooperados. No ano de 1997 a quantidade de algodão recebida era de apenas 200 toneladas (OCEPAR, 1998, p.39).

O recebimento de algodão dos cooperados tornou-se assim praticamente insignificante em relação aos anos anteriores (Gráfico 5).

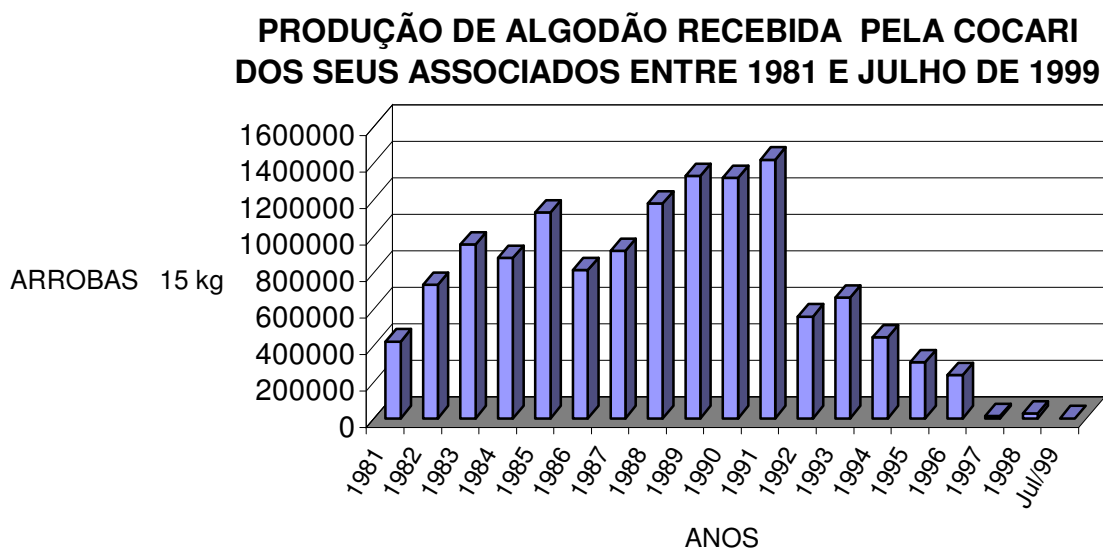


GRÁFICO 5

FONTE: COCARI.

Enquanto a produção de algodão dos cooperados é ínfima, a produção de fios se mantém em cerca de 3.000 toneladas anuais (Tabela 15).

TABELA 15 - PRODUÇÃO DA FIAÇÃO DE ALGODÃO DA COCARI EM 1996, 1997 E 1998

ANO	1996	1997	1998
TONELADAS DE FIOS	3.341	3.012	2.987

FONTE: COCARI.

Atualmente a matéria-prima utilizada vem, sobretudo, dos estados de Mato Grosso do Sul e Matogrosso conforme revela o Gráfico 6.

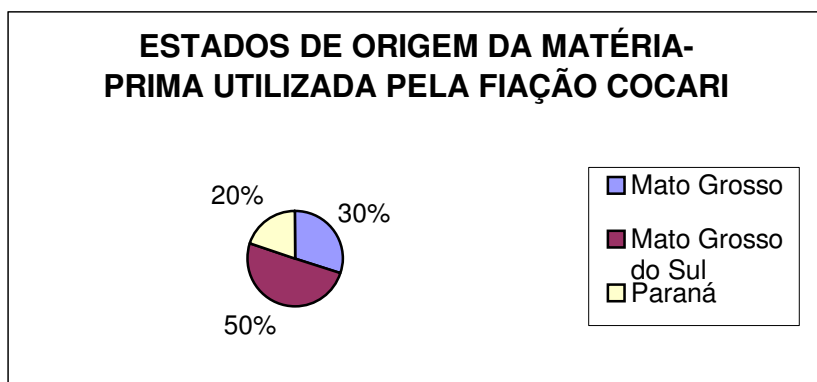


GRÁFICO 6

FONTE: COCARI.

Por outro lado, Santa Catarina é o Estado responsável pela compra da maior parte da produção (Gráfico 7).

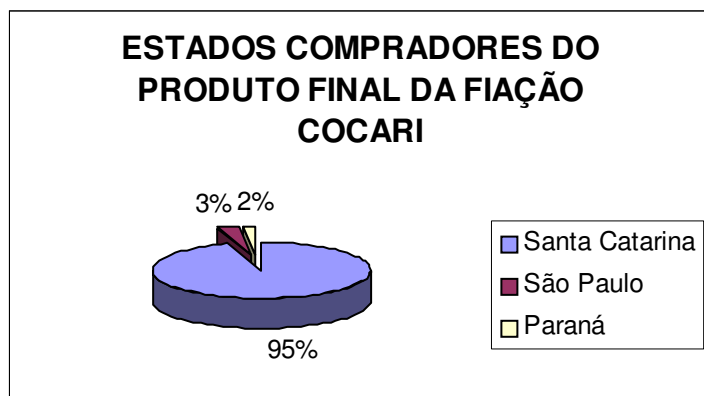


GRÁFICO 7

FONTE: COCARI.

A característica da Fiação COCARI de utilizar matéria-prima basicamente de produtores não cooperados, demonstra o seu caráter empresarial que vai além da busca de agregação de valor à produção, mas ao realizar operações com terceiros visa a maximização dos resultados (KONZEN, 1998, p.112), como qualquer outra empresa.

5.4 – INDICADORES ECONÔMICOS DA COCARI

5.4.1 – Recebimento da produção

A COCARI trabalha atualmente com soja, milho e trigo na comercialização (Gráfico 8), e cana-de-açúcar, algodão e milho na industrialização. O café que foi o produto que deu origem à

cooperativa, hoje representa muito pouco na comercialização, apesar de ser beneficiado pela COCARI em quantidade razoável. Essa é uma maneira da cooperativa ganhar com esse serviço.

RECEBIMENTO DOS PRODUTOS PELA COCARI ENTRE 1971 E 1998

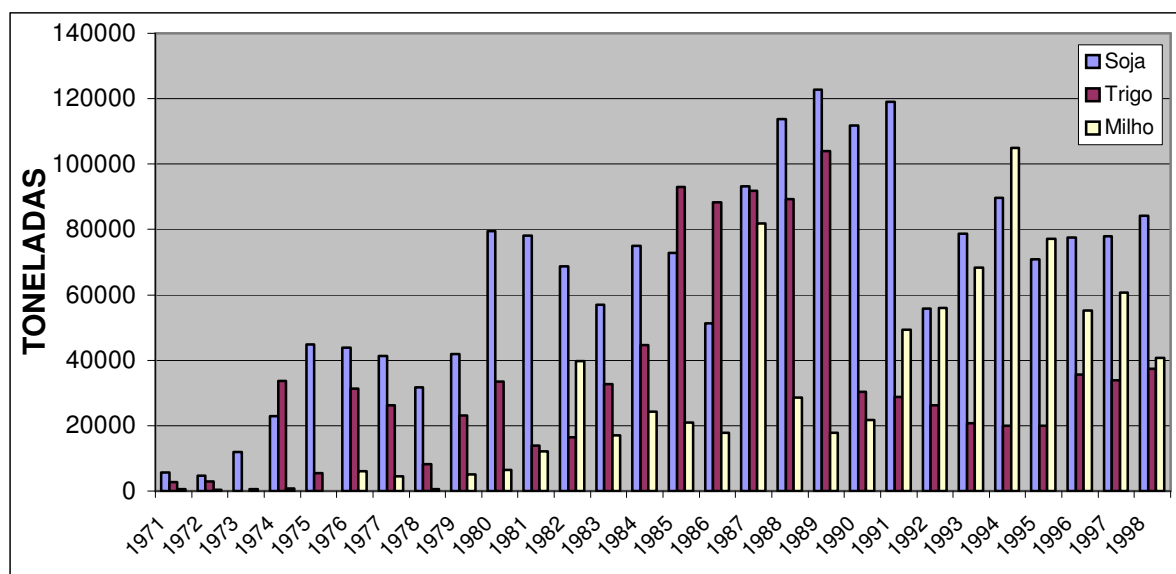


GRÁFICO 8

FONTE: COCARI.

Durante os anos de 1970 e 1980 a COCARI ampliou o recebimento de produtos como soja e trigo, e a consolidação da modernização foi um fator evidente para que isso ocorresse. A ampliação dos entrepostos e, conseqüente, do atendimento da COCARI, colaborou para a evolução do quadro do recebimento dos produtos.

Paralelamente ao ingresso da COCARI na agroindustrialização, cresceu o recebimento de produtos. Por outro lado, a decadência da lavoura cafeeira foi notável (Gráfico 9). A tendência a uma erradicação manteve-se, apesar disso o recebimento de café persistiu, embora em valores decrescentes.

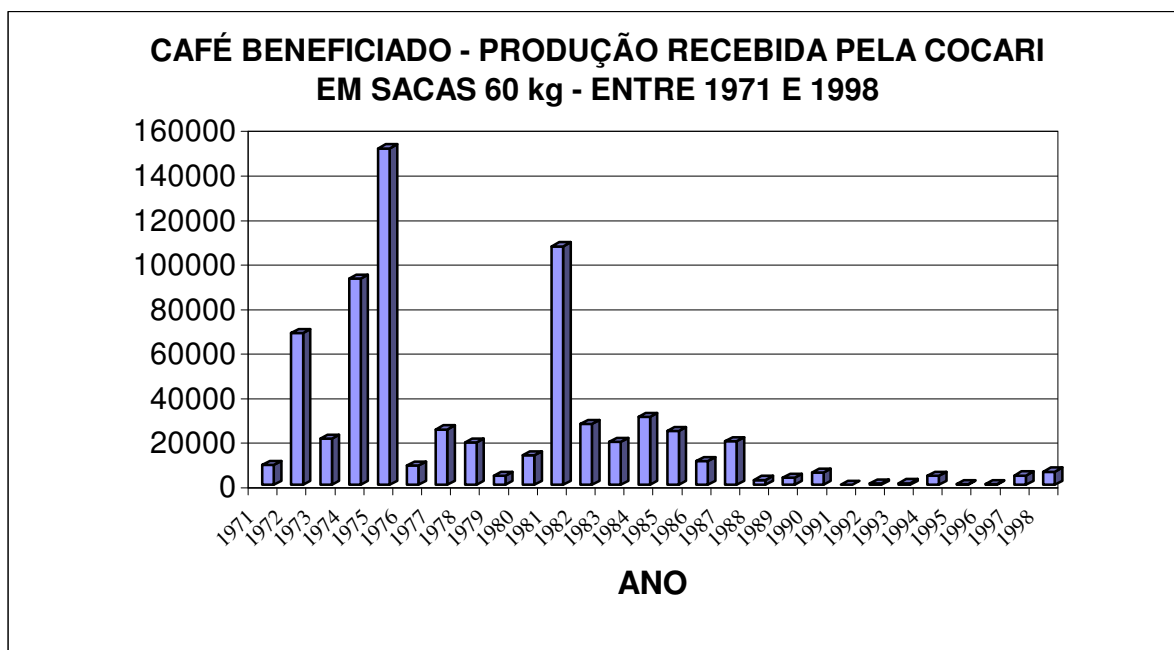


GRÁFICO 9

FONTE: COCARI.

Outros produtos, como arroz e feijão, recebidos por vários anos entre as décadas de 70 e 80, não mais fazem parte do grupo de produtos com os quais a COCARI opera. No entanto, produtos antes não presentes na pauta de recebimento da cooperativa, passam a ser recebidos através da agroindustrialização como é o caso da cana-de-açúcar.

Para estimular a entrega da produção pelos cooperados, a COCARI promove, ocasionalmente, campanhas veiculadas nos meios de comunicação, que incluem inclusive sorteios de prêmios entre os associados.

5.4.2 – Indicadores econômicos da COCARI¹⁷ - ano base de 1997

A seguir são apresentados dados econômicos sobre a COCARI, através das tabelas que se seguem, para servir como subsídio para análise e também como uma apresentação das condições as quais se encontra a cooperativa atualmente.

TABELA 16 - SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COCARI EM 1997

CAPITAL INTEGRALIZADO	R\$ 6.899.816*
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 20.707.185*
SOBRAS	R\$ 53.454*
GASTOS COM SALÁRIOS E ENCARGOS	R\$ 7.982.752*

*Os centavos são ignorados.

FONTE: OCEPAR, 1998.

TABELA 17 - TRIBUTOS PAGOS PELA COCARI EM 1997

FEDERAIS	IAPAS:R\$1.221.949*	OUTROS:	TOTAL:
ESTADUAIS	ICMS: R\$3.008.048*	R\$36.806*	R\$1.258.755*
MUNICIPAIS	TOTAL: R\$ 32.579*	OUTROS:	TOTAL:
		R\$12549*	R\$3.020.597*
		-	TOTAL: R\$
			32.579*

*Os centavos são ignorados.

FONTE: OCEPAR, 1998.

¹⁷ A fonte dos dados deste sub-capítulo é: OCEPAR. Banco de dados cooperativista, v.22 – agropecuário, crédito, eletrificação. Curitiba, EMATER/OCEPAR, 1998.

TABELA 18 - RECEITAS TOTAIS DA COCARI* EM 1997

<i>TIPO DE RECEITA</i>	<i>VALOR</i>
SEMENTES, MUDAS E INSUMOS	R\$10.366.247
PRODUÇÃO IN NATURA	R\$33.073.310
PRODUÇÃO INDUSTRIALIZADA	R\$34.905.562
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 230.102
OUTRAS RECEITAS	R\$12.050.069
TOTAL	R\$90.625.290

*Os dados são os mesmos da tabela 10.

FONTE; OCEPAR, 1998.

TABELA 19 - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO IN NATURA, AGROINDUSTRIALIZADA E EXPORTAÇÕES DA COCARI EM 1997

IN NATURA	R\$33.073.310
AGROINDUSTRIALIZADA	R\$34.905.562
EXPORTAÇÕES	US\$ 916.965

FONTE; OCEPAR, 1998.

TABELA 20 - FORNECIMENTO DE ADUBOS, CALCÁRIO E SEMENTES EM TONELADAS PELA COCARI EM 1997

<u>CORRETIVOS</u>	
Fertilizantes	10.449 t.
Calcário	6.364 t.
<u>SEMENTES</u>	
Produzida	2.738 t.
Adquirida	3.450 t.
Quantidade comercializada	6.188 t.

FONTE: OCEPAR, 1998.

TABELA 21 - PRODUÇÃO RECEBIDA PELA COCARI EM 1997

<u>PRODUTO</u>	<u>TOTAL RECEBIDO</u>
Algodão	200 t.
Café	808 t.
Milho	60.682 t.
Soja	79.644 t.
Trigo	32.171 t.

FONTE: OCEPAR, 1998.

TABELA 22 - CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM DA COCARI EM 1997

<u>TIPO DE ARMAZENAGEM</u>	<u>CAPACIDADE</u>
Granel	190.000 t.
Sementes	..6.000 t.
Insumos	34.000 t.

Álcool	20.000 litros
--------	---------------

FONTE: OCEPAR, 1998.

TABELA 23 - FROTA PRÓPRIA DA COCARI – 1997

<u>FROTA</u>		<u>PATRULHA MECANIZADA</u>	
caminhões	70	colheitadeiras	3
ônibus	6	tratores	34
automóveis	17	outras máquinas	2
outros veículos	11	Total	39
Total	104		

FONTE: OCEPAR, 1998.

Como se percebe, a COCARI detém uma infraestrutura que a caracteriza como uma das grandes cooperativas do setor de comercialização de grãos no norte-paranaense. As atividades agroindustriais, como montante predominante das receitas brutas, qualificam essa cooperativa como agente participante da dinâmica do Complexo Agroindustrial, presente na organização da produção econômica regional.

Por outro lado, a COCARI assume ainda uma posição dinâmica quando detém uma frota de veículos e máquinas que utilizadas nas etapas de produção, colheita e transporte das safras e de trabalhadores (Tabela 23), e também dos produtos agroindustrializados. Produzindo parte dos insumos, como sementes, e parte da lenha que consome (Gráfico 10), a cooperativa se fortalece internamente (economicamente) e participa da estruturação da produção regional através de sua ação junto aos cooperados.

ORIGEM DA LENHA CONSUMIDA

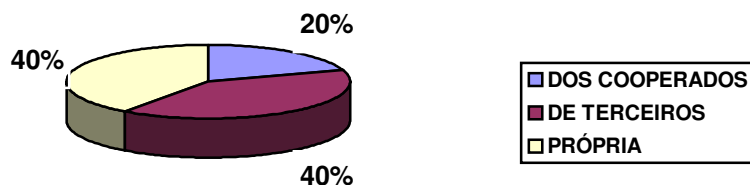


GRÁFICO 10

FONTES: OCEPAR, 1998.

A análise dos indicadores econômicos da COCARI (Tabelas 16 a 23), permite avaliar e destacar a importância da cooperativa na organização do espaço regional, através dos aspectos sócio-espaciais que presidem sua estrutura.

Ademais, cumpre destacar que, para garantir a produção de energia (lenha) a cooperativa mantém um reflorestamento de 15 ha, o qual juntamente com a participação dos associados, concorre para o fornecimento de 60% da lenha consumida (Gráfico 10).

5.4.3 – Aspectos da assistência técnica da COCARI em 1997 e 1998

Atualmente, os serviços de assistência técnica e agronômica, prestados pela COCARI - através do seu Departamento Técnico - são cobrados e o valor gira em torno de 2% do total do projeto, pago pelos produtores inscritos no mesmo. Desta forma, a assistência técnica é mais uma

fonte de receita para a cooperativa, que não abrange apenas os associados, mas é aberta a todos interessados em se utilizar o serviço.

A descrição numérica desses serviços, para os anos de 1997 e 1998, pode ser visualizada e analisada através das Tabelas¹⁸ 24 a 28.

TABELA 24 - NÚMEROS DE PLANOS SIMPLES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA

CULTURA DO TRIGO

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Nº DE PLANOS SIMPLES		Nº DE VISITAS TÉCNICAS		ÁREA ATINGIDA (ha)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998
BANCO DO BRASIL	43	90	250	382	2.884,17	2.813,89
CREDICOCARI	10	29	56	117	245,63	639,54
TOTAL	53	119	306	499	3.129,80	3.453,43

CULTURA DE SOJA, MILHO E ALGODÃO

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Nº DE PLANOS SIMPLES		Nº DE VISITAS TÉCNICAS		ÁREA ATINGIDA (ha)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998
BANCO DO BRASIL	207	226	879	822	7.371,08	7.393,58
BANESTADO	13	01	65	04	454,90	3,68
CREDICOCARI	87	73	353	245	2.006,73	1.976,79

¹⁸ Os dados espelhados nas Tabelas 24 à 28, foram fornecidos pelo Departamento Técnico da COCARI e organizados por FAJARDO.

TOTAL	307	300	1.297	1.071,00	9.832,71	9.374,05
--------------	-----	-----	-------	----------	----------	----------

FONTE: COCARI.

TABELA 25 - RECEITUÁRIO AGRONÔMICO

ANO	Nº DE RECEITAS EMITIDAS
1997	14.051
1998	16.090

FONTE: COCARI.

TABELA 26 - PROJETOS DE INVESTIMENTOS E CUSTEIOS

ANO	Nº DE PROJETOS
1997	32
1998	32

FONTE: COCARI.

TABELA 27 - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES

CULTURA	LOCAL	PRODUÇÃO BRUTA (SACAS 50 Kg)		PRODUÇÃO BENEFICIADA (SACAS 60Kg)		PRODUÇÃO APROVADA (SACAS 50 Kg)	
		1997	1998	1997	1998	1997	1998
SOJA	Mandaguari	0	5.657	0	3.637	0	1.356
TRIGO	Mandaguari	30.489	38.635	27.950	27.712	25.372	22.972
TOTAL	Mandaguari	30.489	44.292	27.950	31.439	25.372	24.508

FONTE: COCARI.

TABELA 28 - DADOS GERAIS DA PRODUÇÃO DE SEMENTES

CULTURA	LOCAL DE PRODUÇÃO	Nº DE ASSOCIADOS INSCRITOS		Nº DE CAMPOS INSCRITOS		ÁREA INSCRITA		Nº DE VISTORIAS REALIZADAS	
		1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998
SOJA	Mandaguari	0	22	0	23	0	505	0	46
TRIGO	Mandaguari	147	105	193	142	5.400	3.452	386	284
TOTAL	Mandaguari	147	127	193	165	5.400	3.957	386	330

FONTE: COCARI.

Como se depreende da análise das Tabelas 24 à 28, os serviços técnicos especializados, prestados pela COCARI, são diversificados e voltados, basicamente, a tornar a produção agropecuária mais eficiente, através da tecnificação da produção. Todavia, é bom ressaltar que esta assistência técnica não se limita aos cooperados, ela é aberta aos interessados. Este fato, mais uma vez, colabora para revelar que a cooperativa firma-se como uma empresa capitalista e não assistencial, deixando ao largo os ideais clássicos do cooperativismo.

Além dos serviços discriminados, o Departamento Técnico da COCARI também efetua perícias técnicas do PROAGRO, tendo alcançado em 1998, 18 perícias.

Muitos dos serviços técnicos também são prestados através de convênios com órgãos governamentais como a EMATER. A produção de sementes tem a participação de outras instituições como IAPAR e CODETEC, numa forma de terceirização.

6 – A COCARI E AS RELAÇÕES INTERSETORIAIS NO CONTEXTO DO CAI

Ao tratar do setor agroindustrial e do macro-complexo CAI, estamos falando de “[...] um mercado monopólico, ou pelo menos claramente oligopólico, tanto para as indústrias que fornecem insumos à agropecuária quanto para as que processam a produção”. (ALBUQUERQUE e GARCIA, 1988, p.14). Uma cooperativa como a COCARI enfrenta a forte concorrência dos gigantes do sistema agroindustrial quando coloca seus produtos industrializados no mercado. Atuando a jusante com a Destilaria de álcool e Fiação de algodão; e à montante da agricultura através da Fábrica de rações, essa cooperativa mantém fortes relações intersetoriais através das transações comerciais. Um outro fator relevante para a cooperativa é a produção de parte da semente de soja e de trigo (Tabela 28), o que além de significar uma economia para a COCARI, representa mais uma posição a montante a ser considerada.

Na comercialização dos produtos agrícolas, recebidos dos cooperados, a relação é exercida diretamente com as grandes empresas do setor agroindustrial (incluindo outras cooperativas) e de outros setores produtivos na economia. Sendo um fator característico das cooperativas funcionar também como associação de interesses coletivos (BERNARDO, 1998, p.106-107), torna-se necessário, através dessas relações, buscar os resultados mais favoráveis possíveis aos produtores associados e ao fortalecimento da entidade. E mesmo submetendo-se às imposições do mercado, resta a alternativa de procurar os melhores preços e condições.

Através da compra de insumos agropecuários, equipamentos e implementos agrícolas, para revenda aos cooperados, a COCARI mantém seu vínculo com o setor industrial a montante, submetendo-se às condições de ramos distintos como o químico-farmacêutico (produtor de fertilizantes, herbicidas, etc.) e o metal-mecânico (ex. implementos agrícolas, equipamentos de irrigação, etc.), além de outros setores que atuam como indústria para a agricultura. Em muitos casos, revendedores especializados são intermediários das grandes indústrias quando estas não

atuam com representação direta. Verifica-se que no caso da COCARI seus principais fornecedores de insumos estão localizados no Estado (Gráficos 11 a 15), o que demonstra a dinâmica do setor industrial a montante na economia paranaense.

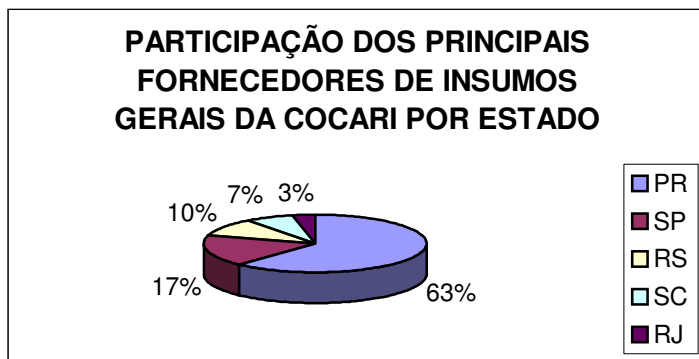


GRÁFICO 11

FONTE: COCARI.

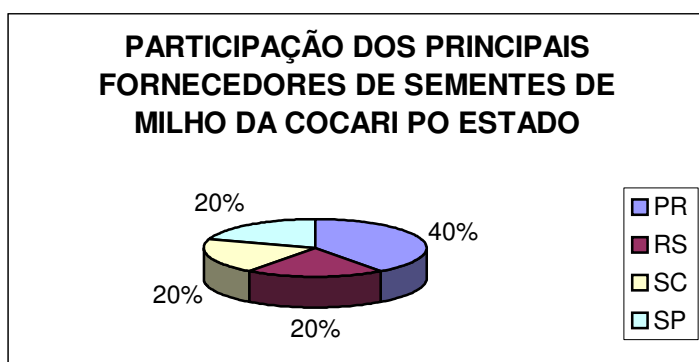


GRÁFICO 12

FONTE: COCARI.

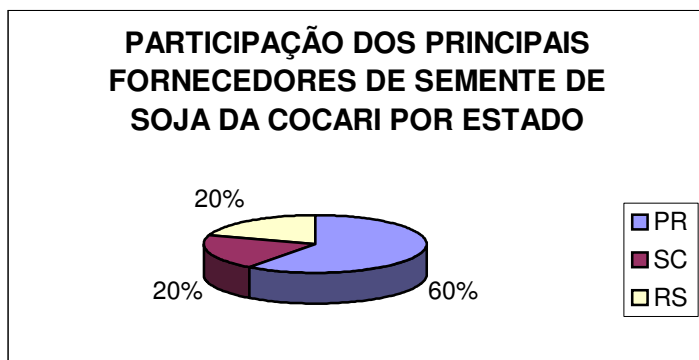


GRÁFICO 13

FONTE: COCARI.

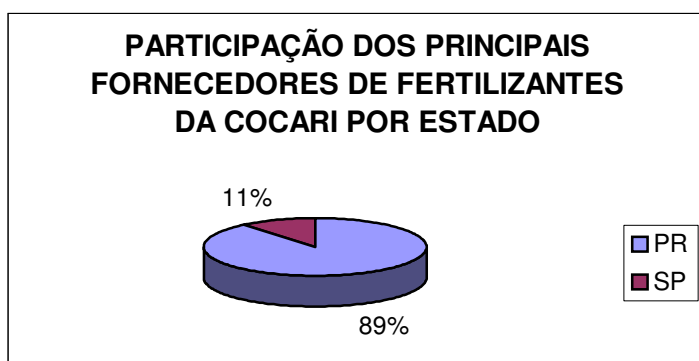


GRÁFICO 14

FONTE: COCARI.

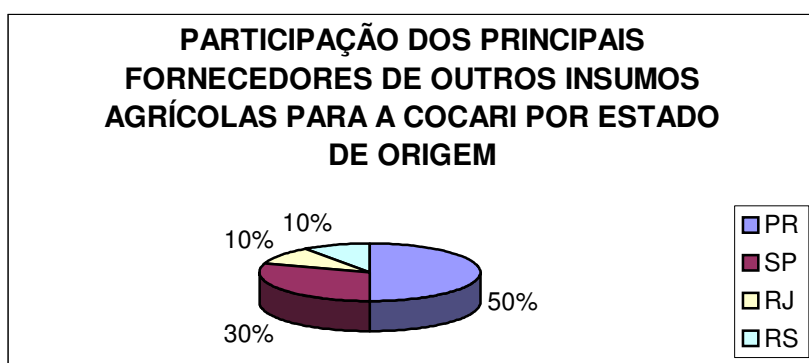


GRÁFICO 15

FONTE: COCARI.

Na comercialização de trigo, apesar do Paraná agrupar o maior número de compradores da COCARI, há a presença de clientes de outros estados (Tabela 29). A soja por sua vez tem todos os seus compradores localizados no Estado do Paraná (Tabela 30), o mesmo acontecendo com o milho. Um ponto comum entre estas culturas está no fato de ambos (milho e soja) serem comprados pela própria cooperativa através da fábrica de rações. Ademais o milho também é vendido para os cooperados.

TABELA 29 - NÚMERO DOS PRINCIPAIS COMPRADORES DE TRIGO DA COCARI POR ESTADOS DE ORIGEM

ESTADO	NÚMERO
Paraná	4
São Paulo	1
Santa Catarina	1
Bahia	1

FONTE: COCARI.

TABELA 30 - PRINCIPAIS COMPRADORES DE MILHO E SOJA DA COCARI

MILHO	Fábrica de rações da COCARI; Granja Figueiredo (Mandaguari); Santista Alimentos; Agrícola Felipe; Big Frango; Nutryara; Kowalski; produtores associados da COCARI.
SOJA	COCAMAR; CEVAL; CARGILL; Fábrica de rações da COCARI.

FONTE: COCARI.

Por outro lado, paralelamente à comercialização de produtos agrícolas, a própria COCARI assume a forma de fornecedor, a montante, através da produção de rações. Dessa forma, a cooperativa participa da composição do Complexo Agroindustrial, dentro de suas limitações, em três situações: como fornecedora de insumos industriais utilizados na agropecuária; através das próprias atividades agrícolas com a produção recebida dos associados (soja, trigo, milho e café); e ainda no processamento dos produtos agrícolas, que inclui o beneficiamento de café, o beneficiamento e a industrialização de algodão e a industrialização da cana-de-açúcar pela destilaria.

O caso da cana-de-açúcar é interessante; além dos compradores pertencerem a um setor distinto do agroalimentar, o de combustíveis (Tabela 31), a COCARI, apesar da compra de boa parte de insumos para a lavoura canavieira, também produz insumos através da própria destilaria. Isso se faz perceber com a utilização dos subprodutos para a lavoura de cana, como a torta de filtro compondo boa parte do adubo e a vinhaça na fertilização dos solos. O bagaço de cana ainda pode ser aproveitado na fabricação de ração animal e também é utilizado como um importante combustível da própria destilaria no aquecimento das caldeiras.

Assim, a destilaria de álcool da COCARI funciona ao mesmo tempo como agroindústria processadora, indústria de insumos agrícolas e de suas fontes de energia, mesmo que esse não seja o objetivo principal da mesma e nem obtenha um valor significativo dentro da sua receita global. Porém nota-se que essas funções resultam numa economia para a cooperativa, o que permite um melhor desempenho da mesma.

TABELA 31 - PRINCIPAIS COMPRADORES DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL DA DESTILARIA COCARI

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO: FILIAL/REPRESENTANTE
ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO	Londrina
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA	Londrina e Maringá
SHELL BRASIL S/A	Londrina e Maringá
COMP. BRAS. DE PETRÓLEO IPIRANGA	Londrina e Maringá
TEXACO BRASIL S/A	Londrina e Maringá

FONTE: COCARI.

Se por um lado a COCARI está exposta, às condições de preços e pagamentos das agroindústrias, frente às empresas compradores de seus produtos e dos fornecedores de insumos, ela também tem o poder, dentro de suas limitações, de subordinar seus compradores dentro do conjunto das agroindústrias e suas respectivas cadeias. Essa subordinação, que pode inexistir ou ser anulada por condições imprimidas ou manipuladas pelo mercado, atinge também os associados através de financiamentos, fornecimento de insumos, assistência técnica e mesmo na comercialização dos seus produtos (ALBUQUERQUE e GARCIA, 1988, p.25-26). Dessa forma os produtores associados, através de financiamentos, se submetem às decisões e à orientação da organização cooperativa.

Porém, a presença das cooperativas no CAI pode ser vista como um fator importante para reduzir ou amenizar o impacto causado pela dominação dos grupos de empresas oligopolistas. O auxílio estatal para as mesmas justifica-se, ou se explica, então, pelas mesmas representarem um mecanismo de defesa de pequenos e médios produtores, que dependem dessa organização para a sua manutenção na atividade agrícola.

Como afirma MÜLLER (1990, p.56): “[...] a cooperativa mostra-se como uma forma de enfrentar o mercado – outras empresas – na determinação dos preços. E por isso, nas condições de controle de custos.” Obviamente que isso tem reflexo direto na renda dos produtores associados.

7 – A COCARI E SEUS COOPERADOS

7.1 – ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

Para que se atingisse pelo menos em um nível mínimo adequado, o cerne da questão sócio-espacial em uma cooperativa agropecuária, é evidente que não poderiam ser deixados de fora a perspectiva dos cooperados. Objetivando verificar a presença da COCARI na vida dos cooperados foi elaborado um questionário – Anexo 4 – na forma de amostragem, aplicado em entrevistas com 20 cooperados ativos, selecionados aleatoriamente por sorteio.

7.1.1 – Tempo de associação

Ainda que não fosse intenção inicial, constatou-se depois (Gráfico 16), que cerca de 70% dos entrevistados eram cooperados há mais de 20 anos, enquanto 15% tornaram-se associados entre 10 e 20 anos, e outros 15% há menos de 10 anos se associaram à COCARI.

Esse dado inicial, que consta da primeira questão, tornou-se importante na medida em que essa maioria convive com a cooperativa desde, pelo menos, o final da década de 1970, participando de um período chave, onde houve a modernização e diversificação das atividades agropecuárias na região Norte do Paraná em detrimento da expressiva erradicação da lavoura cafeeira.



GRÁFICO 16

FONTE: Resultados das entrevistas com cooperados da COCARI.

Outro ponto importante é que esses mesmos cooperados acompanharam o processo de agroindustrialização da COCARI, sendo assim, sofreram os impactos da inserção e orientação da mesma nas atividades industriais.

7.1.2 – Estrutura fundiária

A primeira constatação quanto à situação da renda do cooperado, fez-se observar no fato de 70% dos entrevistados admitirem que adquiriram terras após associarem-se à cooperativa. Fato que não necessariamente leva à consideração da participação da COCARI na ampliação ou não de suas rendas, ou capacidade financeira para a compra; mas revela que parte dos cooperados não apenas conseguiram manter-se na atividade agrícola, mas aumentaram suas posses fundiárias - mesmo que modestamente - durante o período de associado, ainda que a área média dos cooperados entrevistados não seja tão grande. (Gráfico 17).

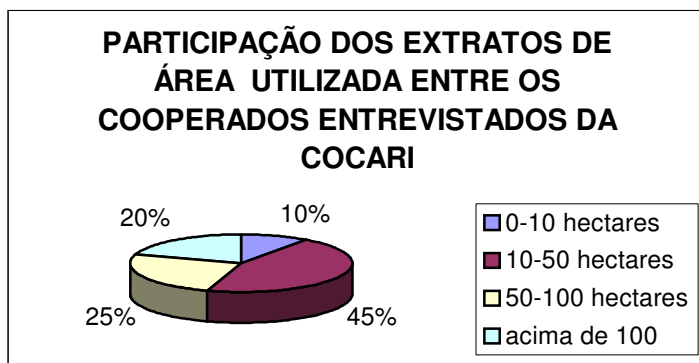


GRÁFICO 17

FONTE: Resultados das entrevistas com cooperados da COCARI.

7.1.3 – Comercialização da produção com a COCARI

Segundo a grande maioria dos entrevistados, ou seja, 70%, o mesmo percentual dos cooperados há mais de 20 anos, o café era o principal produto cultivado antes da associação à cooperativa, o que ressalta as origens da COCARI vinculada à atividade cafeeira. Outra parcela, de 25% não cultivava nenhum produto antes de tornarem-se cooperados, o que se deve, principalmente, à razão de associarem-se assim que adquiriram suas propriedades. Em relação aos que cultivavam o milho e o feijão, esses diziam respeito, geralmente, às culturas de subsistência, paralelas ao café. Uma minoria de 15 e 10%, consecutivamente, cultivava soja e trigo antes de associarem-se, de modo geral trata-se de associados recentemente filiados.

Atualmente a soja é o principal produto entregue pelos associados entrevistados¹⁹ representando, 75% dos casos, em seguida vem o trigo apontado por 50% dos associados. O milho é o terceiro produto mais entregue com 45% e no último lugar está o café citado por 35%

¹⁹ Pode-se observar que a cana-de-açúcar não foi mencionada por nenhum dos cooperados entrevistados, apesar de representar um importante produto para a produção agroindustrial da COCARI (devido a destilaria de álcool). Todavia, isso se deve ao fato da produção de cana-de-açúcar recebida pela cooperativa, estar concentrada, sobretudo, nas proximidades da destilaria, no município de Marialva (Gráfico 3). Ainda deve-se considerar que existem produtores específicos dessa cultura (cooperados e não cooperados) que estabelecem vínculos com a cooperativa, através de contratos, para o fornecimento da matéria-prima para a destilaria. Desse modo, nenhum produtor de cana-de-açúcar foi detectado nas entrevistas.

dos entrevistados. Esses valores foram definidos a partir do número de vezes em que o produto foi mencionado pelos cooperados entrevistados (Tabela 32).

Percebe-se que, da mesma forma como vem ocorrendo com o recebimento da cooperativa, o café é hoje o produto de menor relevância para a COCARI; a própria comercialização do produto é ínfima. Mas, por outro lado, o serviço de beneficiamento da cooperativa é o ponto mais significativo em relação a esse produto e não atende apenas os produtores cooperados. Já no caso do milho, uma parte de seu recebimento, é voltada para atender a demanda do produto pela fábrica de rações.

TABELA 32 – PRODUTOS ENTREGUES À COCARI PELOS COOPERADOS ENTREVISTADOS

PRODUTOS	NÚMERO DE MENÇÕES*
Soja apenas	1
Soja e trigo	4
Soja e milho	3
Soja e café	1
Soja, trigo e milho	3
Soja, trigo e café	2
Soja, trigo, milho e café	1
Milho apenas	2
Café apenas	3

*Deve-se lembrar que foram 20 ao todo, os cooperados entrevistados.

FONTE: Resultados das entrevistas com os cooperados da COCARI.

Por fim, entre os entrevistados, 60% responderam não haver nenhum produto que não seja entregue à cooperativa. Todavia, a própria campanha constantemente desenvolvida pela cooperativa a fim de que os seus associados entreguem a produção a COCARI, atesta que nem sempre o total da produção dos cooperados é entregue a mesma. Por outro lado, um dos únicos produtos não entregues à COCARI mencionado pelos associados entrevistados - que também não é recebido pela mesma - trata-se do leite. A pecuária leiteira é a principal razão também pela qual 55% participam de outra cooperativa, ou seja, estes são associados da COLARI – Cooperativa de Laticínios de Mandaguari – que também é sediada em Mandaguari.

A imensa maioria dos entrevistados, ou seja, 90% admitem comprar insumos através da cooperativa. Fato que demonstra a importância da cooperativa no fornecimento destes.

7.1.4 – Técnicas de modernização agropecuária e utilização de serviços

Com relação à prática de técnicas de modernização agrícola, a amostragem revelou que, entre os entrevistados, 60% adotam o sistema de rotação de culturas; 55% do plantio direto (valores totais) e 15% de outras técnicas como o cultivo de café adensado e o manejo integrado de pragas. Todavia, 20% assumiram não praticar nenhuma técnica de modernização. Geralmente, esses casos estão relacionados aos pequenos proprietários, produtores de café ou milho, com pouca capacidade, ou pouco interesse, de investir em inovações tecnológicas. Os valores detalhados podem ser visualizados na Tabela 33.

TABELA 33 - TÉCNICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ADOTADAS PELOS COOPERADOS DA COCARI ENTREVISTADOS

<i>TÉCNICAS</i>	<i>NÚMERO DE VEZES MENCIONADAS</i>
Rotação de culturas e plantio direto	10
Somente rotação de culturas	2
Somente plantio direto	1
Outras	3
Nenhuma	4

FONTE: Resultados das entrevistas com os cooperados da COCARI.

Como um dos únicos serviços prestados pela cooperativa atualmente, é a assistência técnica-agronômica, não surpreende que esse serviço tenha sido o único mencionado pelos entrevistados, foram 55%, enquanto o restante, 45%, afirmam não utilizar nenhum tipo de serviço da cooperativa. Como se trata de um serviço pago, obviamente que nem sempre pode ser solicitado pelos cooperados.

7.1.5 – Pessoal ocupado na produção

Para o pessoal ocupado na produção, anualmente, incluindo empregados temporários, chegou-se a média de 9,35 indivíduos por propriedade. Apesar desse valor ser distorcido em relação aos resultados do Censo Agropecuário 1995-1996, não podendo ser considerado como referencial estendendo-se a todos os tipos de produção agropecuária, deve-se levar em conta que na época de safras, algumas propriedades chegam a contratar mais de 20 empregados temporários durante esse período. E esta é a causa do número relativamente alto.

Entre os entrevistados, 45% não trabalham nem contam com membros da família não remunerados trabalhando na propriedade; enquanto 20% trabalham regularmente na atividade rural e outros 35% contam com a ajuda de familiares. A utilização de mais de um empregado permanente se dá com 60% dos entrevistados. Destes, apenas 30%, utilizam somente um empregado (com sua respectiva família). Esse fato pode ser considerado natural, já que é bem comum haverem propriedades em que exista apenas um caseiro e sua família na administração da mesma, sendo que conforme haja necessidade, são contratados trabalhadores temporários.

Os empregados temporários são contratados por 65% dos associados entrevistados, dentre estes, 23,07% contratam menos de 5 anualmente, 46,15% contratam entre 5 e 10 e 30,76% contratam acima de 10 empregados temporários em média ao ano. Ainda que as grandes propriedades tenham condições de contar com um número maior de empregados temporários, vale lembrar que ao contrário das lavouras mecanizadas como soja e trigo, o café tende a empregar proporcionalmente um número maior de empregados.

Sobre a existência de parceria, 45% dos associados entrevistados afirmam não possuírem parceiros, enquanto 55% admitem possuir um ou mais parceiros empregados. A parceria, muito utilizada na cultura cafeeira, geralmente envolve produtores que enxergam na mesma, mais vantagens em termos de remuneração e facilidades na condução da propriedade.

7.2 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS COOPERADOS ENTREVISTADOS

O ponto central das entrevistas foi verificar (para a avaliação), o nível de satisfação dos associados com relação à cooperativa e sua condição de cooperado. Para tanto foram elaboradas três questões, sendo duas objetivas e uma com parte aberta, para ouvir com espontaneidade o cooperado a sua justificativa pela resposta.

Os resultados obtidos foram os seguintes: 10% se consideram muito satisfeito na sua condição de cooperado; enquanto 30% responderam estar apenas satisfeitos. Somando-se estes, chega-se a um número que equivale a 40% de satisfação. Para 25%, a resposta foi: insatisfeito; o restante, 35 %, se mostrou indiferente, mas também não demonstrando satisfação ou declarando insatisfação (Gráfico 18).

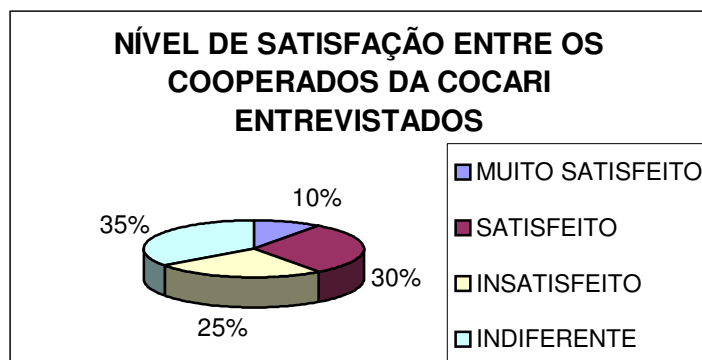


GRÁFICO 18

FONTE: Resultados das entrevistas com cooperados da COCARI.

Para 25% dos associados entrevistados, a sua qualidade de vida melhorou após associarem-se à cooperativa e somente 5% afirmam haver piorado suas condições de vida. No entanto, a grande maioria, 70% considera que a qualidade de vida permaneceu a mesma de antes de se tornarem cooperados. É um dado que contradiz o próprio fato dos mesmos terem adquirido terras após a associação à cooperativa. O que foi admitido por 70% dos cooperados entrevistados (questão 2 do questionário – Anexo 4).

A última questão do questionário aplicado a cooperados da COCARI - “*Na sua opinião, a cooperativa é dispensável? Por que?*” – teve resultados interessantes. Mesmo considerando os insatisfeitos com a sua condição de cooperado, a grande maioria, ou seja, 55%, não consideram a cooperativa dispensável. Por outro lado, 35% a consideram dispensável, e 10% não souberam responder. (Gráfico 19).



GRÁFICO 19

FONTE: Resultados das entrevistas com os cooperados da COCARI.

As razões para as respostas (o “por que”), tiveram respostas abertas. Mas, visando uma maior eficiência na análise das informações e dados coletados, as respostas foram padronizadas por aproximação ou semelhança entre as mesmas. Como se pode observar nos gráficos as respostas foram agrupadas. Conseguiu-se agrupar quatro razões para as respostas “não” e três para as respostas “sim”. (Gráficos 20 e 21).

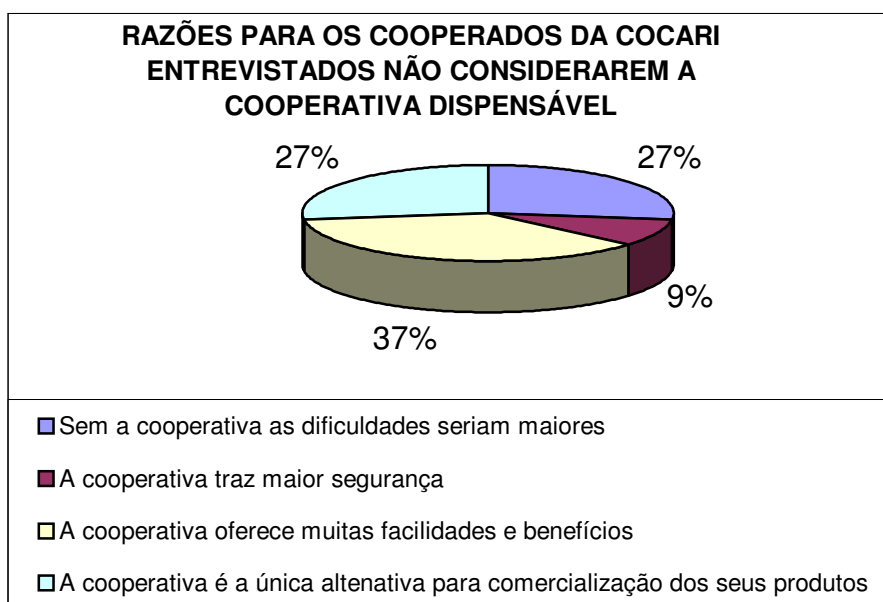


GRÁFICO 20

FONTE: Resultados das entrevistas com cooperados da COCARI.

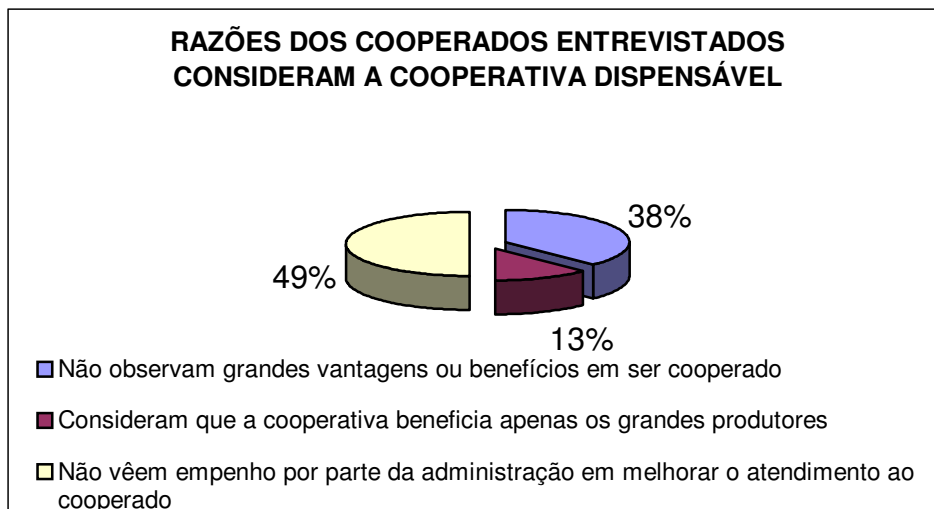


GRÁFICO 21

FONTE: Resultados das entrevistas com os cooperados da COCARI.

Para compreensão da insatisfação de boa parte dos cooperados entrevistados, deve-se focalizar a situação do setor agropecuário como um todo. Nos anos 80 o rendimento da atividade agrícola tem se demonstrado em processo de queda. Ainda que a produção tenha mantido um desempenho razoável, os responsáveis por ela, que são os produtores e trabalhadores não viveram uma década promissora (ROLIM, 1995, p.63).

Outra consideração é que, entre 1979 e 1992, o volume de recursos alocados no crédito rural, caiu drasticamente conforme observam FONSECA e GONÇALVES (1995, p.31). A agricultura da década de 1980 foi caracterizada pela instabilidade; se em alguns anos algumas culturas obtiveram resultados expressivos, outras tiveram *crescimento* negativo. Como lembra BAGGIO (1990, p.4), as condições desse período eram muito desfavoráveis para o setor agrícola, com uma seqüência de quedas no crédito agrícola:

Além das adversidades climáticas, outros fatores colaboraram para instabilidade do setor agropecuário nos anos 80. As políticas econômicas, adotadas pelo governo federal, com o objetivo de controlar o déficit público, combater a inflação e obter saldos positivos na balança comercial, tiveram efeitos negativos sobre a agricultura. A redução nos gastos públicos a prejudicou pela diminuição dos recursos; as quedas em termos reais do crédito agrícola no período 1980-84 de -7% para -9%, -3%, -24% a -37% são bastante ilustrativas a este respeito.

Um outro fator preponderante para o descontentamento de parte dos produtores entrevistados com a cooperativa, pode ser encontrado nas dificuldades que as próprias cooperativas atravessaram. Nos anos de crise da década de 80, estimuladas pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas como a COCARI, investiram em projetos agroindustriais de viabilidade duvidosa, conforme LEÃO (1989, p.72-73). O principal problema estava na elevação do capital de giro necessário para a operação de uma cooperativa em processo de industrialização, que entrou em choque com a redução dos subsídios oficiais e descapitalização dos produtores. Assim, as cooperativas foram pressionadas para distribuição das sobras num momento em que estas eram de extrema necessidade para a capitalização destas empresas. Conseqüentemente o endividamento cresce rapidamente.

O cooperado, passando por dificuldades, ao ver os altos gastos da cooperativa em agroindústrias, logo pensa que esta teria condições de repassar sua justa participação nos resultados. Mas isso não ocorre, frustrando os associados mais esperançosos. A agroindústria, que aparentemente significava o fortalecimento e crescimento da cooperativa, exigiu uma quantidade de capital gigantesca para manter toda sua infraestrutura. E num período crítico para a agricultura, com a retirada de subsídios públicos, o resultado foi que a cooperativa pagou um preço muito alto pela agroindustrialização, ou seja, ficou presa a endividamentos conseqüentes dos financiamentos, não conseguindo mais distribuir sobras aos cooperados.

O problema não pode ser resolvido facilmente, pois mesmo quando a cooperativa consegue ótimos resultados operacionais, o superávit vai obrigatoriamente para pagamento das

dívidas, que também são refinanciadas, ou aplicado e reinvestido nas agroindústrias ou na estrutura e instalações da empresa.

Mas se o senso comum é demonstrado na reação de alguns cooperados de indiferença, desconfiança ou mesmo indignação com a administração da cooperativa (Anexo 6 – foto3), que não enxergam o âmago da questão, também não deixa de ser realista quando expressa um sentimento de revolta pelos rumos tomados pela cooperativa. O fim de benefícios, serviços (exceto de lazer através da associação atlética, foto 11) e assistência social aos associados, por mais necessário e emergente que seja acaba por aumentar a insatisfação, pois a cooperativa já não é a mesma. Para os cooperados de vinte anos atrás, quando a cooperativa desempenhava um papel protetor e até certo ponto paternalista, assim como o Estado, a entidade ao deixar de prestar serviços básicos como assistência médica, se torna ausente ou distante do cooperado.

Aos olhos do cooperado a cooperativa muitas vezes não passa de uma empresa como outra qualquer, se ela se expande ou está em crise pouco importa, pois muitos já não se sentem responsáveis por ela. Resta aos produtores esperar que como “clientes” ou “donos” da cooperativa possam se manter com a atividade rural. A cooperativa não é dispensável para muitos não apenas pelo que representaram, mas pelo que ainda significam, uma alternativa presente.

A imagem da cooperativa também é um fator de preocupação para os seus integrantes. Diferentemente de outros tipos de empresas, as cooperativas estão muito mais expostas às críticas. Como lembra SETTI²⁰ (1986, p.46-47): “Se compararmos as cooperativas com outras empresas comerciais, industriais e de serviços, logo notaremos que temos uma desvantagem. A cooperativa é uma entidade aberta à participação de todos, de vida política e administrativa transparente, onde todos os milhares de associados são proprietários e cujos interesses nunca serão homogêneos. É impossível contentar a todos”.

²⁰ De acordo com o mesmo autor (SETTI, 1986, P.47) uma outra desvantagem das empresas cooperativas está no fato destas possuírem uma doutrina que de certa forma contraria o capitalismo, pois socializa o lucro.

A solução para os empecilhos colocados diante das cooperativas, que na verdade constituem verdadeiros desafios ao movimento cooperativista, está, além do aprofundamento da vertente econômica do dualismo cooperativista, no reforço do seu componente social (RODRIGUES, 1999,p.3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas agropecuárias paranaenses representam um importante elemento de transformação sócio-econômica no espaço regional. Atuando no Complexo Agroindustrial através do recebimento e comercialização da produção agropecuária, de indústrias a montante e a jusante da atividade agrícola, o conjunto das cooperativas participa de maneira significativa da configuração espacial das regiões seja estimulando a diversificação na produção rural, seja promovendo os processos de modernização e industrialização da agricultura. E a ação regionalizada das cooperativas, que se encontram localizadas dispersas em todo o Estado, permite uma cobertura da maior parte dos produtores rurais paranaenses. Os entrepostos também funcionam como pontos estratégicos da estrutura de atendimento aos cooperados e recebimento dos produtos.

E a economia paranaense, que tem boa parte de sua força nas atividades agropecuárias e agroindustriais, encontra no setor cooperativista um dos seus atores de maior representatividade e dinâmica. Sobretudo o setor agroalimentar que é caracterizado por vultuosos empreendimentos cooperativistas.

A ação das cooperativas no conjunto da economia delimitado pelo Complexo Agroindustrial se traduz numa ação genérica sobre o território, ou seja, as cooperativas podem ser vistas como agentes de produção e organização do espaço²¹. A dimensão sócio-econômica das cooperativas funciona, então, como sua principal qualificação para as mesmas constituírem também fatores de transformação espacial das regiões.

²¹ Com relação ao espaço agrário a participação das cooperativas agropecuárias é notável. Como foi visto, as transformações provocadas pela modernização e diversificação da produção agrícola, são exemplos claros dessa ação cooperativista na organização do espaço rural. Do ponto de vista da integração entre setores industriais com as atividades agropecuárias, a organização espacial se expande para a dinâmica econômica urbana que interage com o meio rural pelo vínculo do Complexo Agroindustrial, assim, entendido como unidade de análise (MÜLLER, 1989 a, p.31).

Dentro desse conjunto de cooperativas a Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari – COCARI – pode ser vista como um caso exemplar da ação cooperativista no Contexto do Complexo Agroindustrial. As atividades agroindustriais dessa cooperativa estão articuladas por relações intersetoriais de compra e venda com setores à montante e à jusante da agricultura, além de outros setores da economia. Por outro lado na comercialização dos produtos agrícolas, as relações também se estabelecem com grandes empresas do setor agroindustrial, incluindo aí outras cooperativas.

O raio de ação da COCARI pode então ser focalizado de modo flexível e dinâmico, atingindo as distâncias onde estão localizados os compradores da produção, chegando a outros estados ou mesmo países (pela exportação).

As agroindústrias da COCARI assumem particularidades do ponto de vista das relações intersetoriais no CAI. O caso da destilaria de álcool é no mínimo curioso, pois esta consegue produzir parte dos insumos que consome com o aproveitamento dos resíduos da produção. Já no caso da fiação de algodão, esta se vê obrigada a compra praticamente toda a matéria-prima de produtores não-cooperados, principalmente localizados em outros estados (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso); sendo justamente essa a razão da cooperativa instalar uma unidade de beneficiamento e prestação de serviços no Mato Grosso que, sobretudo, serve para o firmamento de contratos e acordos para o abastecimento da fiação de algodão. Por fim a fábrica de rações, que utiliza parte do recebimento do milho e soja como uma das matérias-primas, participa à montante da agropecuária através de uma gama de produtos.

A COCARI alcançou essa agroindustrialização na década de 80 através de financiamentos públicos, principalmente, obtidos junto a bancos de desenvolvimento a juros de mercado. Fato esse que concorreu para o seu endividamento. Assim, esse fato, que significou por um lado o crescimento e fortalecimento da cooperativa, por outro acabou sendo um dos principais motivadores para crise na mesma. Pois, pressionada pelos endividamentos causados pelos próprios financiamentos dos investimentos agroindustriais, a COCARI viu-se obrigada a reestruturar-se desfazendo de vários benefícios e serviços sociais antes concedidos a seus

associados. Além do que foi dito, também a distribuição das eventuais sobras operacionais, deixaram de ocorrer. Essa situação levou ao descontentamento de boa parte dos associados, o que foi constatado nas entrevistas realizadas com alguns cooperados. Pois estes viam no endividamento da cooperativa, um fator de risco para eles, na qualidade de associados.

Com relação aos empregos gerados pela COCARI, houve um crescimento vertiginoso na década de 80 com o início das atividades agroindustriais, mas que se reduziu e estabilizou-se nos anos de 1990, num período crítico para a cooperativa que fechou alguns entrepostos incluindo os localizados em Goiás. Os problemas enfrentados pelas cooperativas como a COCARI, que são estruturais e conjunturais na sua gênese, acabam impondo uma nova postura da empresa cooperativa.

As dificuldades dos últimos tempos obrigam as cooperativas a tomarem a decisão de se reestruturarem. Com essa finalidade o governo federal implantou o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias – RECOOP, em 1998. A COCARI, selecionada para o programa, passou a adotar uma estratégia orientada pelos objetivos do mesmo. Os esforços das cooperativas se remetem assim à questão da sua sustentação econômica.

No entanto, um trunfo das cooperativas agropecuárias, e por certo com a participação da COCARI, é ter conseguido conquistar uma grande fatia do mercado de comercialização de produtos e dos produtores, assumindo a condição atual de importância indiscutível para o setor agrícola, agroindustrial e para o conjunto da economia nacional e estadual.

É mérito das cooperativas o fato delas significarem um fator de equilíbrio dentro do Complexo Agroindustrial. Num mercado caracterizado pelo domínio de empresas monopólicas, a presença das cooperativas fortalece a posição dos produtores que conseguem preços melhores, e mais estáveis. A potencialidade de uma cooperativa funcionar como veículo de transformação social é óbvia. Resta então saber que rumos tomarão essas empresas, que será de acordo com a postura tomada pelos dirigentes que deverá, ou não, levar em conta a participação dos associados.

Não obstante a crise econômica por qual passa o setor agropecuário nacional, nele incluído as cooperativas agropecuárias, estas não deixaram de concorrer, significativamente, com outros agentes, na construção das formas da organização do espaço regional, nos seus múltiplos aspectos sócio-espaciais, como foi visto no caso da COCARI, aqui apresentado.

ANEXO 1 – RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO SOLICITADAS À COCARI

- Ata de fundação;
- Estatuto Social;
- Histórico da cooperativa;
- Relação das associados;
- Número de associados por entreposto;
- Dados sobre recebimento dos produtos por entreposto;
- Dados e informações sobre as agroindústrias: destilaria de álcool, fiação de algodão e fábrica de rações;
- Dados e informações sobre a assistência técnica;
- Localização espacial dos fornecedores de insumos em geral;
- Localização dos principais compradores da produção e dos produtos agrícolas;
- Relação dos fornecedores e compradores da produção industrializada e dos produtos agrícolas;
- Números de empregados por entreposto;
- Relação dos insumos revendidos nos entrepostos;
- Normas de comercialização dos produtos*;
- Balanço anual 1998*;
- Situação financeira da cooperativa*;

*Dado ou informação não fornecida.

Aos sete (07) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e dois, às vinte e uma horas e trinta minutos, em sede provisória do Clube Recreativo de Mandaguari, sito a Rua Manuel Antunes Pereira, 621 nesta cidade de Mandaguari, sede do Município e Comarca de igual nome, Estado do Paraná, reuniram-se de livre e espontânea vontade, em Assembléia, com o fito especial de constituir uma Sociedade Cooperativa, de responsabilidade limitada, nos termos do Decreto-lei nº 22.239 de 19/12/932, e do Decreto-lei nº 581, de 01/08/938, revigorados pelo Decreto-lei nº 8401, de 19/12/945, as seguintes pessoas: Plínio da Cunha Soares, Edmundo de Freitas, José Pereira, Antonio Rodrigues Gomes, Emílio Edmundo Eidam, Olímpio Angelo Valério, Rodolpho Pereira de Almeida, Pedro Menolli, José Cupertino Falleiros, Orlando Rodrigues Gomes, José Paulino Silva, Dorival Marcondes César, Pedro Juliani; Elias Jorge, João Dimitruk, Minoru Maruo, Mario Galdeano, Paulo de Lucca, Anibal Moysés Simão, Oripes Rodrigues Gomes, Gabriel Neves Caleffi, José Luiz da Silva e Miguel Peres, todos residentes neste Município, cafeicultores neste e noutros Municípios deste Estado. – Foi aclamado para presidir a Assembléia, o Sr. Gabriel Neves Caleffi, também cafeicultor neste Município que, aceitando a incumbência, convidou a mim, José Luiz da Silva, para secretariá-lo e lavrar a respectiva ata, ficando assim, constituída a Mesa. – A seguir, o Sr. Presidente declarou que a finalidade da Assembléia era constituir uma Sociedade Cooperativa, nos termos das leis em vigor para o que determinou fosse procedida a leitura, artigo por artigo, e dos Estatutos Sociais anteriormente redigidos, segundo a orientação dos setores especializados do Serviço de Economia Rural e do Instituto Brasileiro do Café, o que foi feito. – Terminada a leitura, foram os mesmos, submetidos a votação e aprovados por unanimidade, declarando o Sr. Presidente, que deste momento em diante, passa a Cooperativa a reger-se pelos Estatutos aprovados. – Posto isso, foi preenchida a Lista Nominativa dos associados, com a assinatura de cada um deles, verificando-se que o capital mínimo da Cooperativa é de Cr\$3.210.000,00 (três milhões, duzentos e dez mil cruzeiros) dividido em 32.100 (trinta e duas mil e cem) cotas-partes, pelo que foram preenchidos os Estatutos Sociais. – O Sr. Presidente, para que ficasse expressa a vontade de cada um de fazer parte da Cooperativa solicitou fossem os referidos Estatutos assinados por todos aqueles cujos nomes constam do corpo da presente ata, o que foi feito. – Em prosseguimento, o Sr. Presidente determinou fosse procedida a eleição para os cargos sociais, verificando-se o seguinte resultado: para a Diretoria Executiva: como Diretor-Presidente, Dr. Oripes Rodrigues Gomes; para Diretor-Gerente, Gabriel Neves Caleffi; para Diretor-Secretário José Luiz da Silva; e, para Conselheiros de Administração, os senhores Anibal Moysés Simão, Dorival Marcondes César, Emilio Edmundo Eidam e José Cupertino Falleiros, e, finalmente para membros efetivos do Conselho Fiscal, os Srs. Pedro Juliani, Plínio da Cunha Soares, Paulo de Lucca e para seus suplentes os Srs. Pedro Menolli, Paulino Pereira da Silva, Rodolpho Pereira de Almeida, todos eleitos por aclamação, to-

dos brasileiros, maiores, capazes, agricultores, residentes neste Município. – Devidamente consultados, os eleitos foram no ato, empossados em seus cargos passando a fazer parte da mesa. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Dr. Oriopes Rodrigues Gomes, Diretor Presidente, eleito, que tendo agradecido a colaboração do seu antecessor na presidência da Assembléia, declarou definitivamente constituída e organizada, desta data para o futuro, a “Cooperativa dos Cefeicultores de Mandaguari Limitada”, sociedade de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, Município do mesmo nome, Estado do Paraná, com o capital mínimo de Cr\$ 3.210.000,00 (três milhões e duzentos e dez mil cruzeiros) representado por 32.100 (trinta e duas mil e cem) cotas-partes com o objetivo econômico de beneficiar, rebeneficiar, padronizar, vender e exportar a produção de seus associados e promover a defesa de seus interesses econômicos e profissionais e do seu bem-estar social, e que tem como associados aqueles cujos nomes estão consignados no corpo desta ata e que a assinam, bem como a Lista Nominativa e os Estatutos Sociais aprovados. – Fica incluindo na presente Ata de constituição o nome do Sr. Miguel Peres que por um lapso não foi consignado entre os presentes, ficando, outrossim retificado o nome de José Paulino Pinto para Paulino Pereira da Silva ficando excluídos os nomes dos Srs. Edmundo de Freitas e Minoru Maruo, por não serem cafeicultores e Mário Galdeano por ter-se retirado durante a reunião. – Compareceram ainda, os senhores Noel Mourão Brantes, representante da Cooperativa de Cafeicultores de Apucarana, e ainda o Sr. Itáfs Martins, Gerente do Banco do Brasil S/A desta cidade. – Como nada havia a tratar o Sr. Presidente eleito encerrou a Assembléia, da qual, eu, José Lufz da Silva, servindo de secretário, lavrei a presente Ata, que lida e considerada conforme vai por mim assinada e por todos aqueles cujos nomes nela constam. – Em Mandaguari aos sete (07) de fevereiro de 1962.

ANEXO 3 – REPRODUÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COCARI

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CAFEICULTORES DE MANDAGUARI LTDA.

**De acordo com a reforma estatutária aprovada em Assembléia Geral
Extraordinária, realizada no dia 29 de Setembro de 1995**

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, DURAÇÃO E ANO SOCIAL

Art. 1º - A Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda, com a sigla **COCARI**, fundada em 07 de fevereiro de 1962, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais vigentes, tendo:

- a) Sede Administrativa e foro jurídico no Município e Comarca de Mandaguari, Estado do Paraná;
- b) Área de ação, para efeito de admissão de Associados, abrange todo o Estado do Paraná; Cristalina, Catalão, Luiziânia, Pires do Rio, Ourizona, Urutaí, Campo Alegre de Goiás, no Estado de Goiás e Paracatu, Unaí e Guarda Mor no estado de Minas Gerais, assim como os municípios que destes vierem a se desmembrar;
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social encerrar-se-á em 31 de Outubro.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º - A Sociedade, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus Associados, objetiva promover:

I – O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais econômicas de natureza comum;

II – A venda em comum da produção agropecuária de seus Associados, nos mercados locais, nacionais e internacionais.

§ 1º - Para a consecução de seus objetivos, a cooperativa deve:

- a) Transportar, sempre que possível, do local da produção para suas dependências, os produtos agropecuários de seus Associados;
- b) Receber, beneficiar, padronizar, armazenar, industrializar e comercializar os produtos e registrar as marcas quando for o caso, bem como realizar expurgo de produtos agrícolas armazenados de associados ou de terceiros;

- c) Adquirir, para fornecimento ao Quadro Social, na medida em que o interesse sócio-econômico aconselhar, bens de produção agropecuária, tais como: mudas e sementes, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, máquinas, peças, implementos, lubrificantes, combustíveis, produtos veterinários, rações, assim como qualquer outro bem de produção e de interesses da sociedade. Poderá ainda, em determinadas circunstâncias, adquirir gêneros alimentícios de uso doméstico e pessoal;
- d) Instalar, onde for necessário e conveniente, armazéns e depósitos para facilitar a distribuição aos associados dos bens acima mencionados, assim como por deliberação da Diretoria, abrir filiais, sucursais ou escritórios, no país ou no exterior;
- e) Promover a produção de bens destinados ao abastecimento de seus Associados,, através de processos de transformação, beneficiamento, industrialização e/ou embalagens;
- f) Fazer adiantamento em dinheiro, sempre que possível, sobre o valor dos produtos recebidos dos Associados ou que estejam em fase de produção;
- g) Obter recursos para financiar o custeio das lavouras e investimentos para a Cooperativa e Associados, ou que estejam em fase de produção;
- h) Prestar serviços de Assistência Técnica ao Associado, mediante credenciamento nos órgãos competentes e convênio com instituições financeiras para a elaboração de planos, projetos técnicos e integrados, orientação técnica e fiscalização, inclusive atuação no crédito educativo;
- i) Prestar serviços de assistência e orientação, independentemente de vinculação com o Crédito Rural, para o Associado agricultor ou pecuarista, bem como realizar pesquisa e treinamento que visem o aprimoramento tecnológico da atividade agropecuária;
- j) Produzir e comercializar sementes fiscalizadas certificadas e mudas selecionadas;
- k) Registrar-se como armazém geral, expedindo Conhecimento de Depósito e "Warrants" para os produtos de seus Associados, conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo de emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se no que coubera legislação específica conforme disposto no artigo 82 da Lei 5.764, de dezembro de 1971;
- l) Efetuar, de acordo com suas possibilidades, vendas a prazo, dos artigos de aplicação na lavoura e pecuária;

- m) Elaborar escrituração especial, para apuração dos resultados, em cada área de negócio;
- n) Explorar os terrenos próprios, de Associados ou de terceiros, com a finalidade de industrialização e comercialização da produção obtida, remunerando os Associados e terceiros, quando for o caso.

§ 2º - Dar condições de progresso às áreas cultivadas pelos seus Associados, instalando ou melhorando serviços de saneamento, higiene, assistência médica, dentária, hospitalar, social e educacional.

§ 3º - Os funcionários da Cooperativa poderão adquirir os artigos de utilidade, produtos de uso especial e doméstico, gêneros alimentícios, e outros quando for o caso, na seção de vendas em comum e usufruir dos serviços de assistência técnica pessoal previstos no parágrafo anterior.

§ 4º - Havendo conveniência, para melhor atingir seus objetivos, a Cooperativa poderá filiar-se à outras de 2º grau.

§ 5º - Poderá a Cooperativa promover, mediante convênio ou contrato com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico-profissional de seus Dirigentes, Associados e de seus próprios funcionários e participar da expansão do cooperativismo, do fomento da agropecuária e da racionalização dos meios de produção.

§ 6º - A Cooperativa efetuará suas operações, sem qualquer finalidade lucrativa própria.

Art. 3º - A Cooperativa pode operar com terceiros, de acordo com o disposto dos artigos 85º e 86º da Lei nº 5.764/71.

Art. 4º - A Cooperativa poderá participar, se assim achar conveniente a Diretoria, e por ela deliberado, em Cooperativas de Crédito e em sociedades mercantis ou civis.

**CAPÍTULO III
DOS ASSOCIADOS
SEÇÃO I
SUA ADMISSÃO, SEUS DIREITOS E RESPONSABILIDADES**

Art. 5º - Poderá associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade agropecuária ou extrativa, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da entidade, tendo livre disposição de sua pessoa e bens, que concorde com as disposições deste Estatuto Social e que não pratique atividades que possam prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da cooperativa.

§ 1º - O número de Associados é limitado quanto ao máximo, não podendo, em hipótese alguma, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

§ 2º - Poderão ainda associar-se à Cooperativa as pessoas jurídicas que, satisfeitas com as condições descritas neste artigo, se enquadrarem nos objetivos da Entidade, o mesmo podendo ocorrer com Cooperativas Singulares.

§ 3º - Nos casos de associados previstos no parágrafo anterior, para efeito de votação, terão direito a um voto cada um, que será exercido pelo representante da Pessoa Jurídica, não Associado à Cooperativa.

§ 4º - Só poderão ser admitidas como Associados as pessoas jurídicas enquadradas no que dispõe a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, em seu artigo 29, parágrafo 2º.

Art. 6º - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta de admissão fornecida pela cooperativa, assinando-a com outro Associado proponente, apresentando no ato da inscrição a matrícula ou escritura do imóvel, CPF, documento de identidade pessoal, registro no ITR e, se for o caso, contrato de parceria ou arrendamento.

§ 1º - O agricultor qualificado como arrendatário ou parceiro, deverá apresentar contrato de arrendamento ou parceria, devidamente registrado com vigência mínima de 2 (dois) anos da data de admissão, ou 4 (quatro) períodos agrícolas.

§ 2º - Aprovada pela Diretoria a sua proposta, o candidato fornece todos os dados para o preenchimento de sua Ficha Cadastral, subscreve as quotas-partes do Capital nos termos e condições previstas neste Estatuto e, juntamente com o Diretor Presidente da Cooperativa, assina o Livro de Matrícula.

§ 3º - A subscrição das quotas-partes do capital pelo Associado e sua assinatura no livro matrícula ou ficha, complementam a sua admissão na Entidade, sendo-lhe, então, fornecida a Carteira de Identidade Social.

Art. 7º – Cumprindo o disposto no artigo anterior, o Associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e as obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto Social e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 8º - O Associado tem o dever e a obrigação de:

- a) Entregar total a sua produção à Cooperativa e realizar com ela as demais operações que constituem seus objetivos econômico-sociais;
- b) Subscrever e integralizar as quotas-partes do Capital nos termos deste Estatuto Social e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;

- c) Cumprir disposições da Lei, do Estatuto Social, resoluções regularmente tomadas pela Diretoria e deliberações da Assembléia Geral;
- d) Participar ativamente da vida societária e empresarial da Cooperativa e satisfazer pontualmente seus compromissos com a mesma;
- e) Concorrer, com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto, para cobertura das despesas da Entidade;
- f) Prestar à Cooperativa esclarecimentos sobre atividades que, a critério desta, possam incompatibilizá-lo com a Cooperativa;
- g) Pagar sua parte nas perdas eventualmente apuradas em Balanço, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las.

Parágrafo único – A entrega da produção do Associado à Cooperativa, na forma da letra “a” deste artigo, significa a outorga a esta de plenos poderes para sua livre disposição, inclusive gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela Sociedade.

Artigo 9º - O Associado tem direito a:

- a) Tomar parte nas Assembléias, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, desde que não seja em denúncia ou demanda judicial na qual figure a Cooperativa em Polo processual diverso;
- b) Propor à Diretoria ou à Assembléia Geral medidas de interesse da Cooperativa;
- c) Votar para eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal;
- d) Ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Consultivo, desde que preenchidas as seguintes condições:
 - esteja em dia com a entrega de sua produção à Cooperativa;
 - seja Associado fiel nas operações de compra e venda em comum;
 - tenha capacidade, habilidade idoneidade administrativa e financeira;
 - não tenha relação empregatícia com a Cooperativa;
 - não seja parte em demanda judicial na qual figure a Cooperativa em Pólo processual diverso.
- e) Demitir-se da Cooperativa quando for de sua conveniência, uma vez saldados seus compromissos com as mesma;
- f) Realizar com a Cooperativa as operações que constituam o seu objetivo obedecendo as normas operacionais aprovadas pela Diretoria;

- g) Solicitar , por escrito, informações sobre a atividade da Cooperativa junto ao Conselho Fiscal.

Art. 10º - O Associado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito.

Parágrafo único – A responsabilidade do Associado pelos compromissos da Entidade perante terceiros, perdura para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento e só poderá ser invocado depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 11º - As obrigações dos Associados falecidos, contraídas com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como Associado perante terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Parágrafo único – Os herdeiros do Associado falecido têm direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurando-se-lhes o direito de ingressar na cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

Art. 12º - O Associado demissionário, eliminado ou excluído, tem direito à restituição do capital que integralizou e das sobras e juros que lhe tiveram sido creditados, além de outros créditos em conta corrente, inclusive a correção monetária capitalizada na Conta Capital, deduzidos os débitos existentes.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo, somente pode ser exigida depois da aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que o Associado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º - Ocorrendo, simultaneamente, muitas demissões, eliminações ou exclusões de Associados, de modo a acarretar dificuldades financeiras à Cooperativa, pela retirada de Capital Social, a Diretoria, em reunião específica poderá determinar que a restituição do capital do Associado demissionário, eliminado ou excluído, seja processada de maneira como foi prevista sua realização ou integralização, como também estabelecer normas para restituição parcelada, desde que o prazo dessa restituição não ultrapasse de 05 (cinco) anos, contados da data da aprovação das contas pela Assembléia Geral.

§ 3º - Aos herdeiros do Associado falecido, a critério da Diretoria, poderá ser restituído de uma só vez ou de forma parcelada a curto prazo, o saldo da Conta Capital e os demais a que tem direito.

Art. 13º - Os avais dados pelos administradores nos contratos ou empréstimos da Cooperativa, desde que tais operações tenham sido aprovadas pela Diretoria e referendadas pela Assembléia Geral, serão de responsabilidade dos Associados, cabendo aos avalistas, neste caso, o direito de regresso.

SEÇÃO II DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 14º - A demissão do Associado, que não pode ser negada e dar-se-á unicamente a seu pedido, é requerida ao Diretor Presidente, sendo, por este levada à Diretoria em sua primeira reunião, averbada no livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo assinado pelo Diretor Presidente e imediatamente comunicada, por escrito, ao requerente.

Parágrafo único – O Associado demitido somente poderá reingressar no Quadro Social, ressalvados os impedimentos legais e estatutários, desde que realize, em pagamento único, todo o capital que recebeu da Cooperativa ao deixar de ser Associado.

Art. 15º - A eliminação do Associado, que é aplicada em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, é feita por decisão da Diretoria, devendo constar do termo lavrado no Livro ou Ficha de Matrícula, assinado pelo Diretor Presidente da Cooperativa, com os motivos que a determinaram.

§ 1º - Além de outros motivos, a Diretoria poderá eliminar o Associado que:

- a) Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com seus objetivos;
- b) Levar a Cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- c) Seja parte em denúncia ou demanda judicial na qual figure a Cooperativa em pólo processual diverso;
- d) Não entregar sua produção à Cooperativa, desviando-a ao mercado intermediário e deixar de realizar com ela as demais operações que constituem seus objetivos econômico-sociais;
- e) Praticar atos que desabonem o conceito da Cooperativa.

§ 2º - A comunicação, por escrito, da eliminação, será remetida dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao interessado, por processo que comprove data da remessa e do recebimento;

§ 3º - O Associado eliminado pode, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação, interpor recurso, com efeito suspensivo, até a primeira Assembléia Geral.

§ 4º - A juízo da Diretoria, não serão eliminados os Associados antigos, que tenham deixado a atividade rural ou tenham se aposentado.

Art. 16º - A exclusão do Associado é feita:

- I – Por dissolução da pessoa jurídica;
- II – Por morte da pessoa física;
- III – Por incapacidade civil não suprimida;
- IV – Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Parágrafo único – A exclusão do Associado, com fundamento nas disposições do inciso IV deste artigo, é feita por decisão da Diretoria, aplicando-se, no caso, o disposto no artigo 15º, em seus parágrafos 2º, 3º e 4º.

Art. 17º - Os deveres do Associado perduram, para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

CAPÍTULO IV DO CAPITAL SOCIAL

Art. 18º - O Capital Social da Cooperativa é ilimitado quanto ao máximo variável de conformidade com o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

Parágrafo único – Mais da metade do Capital Social pertencerá, sempre, a brasileiros.

Art. 19º - O Capital Social é dividido em quotas-partes, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma.

§ 1º - O Capital Social integralizado será, anualmente, corrigido com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal para serem aplicados às demonstrações contábeis, sendo o valor resultante contabilizado na Conta Capital dos Associados, nos termos da Resolução CNC 27/84.

§ 2º - Após a aprovação das contas pela Assembléia Geral Ordinária a referida reserva será levada à conta de capital de cada Associado.

Art. 20º - As quotas-partes de capital não são títulos negociáveis em Bolsa, nem transmissíveis por ato “intervivos” a terceiros estranhos à Cooperativa, podendo seu valor ser transferido somente a outros Associados, obtida a aprovação da Diretoria.

Parágrafo único – A transferência das quotas-partes será averbada no Livro de Matrículas, assinando-a o cedente e o cessionário, juntamente com o Diretor Presidente da Cooperativa.

Art.21º - Ao ser admitido, cada Associado deve subscrever capital mínimo, fixado pela Diretoria a cada início de Exercício Social.

§ 1º - Na fixação do capital mínimo a que se refere este artigo, a Diretoria observará o critério de valor por hectare agricultável.

§ 2º - A subscrição de que trata este artigo é baseada, inicialmente, na declaração cadastral do Associado e revisada, periodicamente, por determinação da Diretoria.

§ 3º - O Associado não pode subscrever menos de 25 (vinte e cinco) quotas-partes e nem mais de 1/3 (um terço) do Capital Social da Cooperativa.

§ 4º - O Associado deve integralizar as quotas-partes à vista ou em até 12 (doze) meses, mediante a emissão de Notas Promissórias em favor da Cooperativa.

§ 5º - Para efeito de integralização das quotas-partes ou de aumento do Capital Social, pode a Cooperativa receber bens avaliados, previamente, após a homologação em Assembléia Geral.

Art. 22º - A importância das quotas-partes de capital do Associado não pode ser dada em penhor a terceiros, nem a Cooperados, mas seu valor, depois de realizado, pode servir de base a um crédito na Cooperativa e responder, sempre com segunda garantia, pelas obrigações contraídas pelo Associado para com a Sociedade.

Art. 23º - A Cooperativa distribui juros de até 12% (doze por cento) ao ano, que são contados sobre a parte integralizada do Capital, quando houver sobras.

Art. 24º - Para efeito de aumento permanente de capital, poderá ser retido até 3% (três por cento) do valor bruto da produção dos Associados, comercializada pela Cooperativa nas operações de venda em comum e nas demais formas que vierem a ser praticadas.

Art. 25º - Para efeito de obtenção de capital de giro, é facultativo à Assembléia Geral determinar a retenção, parcial ou total, das sobras líquidas apuradas, isto é, depois de descontados os percentuais para os fundos estatutários no exercício de cada ano, em sistema rotativo.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 26º - A Cooperativa tem os seguintes órgãos sociais:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria;
- III – Conselho Consultivo;
- IV – Conselho Fiscal;

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 27º - A Assembléia Geral dos Associados, tanto Ordinária como Extraordinária, é o órgão soberano da Cooperativa e tem poderes para resolver todos os negócios sociais, tomar qualquer decisão, aprovar, ratificar ou não os atos que interessem aos Associados e à própria Cooperativa, desde que permitidos pela legislação em vigor e pelo presente Estatuto.

Art. 28º - Até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, reunir-se-á obrigatoriamente, a Assembléia Geral Ordinária destinada, afora as atribuições gerais, a apreciar as seguintes matérias:

- a) Deliberar sobre a aprovação ou não das contas, relatório da Administração e Parecer do Conselho Fiscal;
- b) Eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) Designar uma comissão de 10 (dez) Associados, para que proceda estudo junto a outras empresas cooperativistas de seguimento similar, avaliando o mercado de trabalho e estabeleça os honorários e verba de representação para os Diretores Executivos, bem como o valor das Cédulas de presença para os demais diretores, para os membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho Consultivo pelo comparecimento às respectivas reuniões dos órgãos.

Art. 29º - As Assembléias Gerais dos Associados, quer Ordinárias como Extraordinárias, serão convocadas, normalmente, pelo Diretor Presidente da Cooperativa, após deliberação da Diretoria.

§ 1º - Poderão, também, ser convocados, na mesma forma deste Estatuto, pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, por 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida pela Diretoria.

§ 2º - As convocações para as Assembléias Gerais, tanto Ordinárias como Extraordinárias, serão feitas por “Edital de Convocação”, com uma antecedência de no mínimo 10 (dez) dias, dirigido aos Associados e afixado na sede da Cooperativa e em todas as suas Unidades, em locais visíveis das dependências comumente mais freqüentadas pelos Associados, publicado em jornal de circulação local e/ou comunicado aos Associados por meio de Circular e outros meios de divulgação.

§ 3º - Da ordem do Dia das convocações para a Assembléia Geral Ordinária deverá constar, especificamente:

- a) Prestação de contas da Administração, compreendendo:
Relatório da Gestão, as Demonstrações Contábeis, Parecer do Conselho Fiscal e Auditoria Externa.
- b) Destinação das sobras ou repartição dos prejuízos;
- c) Eleição dos componentes da Diretoria e do Conselho Consultivo, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, nos limites da percentagem prevista em Lei e neste Estatuto;
- d) Designação de uma comissão de 10 (dez) Associados, para que proceda estudo junto a outras empresas cooperativistas de seguimento similar, avaliando o mercado de trabalho e estabeleça os honorários e verbas de representação para os Diretores Executivos, bem como o valor das Cédulas de Presença para os demais Diretores, para os membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho Consultivo pelo comparecimento às respectivas reuniões dos órgãos.
- e) Quaisquer assuntos de interesse social, exceto os que tratam o artigo 30º.

§ 4º - Os Editais de Convocação das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, deverão obrigatoriamente conter:

- a) Denominação completa da Cooperativa, número de Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF), seguida da expressão “Convocação de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária”, conforme o caso;
- b) Seqüência ordinal das convocações;
- c) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização;
- d) A Ordem do Dia dos trabalhos;
- e) O número existente de Associados, na data da convocação, bem como o necessário à fixação de “quorum” para sua instalação;

f) Assinatura do responsável ou responsáveis pela convocação.

§ 5º - Nem o Diretor Presidente, nem o Diretor Presidente, nem qualquer outro membro da Diretoria ou Conselho Fiscal, poderão dirigir os trabalhos quando a Assembléia Geral estiver deliberando acerca dos seus mandatos, bem como, por ocasião das eleições para o preenchimento dos cargos, devendo então, ser substituídos por um Associado designado pelo plenário. O eleito escolherá outro Associado para, na qualidade de Secretário, compor a mesa diretora dos trabalhos.

§ 6º - Ressalvados os casos especiais previstos neste Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos Associados presentes com direito a voto, tendo cada Associado direito a um voto, qualquer que seja o número de quotas-partes.

§ 7º - Não é permitido ao Associado fazer-se representar nas Assembléias Gerais por meio de mandatário.

Art. 30º - A Assembléia Geral Extraordinária dos Associados realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no Edital de Convocação.

§ 1º - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária:

- a) Reforma estatutária;
- b) Fusão ou incorporação com outra Cooperativa ou desmembramento;
- c) Mudança de objeto;
- d) Dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) Deliberar sobre contas de liquidantes;

§ 2º - Para que tenham validade as deliberações da Assembléia Geral Extraordinária sobre as matérias de que trata este artigo, são indispensáveis os votos de 2/3 (dois terços) dos Associados presentes.

Art. 31º - As convocações por 1/5 (um quinto) dos Associados, ou mais, serão assinados pelos primeiros cinco firmatários do pedido de convocação da Assembléia Geral.

Art. 32º - Ao Diretor Presidente caberá presidir as Assembléias Gerais por ele convocadas, salvo aquelas que examinarem as demonstrações contábeis e o relatório da Administração e o parecer do Conselho Fiscal. O Diretor Presidente

não dirigirá os trabalhos nas votações para a escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, os quais serão presididos por um Associado, escolhido entre os presentes.

Art. 33º - As Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão instaladas e funcionarão validamente com o seguinte número legal (quorum):

- a) 2/3 (dois terços) dos Associados em condição de votar, em primeira convocação;
- b) Metade mais um dos Associados, em segunda convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) Associados, em terceira convocação;

Parágrafo único – Para efeito de verificação de “quorum” de que se trata este artigo, o número de Associados presentes, em cada convocação, é apurado por suas assinaturas apostas no Livro de Presença.

Art. 34º - A Diretoria colocará à disposição dos Associados, 10 (dez) dias antes da realização da Assembléia Geral Ordinária, na sede social da Cooperativa, os seguintes documentos:

- a) Cópia fiel das demonstrações contábeis do exercício;
- b) Cópia do relatório da Administração a ser apresentado à Assembléia Geral;
- c) Parecer do Conselho Fiscal, emitido sobre os atos de gestão dos administradores e referente ao exercício respectivo;
- d) Cópia dos planos operacionais e de investimentos a serem realizados no exercício seguinte.

Art. 35º - A votação das deliberações será procedida, em geral, de modo aberto, permanecendo sentado o Associado que aprovar as propostas, ou pelo modo secreto, devendo qualquer um dos processos ser determinado pela Assembléia Geral.

§ 1º - Na falta de determinação em contrário, as votações serão abertas.

§ 2º - As chapas, contendo os nomes que concorrerão aos cargos na Diretoria, Conselho Consultivo e no Conselho Fiscal, deverão ser inscritas na Secretaria da Cooperativa e visadas pelo Diretor Presidente com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência da Assembléia Geral em que será procedida a eleição, em primeira convocação.

§ 3º - Se apenas uma chapa for apresentada para composição de cada órgão social, as votações poderão ser de modo aberto, salvo se de forma diversa determinar a Assembléia.

§ 4º - Toda e qualquer chapa apresentada para composição dos órgãos sociais deverão ser subscrita, no mínimo, por 2% (dois por cento) dos Associados.

Art. 36º - As decisões e deliberações tomadas pelas Assembléias Gerais impõe direitos e obrigações a todos os Associados da Cooperativa, mesmo aos ausentes a reunião e aos discordantes.

§ 1º - Não terão direito a voto os Associados que, direta ou indiretamente, tenham interesse particular no assunto a ser votado, sem ficarem, entretanto, proibidos de tomar parte nos debates.

§ 2º - Não se incluem na votação do parágrafo anterior aqueles Associados que sejam candidatos a cargos eletivos na Cooperativa, e a matéria a ser votada seja a respectiva eleição.

Art. 37º - Das ocorrências das Assembléias Gerais serão lavradas atas, em livro próprio, assinado por uma comissão de Associados, mínima de 8 (oito), especialmente designada pela Assembléia Geral e pelos presentes que o quiserem.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 38º - A Cooperativa é administrada por uma Diretoria composta de 6 (seis) membros, todos Associados, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo 3 (três) Diretores Executivos e 3 (três) Diretores Conselheiros.

Parágrafo único – Dos e pelos membros da Diretoria será designado o Diretor Presidente da Cooperativa.

Art. 39º - É obrigatória, ao término de cada período, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria, podendo os demais componentes serem reeleitos.

Art. 40º - O mandato da Diretoria perdura até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de que trata o artigo 28º, após o transcurso do prazo de gestão que compreende 4 (quatro) anos sociais.

Art. 41º - Não podem integrar a Diretoria parentes entre si até 2º (segundo grau), em linha direta ou colateral.

Art. 42º - Os membros da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade.

Art. 43º - Os membros da Diretoria e Gerentes Executivos que participaram do ato ou operação social em que oculte a natureza da Cooperativa, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 44º - São inelegíveis, além das pessoas legalmente impedidas, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

§ 1º – O Associado, ocupante do cargo eletivo na Sociedade, que em qualquer operação tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não pode participar das deliberações que sobre tal operação versassem, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

§ 2º – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, assim como os liquidantes, equiparam-se aos Administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 3º – Sem prejuízo da ação que couber a qualquer Associado, a Cooperativa, por seus Administradores, ou representada pelo Associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os Administradores para promover sua responsabilidade.

Art. 45º - A Diretoria é regida pelas seguintes normas:

I – Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da maioria da própria Diretoria, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;

II – Delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Diretor Presidente o exercício do voto de desempate;

III – As deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas, no final dos trabalhos, pelos membros presentes;

IV – As deliberações da Diretoria, uma vez tomadas por maioria de votos, vinculam a todos os seus membros, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 46º - Nos impedimentos ou ausências inferiores a 90 (noventa) dias do Diretor Presidente da Cooperativa, ou se superiores a 90 (noventa) dias, mas devidamente justificadas, a Diretoria indicará, entre si, o Diretor substituto.

Art. 47º - Nos impedimentos com ausências superiores a 90 (noventa) dias do Diretor Presidente da Cooperativa, sem justificativa, a Diretoria convocará imediatamente a Assembléia Geral para preenchimento do cargo vago.

Parágrafo único – Se a vacância for superior a 90 (noventa) dias, sem justificativa, deverá ser convocada pela Diretoria, imediatamente, a Assembléia Geral para eleição do substituto ou substitutos.

Art.49º - Ocorrendo a vacância, por qualquer tempo, da metade dos cargos da Diretoria, ou a vacância de todos os cargos, o Diretor Presidente, ou quem o substituir, ou o Conselho Fiscal, se a vacância for e total, deverá convocar, imediatamente, a Assembléia Geral para proceder-se a eleição dos novos membros da Diretoria.

Art. 50º - Compete a Diretoria:

- a) Respeitar e fazer respeitar o Estatuto Social e as determinações da Assembléia Geral;
- b) Estabelecer critérios gerais de integração administrativa e funcional da Cooperativa;
- c) Elaborar o Regimento Interno da Cooperativa;
- d) Aprovar o orçamento anual da Cooperativa;
- e) Proceder as verificações e apreciações mensais do e sobre o estado econômico/financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento dos negócios e atividades em geral, mediante exame dos balancetes e demonstrativos específicos com emissão de pareceres de interesse;
- f) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- g) Estatuir regras para os casos omissos ou duvidosos até a próxima Assembléia Geral;
- h) Propor as reformas estatutárias para aprovação da Assembléia Geral;
- i) Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis, compreendendo estas o Balanço Patrimonial e a Demonstração da Conta de Sobras e Perdas, a serem levadas à aprovação da Assembléia Geral;

- j) Zelar pelo cumprimento das Leis do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem assim, pelo das Legislação Trabalhista e Fiscal;
- k) Comunicar à Assembléia Geral que ocorrer mais próxima ao evento, as aquisições e/ou inversões significativas, para que seja registrado naquela Assembléia o conhecimento dessas alterações substantivas no ativo permanente da Sociedade;
- l) Decidir sobre a abertura de filiais, sucursais ou escritórios, no país e no exterior;
- m) Deliberar sobre a participação da Cooperativa em Cooperativas de Crédito, quando autorizada pelo Banco Central ou em Sociedades mercantis ou civis, atendidas as exigências da Resolução CNC nº 04/71;
- n) Dar decisão final sobre a contratação de profissionais, desde que se trate de executivos de nível gerencial ou equivalente e com os quais venha a estabelecer relação de vínculo empregatício;
- o) Deliberar sobre a criação de Departamentos Técnicos da Cooperativa;
- p) Julgar os recursos formulados pelos funcionários contra decisões disciplinares tomadas por qualquer um dos membros da Diretoria;
- q) Deliberar sobre a contratação obrigatória de serviços independentes de auditoria, de empresas credenciadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para fim do disposto no artigo 112 da Lei nº 5.765 de 16.12.71;
- r) Deliberar sobre a aquisição , alienação ou oneração de bens móveis e imóveis da Cooperativa, bem como sobre a aplicação de recursos em investimentos ordinários ou normais da Cooperativa quando seu valor, considerados individualmente, for de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) corrigidos a partir da vigência deste, com índices oficiais de inflação.
- s) Deliberar sobre a criação de novas Unidades ou desmembramento das existentes.
- t) Deliberar sobre a admissão, demissão e exclusão de Associados;
- u) Estabelecer as atribuições aos membros da Diretoria, além daquelas previstas neste Estatuto;
- v) Deliberar sobre as demais atribuições fixadas neste Estatuto.

Art. 51º – Compete ao Diretor Presidente, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno da Cooperativa;
- b) Representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- c) Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de verificação e contatos assíduos com as Gerências Executivas;
- d) Assinar cheques bancários, em conjunto com outro Diretor ou com mandatário constituído;
- e) Assinar, juntamente com outro Diretor designado pela Diretoria, os contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- f) Convocar, após deliberação da Diretoria, solicitação do Conselho Fiscal, ou ainda, 1/5 (um quinto) dos Associados, a Assembléia Geral;
- g) Presidir as Assembléias Gerais e as reuniões da Diretoria;
- h) Constituir mandatários da Cooperativa, com limitações de poderes e prazo, após prévia e expressamente autorizado pela Diretoria;
- i) Cumprir todas as demais atribuições fixadas pela Diretoria.

Art. 52º - Compete aos Diretores, entre outras atribuições:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno da Cooperativa;
- b) Cumprir todas as demais atribuições fixadas pela Diretoria.

Art. 53º - Nos atos e operações da Cooperativa, quando impedido ou ausente o Diretor Presidente, serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois diretores, Diretor e um mandatário ou, ainda e desde que previamente autorizado pela Diretoria e por dois mandatários constituídos na forma deste Estatuto.

Art. 54º - Haverá um Livro de atas das Reuniões da Diretoria e um livro denominado Termo de Posse dos membros da Diretoria.

§ 1º - Ambos os livros terão suas folhas devidamente rubricadas pelo Diretor Presidente e por outro Diretor.

§ 2º - Existirá, nas primeiras e últimas folhas, um Termo de Abertura e um Termo de Encerramento, respectivamente, devendo os mesmos serem assinados pelo Diretor Presidente e por outro Diretor.

§ 3º - O regimento Interno da Diretoria estabelecerá as demais formalidades que deverão ser observadas na confecção e manutenção dos seus livros.

SEÇÃO III DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 55º - O Conselho Consultivo é composto de até 17 (dezesete) Associados e igual número de suplentes, eleitos, na forma deste Estatuto.

Parágrafo único – Os membros do Conselho Consultivo serão eleitos em Assembléia Geral Ordinária, juntamente com a Diretoria.

Art. 56º - O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de 4 (quatro) exercícios sociais, admitida a reeleição por igual período.

Art. 57º - Não podem compor o Conselho Consultivo parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, prevalecendo tal vedação relativamente aos membros da Diretoria, como condição para participar do Conselho Consultivo.

Parágrafo único – São inelegíveis para comporem o Conselho Consultivo, além daqueles que não preencham os requisitos do artigo 9º, letra “d”, as pessoas impedidas por Lei, e aí equiparadas aos Administradores, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Art. 58º - Os membros do Conselho Consultivo poderão concorrer a cargos eletivos na Administração da Cooperativa, desde que para isso renunciem ao seu mandato neste Conselho no prazo máximo de 06 (seis) meses antes da eleição respectiva.

Art. 59º - Obrigatoriamente, todas as Unidades em que se divide a Cooperativa deverão estar representadas, pelo menos, por um Associado na composição do Conselho Consultivo, sendo que o remanescente poderá ser preenchido pelos entrepostos com maior número de associados inscritos e a ele vinculados na data da convocação da Assembléia, desde que cada unidade não ultrapasse a 02 (dois) conselheiros.

Art. 60º - São atribuições do Conselho Consultivo:

- a) Promover sempre maior integração entre o Quadro Associativo e a Administração da Cooperativa;

- b) Identificar problemas da Unidades em que se divide interna e estruturalmente a Cooperativa, sugerindo, junto à Administração, as melhores soluções e desenvolvimentos;
- c) Veicular de forma imediata aos Associados das Unidades, os planos e iniciativa de desenvolvimento global da Cooperativa, colhendo as sugestões que entender significativas para o melhoramento dos programas cooperativos;
- d) Reformular o seu Regimento Interno.

Art. 61º - No Conselho Consultivo haverá um membro designado Coordenador e um Secretário, ambos indicados por e entre os seus membros, na primeira reunião que se seguir a sua eleição.

Art. 62º - O Conselho Consultivo é regido pelas seguintes normas:

I – Reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação da Diretoria, do seu membro Coordenador ou da maioria dos membros do próprio Conselho Consultivo.

II – Delibera, com a presença da maioria de seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto dos presentes, não sendo admitido o voto de qualidade a qualquer de seus membros.

Art. 63º - As decisões do Conselho Consultivo, se assim, entenderem necessário os seus membros, e na forma prevista no seu Regimento Interno, poderão ser consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro para tal criado, e assinadas, ao final dos trabalhos, pelos membros presentes.

Art. 64º - A presença dos membros do Conselho Consultivo às reuniões é obrigatória, tendo os membros direito à Cédula de Presença.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 65º - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos e por 3 (três) suplentes, todos Associados, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, para o período imediato, de apenas 1/3 (um terço) dos seus integrantes.

Parágrafo único – Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter entre si, nem com os membros da Diretoria, laços de parentesco até 2º (segundo) grau e em linha reta ou colateral.

Art. 66º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 3 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, escolherá entre os seus membros efetivos um Coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, e um Secretário.

§ 2º - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer um de seus membros, por solicitação da Diretoria ou da Assembléia Geral.

§ 3º - Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de voto, proibida a representação, e constarão da ata em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos de cada reunião, pelos 3 (três) fiscais presentes.

Art. 67º - Ocorrendo 3 (três) vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria convocará a Assembléia Geral para o seu preenchimento.

Art. 68º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras as seguintes atribuições:

- a) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) Examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos de decisões da Diretoria;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem ao volume, qualidade e valor às previsões feitas e às conveniências econômicas/financeiras da cooperativa;
- e) Certificar se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos Associados, quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento de créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;

- h) Averiguar se existem problemas com funcionários;
- i) Certificar se existem exigências ou deveres a cumprir junto à autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim, quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- j) Averiguar se os estoques estão em boa guarda e se corretos, bem como se os inventários, periódicos ou anuais, são feitos com observância de regras próprias.
- k) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, as demonstrações contábeis e o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer sobre os mesmos para a Assembléia Geral.
- l) Informar à Diretoria sobre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando a esta, à Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo único – Para o exame e verificação dos livros e contas, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento de técnicos especializados para valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

CAPÍTULO VI DO VOTO E SUA REPRESENTAÇÃO

Art. 69º - O Associado presente tem direito a apenas 1 (um) voto, qualquer que seja o número de quotas-partes, não sendo permitido o voto por meio de representação.

CAPÍTULO VII DAS UNIDADES E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA SEÇÃO I DAS UNIDADES

Art. 70º - Para efeitos de divisão interna e estrutural, inclusive para viabilizar a composição do Conselho Consultivo, a Cooperativa será dividida em Unidades, observados os critérios de criação de cada Unidade previstos neste Estatuto e no Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 71º - Cada unidade será composta pelo mínimo e máximo de Associados estabelecidos no Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 72º - O Regimento Interno da Cooperativa estabelecerá as demais condições e critérios para a criação e organização das Unidades.

Parágrafo único – Realizada a primeira divisão da Cooperativa em Unidades, a criação de novas, o desmembramento das existentes ou encerramento, sempre por deliberação da Diretoria, dependerá de prévia consulta, por escrito, ao Conselho Consultivo.

Art. 73º - A divisão em unidades, previstas nesta seção, não acarreta aos Associados que as compõe a perda do direito de voz e voto nas Assembléias Gerais, sendo mera divisão interna e estrutural da Cooperativa.

Art. 74º - A Diretoria poderá se assim for conveniente ao bom funcionamento da Cooperativa, criar tantos Departamentos quantos forem necessários fixando-lhes função e área específica de atuação.

CAPÍTULO VIII DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, SOBRAS, SUA DIVISÃO E FUNDOS SOCIAIS

Art. 75º - O exercício social encerra-se em 31 de outubro de cada ano, ocasião em que são elaborados o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis, compreendendo estas o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo da Conta Sobras e Perdas, ambos com a indicação dos valores correspondentes ao do exercício social anterior.

§ 1º - As demonstrações Contábeis deverão ser acompanhadas, obrigatoriamente, de Notas Explicativas elaboradas pela Diretoria, indicando os critérios contábeis utilizados na confecção daquelas Demonstrações, bem como de todos os demais elementos de informação necessários para sua análise e compreensão.

§ 2º - As demonstrações Contábeis deverão ser examinadas pelos Auditores Independentes contratados e estarem acompanhadas do respectivo parecer dos mesmos.

§ 3º - Os resultados serão apurados separadamente, segundo a natureza das operações ou serviços.

§ 4º - As sobras líquidas do exercício, depois de deduzidas as percentagens para os fundos legais e estatutários, serão rateadas entre os Associados, em parte diretamente proporcional às operações realizadas com a Cooperativa, no período, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral.

§ 5º - As despesas da Sociedade serão cobertas com:

I – Os custos operacionais diretos e indiretos, pelos Associados que participarem dos serviços que lhe deram causa;

II – Os custos administrativos, pelo seu rateio, em partes iguais entre todos os Associados, tenham ou não usufruído dos serviços da Cooperativa durante o exercício.

Art. 76º - Das sobras verificadas em cada setor de atividade, são realizadas as seguintes deduções:

- a) 45% (quarenta e cinco por cento) para o fundo de reserva;
- b) 5% (cinco por cento) para o fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Parágrafo único – Além dos Fundos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando modo de formação, aplicação e liquidação.

Art. 77º - O fundo de Reserva é constituído:

- a) Pela percentagem a ele destinada;
- b) Pelas sobras não reclamadas, decorridos 5 (cinco) anos;
- c) Pelos auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 78º - O Fundo de Reserva destina-se a reparar eventuais perdas, de qualquer natureza, e atender ao desenvolvimento das atividades sociais da Cooperativa, notadamente na ampliação e industrialização dos setores operacionais, sendo indivisível entre os Associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que será recolhido ao Banco do Brasil S/A, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

Art. 79º - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social será constituído:

- a) Pela percentagem a ele destinada;
- b) Pelas doações que lhe forem especificamente destinadas;
- c) Pelos resultados de operações com não Associados;
- d) Pelos eventuais resultados positivos decorrentes de participação em Sociedade não cooperativas;
- e) Outros resultados positivos eventuais.

§ 1º - Destina-se a este Fundo à prestação de Assistência aos Associados, seus familiares e aos próprios funcionários da Cooperativa, sendo igualmente indivisível.

§ 2º - Os serviços de assistência técnica, educacional e social a serem atendidos pelo Fundo poderão ser executados mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou não.

Art. 80º - Os Associados demitidos, eliminados ou excluídos não tem qualquer direito sobre os Fundos.

CAPÍTULO IX DOS LIVROS

Art. 81º - A Cooperativa deve ter os seguintes livros:

I – De matrícula;

II – De Atas de Assembléia Gerais;

III – De Atas de Reunião da Diretoria;

IV – De Atas de Reunião da Diretoria;

V – De Atas do Conselho Fiscal;

VI – De presença Associados nas Assembléias Gerais;

VII – Fiscais, Contábeis e outros obrigações.

Parágrafo único – É facultado a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 82º - No livro ou Ficha de Matrícula, os Associados são inscritos por ordem cronológica de admissão, constatando:

I – O nome, estados civil, nacionalidade, profissão e residência do Associado.

II – A data de admissão e, quando for o caso, a de sua demissão, eliminação ou exclusão.

III – A conta-corrente das respectivas quotas-partes do Capital Social.

CAPÍTULO X DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 83º - A Cooperativa se dissolve de pleno direito:

- a) Pela deliberação espontânea dos Associados, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada, através dos votos de, pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes;
- b) Em virtude da alteração de sua forma jurídica;
- c) Pela redução do número mínimo de Associados ou do Capital Social mínimo, se até a Assembléia Geral subsequente realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- d) Pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- e) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único – Quando a dissolução da Sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida deve ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer Associado, ou por iniciativa do órgão oficial competente.

Art. 84º - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeia um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder a sua liquidação.

§ 1º - O processo de liquidação só pode ser iniciado após a audiência com a Secretaria Nacional de Cooperativismo.

§ 2º - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

DIRETORES
DÉCIO DA SILVA BACELAR
Diretor Presidente
DORIVAL MALACÁRIO
Diretor Executivo

**ANEXO 4 – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS DA
COCARI SELECIONADOS PARA ENTREVISTA**

1) Há quantos anos é cooperado?

-) mais de 20 anos
-) entre 10 e 20 anos
-) menos de 10 anos

2) Adquiriu terras após associar-se à cooperativa?

-) sim
-) não

3) Qual o regime de exploração?

-) Proprietário
-) Arrendatário
-) Parceiro
-) Ocupante

4) Que área possui ou utiliza como cooperado?

-) 0-10 ha
-) 11-50 ha
-) 51-100 ha
-) mais de 100 ha

5) Depende exclusivamente da propriedade para se manter?

-) sim
-) não

6) Quais produtos cultivados antes de associar-se?

7) Quais produtos são entregues à cooperativa?

8) Há produtos não entregues à cooperativa? Quais?

9) Participa de outra cooperativa?

-) sim

não

10) Compra insumos através da cooperativa?

sim

não

11) Que técnica de modernização pratica?

Rotação de culturas nenhuma

Plantio direto outras:

12) Utiliza-se de algum serviço fornecido pela cooperativa?

sim – especificar o tipo:

não

13) Qual é o número do pessoal ocupado na fazenda?

- Responsável e membros não remunerados da família: []
- Empregados permanentes: []
- Empregados temporários, número médio de contratados anualmente: []
- Parceiros []

14) Que avaliação faz da sua condição de cooperado?

Muito satisfeito

Satisfeito

Insatisfeito

Indiferente

15) Como associado acha que sua qualidade de vida:

Melhorou

Piorou

Permaneceu a mesma

16) Você acha a cooperativa dispensável?

sim

não

não sabe responder

- Por que?

ANEXO 5 PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – RECOOP

O Programa foi lançado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Medida Provisória 1.715 de 03/09/98 (1.898-15 - última reedição) e foi regulamentado pelo Decreto nº 2.936 de 11/01/99.

1 - OBJETIVO:

Reestruturar e capitalizar as cooperativas agropecuárias, que foram aprovadas pelo Comitê Executivo do RECOOP, visando seu desenvolvimento auto-sustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e renda.

2 - HISTÓRICO:

Para participar do RECOOP as cooperativas passaram por uma pré-seleção, através de encaminhamento de cartas-consulta ao Comitê Executivo. Nesta primeira fase, 651 cooperativas candidataram-se ao Programa. Deste total, 439 foram selecionadas e receberam autorização para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Cooperativo - PDC (Projeto).

Apenas 339 cooperativas conseguiram encaminhar para o Comitê Executivo o PDC para participar da segunda fase do Programa. Após análise dos projetos pelo Comitê, 322 cooperativas foram habilitadas ao Programa.

3 - RECURSOS PARA A REVITALIZAÇÃO:

As operações serão realizadas com recursos do Tesouro Nacional (de até R\$ 2,1 bilhões) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento. O Tesouro Nacional limitou em até R\$ 1,238 bilhão os financiamentos (Resolução Bacen nº 2.665) de dívidas com cooperados, de dívidas com fornecedores, de recebíveis de cooperados, de dívidas com o sistema financeiro (exceto as operações relativas a integralização de cotas-partes e securitizadas, que terão apenas os prazos ampliados pelo RECOOP), de dívidas trabalhistas e provenientes de obrigações fiscais e sociais.

Dentro da filosofia de revitalização, o RECOOP destinará recursos também para capital de giro e investimentos, na ordem de R\$ 862 milhões.

4 – INVERSÕES PREVISTAS:

- Com recursos da ordem de 700 milhões para investimentos, serão gerados mais de 60 mil novos postos de trabalho, a partir da implementação total do programa (segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, para cada R\$ 1 milhão investido na agropecuária são criados 89 empregos diretos);
- Dinamização da economia nas regiões que receberem os investimentos, com ampliação da distribuição de renda e tranquilidade para o planejamento de médio e longo prazo;
- Ampliação das exportações das cooperativas em mais de 20% (US\$ 175 milhões), podendo gerar divisas para o país acima de US\$ 1 bilhão, tendo em vista que em 1988 as cooperativas exportaram US\$ 877 milhões;
- O nível de faturamento das cooperativas agropecuárias poderá se elevar em cerca de 15%, ou seja, para US\$ 23 bilhões.

5 - CONCLUSÃO:

As exigências do RECOOP em termos de modernização e profissionalização das sociedades cooperativas determinará a busca pela elevação dos níveis de escala, propiciando conseqüentemente a busca de novos mercados e ampliação dos canais de comercialização, melhorando o desempenho e aumentando o faturamento.

O Programa proporcionará condições estratégicas mais favoráveis para que as cooperativas e seus agricultores possam enfrentar os desafios com que se defrontam na atualidade. Com a linha de crédito do RECOOP, as cooperativas terão menor pressão de endividamento, isso facilitará a ação das cooperativas buscando a formação de parcerias estratégicas, adoção de novas tecnologias de produção, tanto no campo como nas atividades agro-industriais, e na continuidade dos esforços visando o aprimoramento da gestão empresarial.

Elaboração: Gerência Técnica da OCB.(Fonte: Internet: www.ocb.org.br)

ANEXO 6 - FOTOGRAFIAS²²

Foto 1: Vista parcial da área urbana da Mandaguari



Foto 2: Área externa da sede da COCARI em Mandaguari

²² A Foto 1 é de autoria da Prefeitura Municipal de Mandaguari e as demais foram feitas pelo próprio autor: Sergio Fajardo; exceto a foto 8, que foi extraída de um *folder* da COCARI.



Foto 3: Escritórios da administração da COCARI em Mandaguari.



Foto 4: Entrepósito da COCARI em Mandaguari.



Foto 5; Armazém da COCARI em Mandaguari



Foto 6: Vista da fábrica de ração e fiação de algodão da COCARI.



Foto 7: Fábrica de rações da COCARI, vista externa.



Foto 8 : Vista aérea da fiação de algodão da COCARI.



Foto 9: Armazéns do IBC em Mandaguari. *(ainda hoje utilizados pela COCARI).*



Foto 10: Vista parcial da zona rural de Mandaguari.



Foto 11: Associação Atlética COCARI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L.; GARCIA, Ronaldo C. **Política científica e tecnológica para o setor agroindustrial: reflexões sobre a experiência brasileira**. Campinas: CNPq/UNICAMP-NPCT, 1988.

ALVES, Eliseu. **A agroindústria e os agricultores**. Brasília: Codevasf – Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1988.

ANDRADE, Paulo F. S. Agronegócio. In: **Acompanhamento da situação agropecuária do Paraná – agosto/99**. Secretaria de agricultura e abastecimento do Paraná – SEAB, Departamento de economia rural – DERAL. Curitiba, 1999, p.1.

ARAÚJO, Ney B. de. Reflexões sobre o Complexo Agroindustrial. In: **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 1990, p. 236-257.

ARAÚJO, Silvia M. P. de. **Eles: A cooperativa – estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba, Projeto, 1982.

ASSUMPÇÃO, Antonio G. de; GALINA, Laudénir A.; CONSONI, Reinaldo. **Expansão agroindustrial e transformações agrícolas na região de Maringá**. Maringá: Fundação Universidade Estadual de Maringá/Centro de estudos sócio-econômicos/Departamento de economia, 1991.

_____, Mudanças no padrão de desenvolvimento agroindustrial: o caso do Norte do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.28, n.4, p. 236-257, out./dez. 1990.

BAGGIO, Elisabeth C. Agricultura nos anos 80. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES, v.12, n.2, p. 4-5. 1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução Nº 2.665. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, de que tratam a Medida Provisória Nº 1.898/15, de 14 de dezembro de 1998, e o Decreto Nº 2.936, de 11 de janeiro de 1999. Disponível em <<http://www.ocb.org.br/getec/download/RECOOP.zip>> Acesso em 30/09/1999.

BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. **Revista Economia**. Curitiba, n.18, p. 121-136. 1994.

BERNARDO, Elisa E. R. Repensando o cooperativismo agrícola. In: **Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/Universidade Estadual de Maringá**, p.105-109, out. 1998.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela D. Os agricultores e suas estratégias: a relação contratual com as agroindústrias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.33, n.3, p. 63-82, jul./set. 1995.

BRASIL. Decreto Lei Nº 2.936 de 11 de janeiro de 1999. Regulamenta o disposto na Medida Provisória Nº 1.781, de 14 de dezembro de 1998, que se refere à contratação de operações de crédito sob amparo do Programa de Revitalização das cooperativas de produção Agropecuária. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/getec/download/RECOOP.zip>> Acesso em 30/07/1999.

_____, Medida Provisória Nº 1.898-15, de 22 de outubro de 1999. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/getec/download/RECOOP.zip>> Acesso em 30/09/1999.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**: Paraná, v.20. Rio de Janeiro, 1997. 1 *cd-rom*.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar.

CARVALHO, José M.; BRITO, Mozart J.; PEREIRA, Valéria G. O cooperativismo e a dinamização tecnológica e empresarial da agricultura brasileira. **Caderno de Administração Rural**. Lavras, v.5, n. 1-2, p. 39-50. 1993.

COCARI assina contrato com o Projeto Cerrados. **Gazeta Regional**. Mandaguari, 27 mar. 1986.

COCARI. **Relatório técnico anual – 1998**. Mandaguari, 1999.

_____, **Relatórios dos produtores – opção: cooperados**. Mandaguari, 1999.

COSTA, Vera M. H. M. A modernização da agricultura brasileira e a formação da agricultura empresarial em dois momentos: nas décadas de 60 e 70 e nos anos 90. In: **XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente, v.2, mesas redondas, p.1-3. dez. 1998.

_____, A modernização da agricultura no contexto da constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: **XI Encontro Nacional de Geografia Agrária: anais**. Maringá, UEM/DGE. p. 2-26, out. 1992.

FLEISHFRESSER, Valéria. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. Curitiba: CONCITEC/IPARDES, Livraria do Chain. 1988.

FLEURY, Maria T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FONSECA, Maria G. D.; GONÇALVES, José S. Financiamentos dos investimentos da agroindústria e agropecuária: análise de dois planos governamentais recentes. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 25, n.6. jun. 1995.

FONSECA, Sandra R.; COSTA, Vera M. H. M. As transformações recentes no setor agroindustrial brasileiro: uma abordagem da atividade cooperativista. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v.25, n. 49-50, p. 363-372. 1995.

FONTES, Elisabeth A. **A história da Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari: 25 anos 1962-1987**. Maringá: Gráfica Alpha, 1987.

FURTUOSO, M. C. O.; BARROS, G. S. C.; GUILHOTO, J. J. M. O produto interno bruto do Complexo Agroindustrial brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 1998, v. 36, n. 3, p. 9-23.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2ª ed. São Paulo. Contexto. 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

HESPANHOL, Antonio N.; COSTA, V. M. H. M. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v.25, n.49-50, p. 373-384. 1995.

IPARDES. **Agroindústria e cooperativas no Paraná**. Curitiba, 1985.

_____, **Alternativas de agroindustrialização para a Cooperativa Mista Vale do Ivaí – COPIVA**. Curitiba, 1993.

_____, **Caracterização da indústria agroalimentar no Paraná**. Curitiba. 1985.

_____, Complexo agroindustrial. In: **Competitividade da indústria paranaense: uma análise setorial**. Curitiba, 1994, p.46-49.

_____, **Cooperativas no Paraná: gestão e participação do quadro social**. Curitiba, 1985.

_____, **Estudo de integração de pólos agroindustriais do Paraná: primeira fase – levantamentos iniciais**. Resumo. Curitiba, 1974.

KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, s.n. 1987.

KONZEN, Otto G. O cooperativismo agroindustrial perante o desafio da agricultura hoje. **Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC**. Maringá, SBPC/Universidade Estadual de Maringá, p. 109-113, out. 1998.

KONZEN, Otto G.; ZAPAROLLI, Irene D. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.28, n.4, p. 155-173.out./dez. 1990.

KOSLOVSKI, João P. Autofiscalização em execução no Paraná. In: **Propostas cooperativistas**. Curitiba, OCEPAR, 1986, p. 31-42.

_____, Capitalização das cooperativas. In: **Propostas cooperativistas**. Curitiba, OCEPAR, 1986, p. 19-29.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento: geopolítica de uma crise**. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

LAURENTI, Antonio C. A evolução recente da economia paranaense com base no agronegócio como um agregado contábil. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas, Poços de Caldas, 36. Brasília, SOBER, 1998, v.1, p. 465-477.

LAUSHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1993.

_____, Agroindústria cooperativa. In: **Tipologia cooperativista – manual de cooperativismo**. Brasília: CNPq, 1984, p. 76-94.

LEÃO, Igor Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989.

LEITE, Sergio. Estratégias agroindustriais, padrão agrário e dinâmica intersetorial. **Rascunho**, Araraquara, n. 7, UNESP, p. 1-54. 1990.

LEMONS, Mauro B. Sistema agroindustrial brasileiro: metodologia de identificação dos seus agrupamentos produtivos. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.5, n.2. dez. 1995.

LOPES, Mauro. O poder das coalizões políticas de grupos de interesses de bloquear o desenvolvimento agrícola. In: **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Ed. Ely Cardoso Teixeira. Viçosa: 1993, p. 106-129.

LOURENÇO, Gilmar M. Cenários do agronegócio no Paraná: restrições e oportunidades. **Análise Conjuntural** Curitiba, v.20, n. 7-8, p. 3-9, jul./ago.1998.

_____, Os investimentos das cooperativas paranaenses em verticalização e modernização. **Análise conjuntural**, v.16, n. 11-12, p. 16-17, nov/dez. 1994.

LOURENÇO, Luiz. Agricultura e cooperativismo. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Maringá, p.27-43, out. 1992.

LUCCI, Elian A. **Geografia econômica do desenvolvimento econômico mundial e do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba, BADEP/Universidade Federal do Paraná/Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. 1968.

MARTINS, Ricardo S. Logística e competitividade de cadeias produtivas no agronegócio: avaliação de casos no Estado do Paraná. **Economia Rural**. Viçosa, v.9, n.3, p. 16-20. jul./set. 1998.

MARTINS, Ricardo S.; CYPRIANO, Luiz A. Estudo da localização da agroindústria no Estado do Paraná. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas, Poços de Caldas, 36. Brasília, SOBER, 1998, v. 1. p. 465-477.

MEDEIROS, Natalino H. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa: o caso da “COCAMAR”**. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Departamento de Economia.

_____, O mercado agroindustrial cooperativo norte-paranaense e o novo padrão competitivo da década. **Texto para discussão nº 32**. Maringá, Universidade estadual de Maringá, Departamento de Economia, out. 1997.

MORO, Dalton A. Desenvolvimento econômico e a dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. Maringá, v.15, n.1, p. 2-54. dez.1998.

_____, **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná**. Rio Claro, 1991. Tese (doutorado), UNESP, Instituto de Geociências.

MÜLLER, Geraldo. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

_____, Competitividade e integração econômica e social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. **Rascunho**. Rio Claro, n.32, dez. 1994.

_____, **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____, Observação sobre a economia política da agricultura brasileira. **Rascunho**, Araraquara, n.14, p. 1-65. dez. 1990.

_____, **O Complexo Agroindustrial brasileiro**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de administração de Empresas. 1981.

MUNHOZ, Dercio G. **Economia agrícola – agricultura: uma defesa dos subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

OCEPAR. **Banco de dados cooperativista**²², v.12. Curitiba: EMATER/ACARPA/OCEPAR. 1988.

_____. **Banco de dados cooperativista**, v.22: agropecuário, crédito, eletrificação. Curitiba: EMATER/OCEPAR. 1998.

_____, **Cooperativismo e agroindústria no Paraná**. 2ª ed. Curitiba, 1990.

_____, **Cooperativismo agropecuário paranaense**. Curitiba, 1999.

²² A publicação Banco de dados cooperativista - que teve sua primeira edição em 1977, com dados de 1976 - foi coordenada até o final da década de 80 por Geccur Clovis de Bortoli, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA. As edições mais recentes passaram, então, a ser coordenadas inteiramente pela OCEPAR.

_____, **O cooperativismo paranaense**. Curitiba, 1997. (s.n.).

_____, **Projeto de investimento agroindustrial das cooperativas do Paraná**. Curitiba. 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

OLIVEIRA, Darlene A. O pequeno produtor familiar e suas relações com o Complexo Agroindustrial. **Boletim de Geografia**. Maringá, ano 8, n. 1, p.27-40. set. 1990.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, Hucitec, 1980.

PARANÁ – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná (ITCF). **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, SEAB/ITCF, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, Departamento de Economia Rural – DERAL. Estatísticas. In: **Acompanhamento da situação agropecuária do Paraná agosto/99**. Curitiba, 1999, p.42-80.

PASSOS, Carlos R. A política agrícola na década de 80. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v.12, n.2, p.5-6, fev. 1990.

PAULA, Nilson M. As transformações no Agribusiness no contexto da globalização. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.91, p. 33-47, mai./ago. 1997.

PEREIRA, Laércio B. A análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense: período 1970/85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.34, n.2, p.31-49, nov./dez..1995.

_____, O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.30, n.2, p.115-133, abr./jun. 1992.

PINAZZA, Luiz A.; ARAÚJO, Ney B. **Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness**. São Paulo: Globo, 1993.

PINHO, Diva B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo. Ed. Saraiva. 1977.

REGO, José J. M. M. Geografia e cooperativismo: uma aproximação. In: **Cooperativismo no tempo**. Brasília, SUDENE.1977, p.27-29.

ROCHA, Marcio M. Complexo Industrial. **Revista Unimar**. Maringá, v.12, n.2, p.237-242, out. 1990.

RODRIGUES, Roberto. A segunda onda. **Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG, Artigos**. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/segundaonda.htm>> 4 p. Acesso em 30/09/1999.

ROLIM, Cássio F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.86, p.49-99, set./dez. 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____, **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SERRA, Elpidio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá**. Rio Claro, 1986, Dissertação (mestrado), UNESP, Instituto de Geociências.

_____, Um pouco da história do cooperativismo agrícola do Paraná. **Boletim de Geografia**. Maringá, ano 13, n. 13, out. 1995.

SETTI, Eloy O. Comunicação: qual é o nosso ideal. In: **Propostas cooperativistas**. Curitiba: OCEPAR, 1986, p.43-54.

SIFFERT FILHO, Nelson; FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.265-297. dez. 1998.

SILVA, José A. F. **Mandaguari: sua história, sua gente**. Maringá: J.A. Editora, 1982.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SIMIONE, Francisco C. Política agrícola. In: **Acompanhamento da situação agropecuária do Paraná – agosto/99**. SEAB/DERAL, Curitiba, 1999, p.1.

SUZUKI JÚNIOR, Júlio T. Considerações sobre o Censo Agropecuário 1995-1996. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v.20, n.7-8, p. 9-11, jul/ago. 1998.

_____, O agribusiness no contexto nacional e estadual. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v.19, n.11-12, p.9-11, nov/dez. 1997.

_____, Os rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v.19, n. 9-10, p.8-9, set./out. 1997.

TAVARES, Martus. Cooperativismo no Norte do Paraná: um estudo de caso - abordagem econômica. **Relatório de pesquisa**. Londrina, UEL, Departamento de Economia. 1985.

TRINTIN, Jaime G. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. **A Economia em Revista**. Maringá, n.2. 1993.

URBAN, M. L. Os novos rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v.12, n.2, p.1-3, fev.1990.

VEIGA, Alberto. Condicionantes do desenvolvimento agroindustrial. **Revista Economia Rural**. Brasília, v.18, n. 2, p.317-326, abr./jun. 1980.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VAN KAICK, Guntolf. Integração cooperativista no setor agropecuário. In: **Propostas Cooperativistas**. Curitiba, OCEPAR, 1986, p. 7-18.

VILELA, Nirlene J. Fatores desfavoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. **Anais do II Seminário Agropecuário do Acre**. Rio Branco, EMBRAPA, p. 301-310. 1998.

WOSH, Luiz F. O. O papel marcante do complexo soja nas exportações paranaenses. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v.18, n.7-8, p.15-17, jul./ago.1996.

ZAMPIERI, Disonei. Outras culturas: cana-de-açúcar. In: **Acompanhamento da situação agropecuária do Paraná agosto/99**. SEAB/DERAL. Curitiba, 1999, p.16-18.

ZEFERINO, Augusto C. Análise da localização espacial dos investimentos. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v.16, n. 2, p.77-93, out. 1991.